



# **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM – UFC)**

**HELENA MARTINS DO RÊGO BARRETO**

**COMUNICAÇÃO E CONTRA-HEGEMONIA:  
A PRODUÇÃO COMUNICATIVA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DO MST**

**FORTALEZA,**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM – UFC)**

HELENA MARTINS DO RÊGO BARRETO

COMUNICAÇÃO E CONTRA-HEGEMONIA:  
A PRODUÇÃO COMUNICATIVA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM – UFC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

**FORTALEZA,**  
**2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- B262c Barreto, Helena Martins do Rego.  
Comunicação e contra-hegemonia : a produção comunicativa como estratégia política do MST /  
Helena Martins do Rego Barreto. – 2012.  
144 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2012.  
Área de Concentração: Mídias e práticas socioculturais.  
Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.
- 1.Comunicação – Aspectos políticos – Brasil. 2.Movimentos sociais – Brasil. 3.Movimento dos  
Trabalhadores Rurais Sem-Terra. I. Título.

HELENA MARTINS DO RÊGO BARRETO

COMUNICAÇÃO E CONTRA-HEGEMONIA:  
A PRODUÇÃO COMUNICATIVA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM – UFC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

Aprovada em: 31/05/2012

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Márcia Vidal Nunes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dra. Alba Pinho de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará (UFC) (Suplente)

## AGRADECIMENTOS

Certa vez lembrou Eduardo Galeano que recordar, do latim *re-cordis*, significa voltar a passar pelo coração. Não poderia haver afirmação mais pertinente para iniciarmos os agradecimentos dessa dissertação, produzida naqueles que foram, certamente, alguns dos anos mais intensos da minha vida. Foram anos de mudanças, reinvenções, encontros e desencontros. De experiências que, por certo, encontram-se registradas nas páginas que seguem – ou nos silêncios das entrelinhas.

Esse percurso marcante longe esteve de ser solitário. Quantas conversas, meus amigos, não foram incorporadas à minha, à nossa reflexão? Muitas mãos tocaram os papéis, livros e corpos que deixaram aqui suas marcas. Diversos olhares foram necessários para superar o desânimo ou a quase certeza da incerteza. Vários e queridos nomes poderiam ser citados, mas, a essa altura, seguramente faltariam uns ou outros. Permaneçamos, pois, como terceira pessoa do plural.

Peço licença, contudo, para agradecer a ajuda e o carinho de companheiros e companheiras do MST que partilharam comigo arquivos, ideias e lembranças e que foram imprescindíveis à execução deste projeto: Miguel Stédile, Maria Mello, Igor Felipe, Mayrá Lima, Lourdes Vicente e a todos e todas que foram informantes desta pesquisa. Adianto minhas desculpas pelas falhas, mas também o desejo de que este estudo contribua para com a reflexão e a memória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o qual tenho o prazer de compartilhar utopias.

À Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes, pela orientação e pela disposição em acolher tanto a nossa perspectiva teórica quanto as mudanças do objeto de estudo deste trabalho. Aos professores participantes da banca examinadora: Jorge Almeida e Alexandre Barbalho, pelas valiosas colaborações, dadas desde o exame de qualificação. À Alba Pinho, pela colaboração.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, agradeço por todo o aprendizado. À Regina, pela enorme paciência e as boas conversas. Aos colegas da turma de mestrado, pela convivência prazerosa e frutífera. À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção pontual da bolsa de auxílio.

Ao meu companheiro, Pedro, por tudo o que compartilhamos. Grata pela imagem linda que ilustra esse trabalho.

À Heloísa Helena, Fernando Limaverde, Jaya e a tantos amigos, agradeço a paciência e a compreensão diante das muitas ausências. Espero seguirmos juntos.

A todos e todas, minha sincera gratidão.

## RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

Esta pesquisa parte de inquietações sobre as formas de ação política experimentadas na sociedade contemporânea, na qual reconhecemos a existência de mutações sociais e tecnológicas, destacadamente na área da comunicação social, que possibilitam aos diversos sujeitos inovações do ponto de vista de suas práticas, bem como mudanças políticas que desafiam aqueles que buscam efetivar alterações substanciais na forma de organização social hegemônica. A partir do olhar acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a pesquisa discute a inter-relação entre comunicação e política e questiona como o desenvolvimento das comunicações tem alterado o fazer político, se os movimentos sociais acompanham as transformações nesse campo ou se vivenciam novos modos de atuação por conta dele; bem como se as práticas comunicativas contribuem para a efetivação de suas estratégias contra-hegemônicas. Para verificar o exposto, analisa o 5º Congresso Nacional do MST, ocorrido em 2007, último dos cinco congressos já realizados, um momento importante por ser o espaço de definição política e de diálogo com a base do Movimento e com a sociedade em geral. É salutar, ainda, por ter consolidado uma mudança na avaliação política sobre a conformação das relações sociais no campo e dos desafios para a realização da Reforma Agrária, em uma conjuntura política desfavorável para as organizações populares, no Brasil. Nesse sentido, o trabalho aponta os limites da ação contra-hegemônica do MST, mas também as potencialidades acumuladas ao longo dos quase trinta anos do Movimento, em especial aquelas relativas à área da comunicação, pois percebe a ação construção contra-hegemônica como um processo que deve ser deflagrado antes mesmo da tomada efetiva do poder.

**Palavras-chave:** Comunicação; Contra-hegemonia; Movimentos Sociais; MST.

## ABSTRACT

This research departs from reflections upon the forms of political action in contemporary society, in which we recognize the existence of social and technological changes, especially in the field of social communication, that allow several subjects to innovate concerning their practices, as well as political changes that challenge those who seek to actualize substantial changes in the hegemonic form of social organization. From the perspective over the Landless Rural Workers Movement (MST), the research discusses the inter-relationship between communication and politics and questions how the development of communications has altered the making of politics, if the social movements follow the transformations in this field or if they live the new modes of acting through them; as well as if the communicative practices contribute for the realization of its counter-hegemonic strategies. To verify the above, I analyze the MST's 5<sup>th</sup> National Congress, occurred in 2007, the last congress conducted, an important moment for being a space of political definition and dialogue with the Movement's grassroots and society in general. It is important, also, for having consolidated a change in the political evaluation over the conformation of social relationships in the countryside and the challenges for the realization of agrarian reform in an unfavorable conjuncture for the popular organizations in Brazil. In this sense, the work points to the limits of MST's counter-hegemonic action, but also to the potentialities accumulated over its almost thirty years of existence as a movement, and especially those concerning the communications area, as it perceives the action of counter-hegemonic construction as a process that must be started before the effective power take-over.

**Keywords:** Communication; Counter-hegemony; Social Movements; MST.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
-------------------------	----

### **CAPÍTULO 1**

1. A articulação hegemônica: uma perspectiva gramsciana .....	18
1.1. Novos arranjos, outras formas de luta .....	20
1.2. Olhar sobre os jornais e a articulação hegemônica .....	25
1.3. Possibilidades contra-hegemônicas .....	30
1.3.1. O <i>Jornal Sem Terra</i> (JST): base da estratégia de comunicação do MST .....	39
1.4. Comunicação e Poder na sociedade contemporânea .....	45

### **CAPÍTULO 2**

2. Terra, luta e transformação .....	55
2.1. A gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra .....	59
2.1.2. Novo patamar das lutas no campo .....	62
2.2. Ações em torno da dimensão cultural do Movimento .....	71
2.2.1. Os anos 90 e a ampliação do diálogo sobre a problemática agrária .....	74
2.3. Estratégias comunicativas .....	80
2.3.1. Respostas organizativas: o Setor de Comunicação do MST .....	84
2.3.2. O convencimento interno .....	86
2.3.3. Objetivos e produção coletiva .....	88

### **CAPÍTULO 3**

3. O 5º Congresso Nacional do MST: desafios para uma ação contra-hegemônica .....	93
3.1. A disputa de sentidos expressa pelos meios de comunicação .....	98
3.2. Trabalhadores e produtores .....	113
3.3. A luta de Davi contra Goliás no campo da comunicação .....	118

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Das possíveis cercas rompidas .....	128
-------------------------------------	-----

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	134
---	-----

## INTRODUÇÃO

As dinâmicas da Comunicação, hoje, potencializam uma nova organização das relações sociais no mundo globalizado. Distintos aspectos da vida, das configurações identitárias às relações produtivas, passam por mutações; as regras do poder confundem-se cada vez mais com o controle da informação; questões ligadas à visibilidade e à representação ganham destaque em meio às disputas políticas. Tendo em vista este cenário, supomos que o sistema político passa por uma reconfiguração, para a qual contribuem as relações que se desenham a partir do campo da cultura, de modo geral, e, em particular, da comunicação, o que nos leva a indagar como as intervenções dos movimentos sociais podem ser potencializadas, se realizadas também nessas esferas.

Para emprendermos esta investigação, que versa sobre as inter-relações entre comunicação e política, dentre os diversos sujeitos que poderíamos analisar, destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado um dos principais movimentos sociais da América Latina. Acreditamos que o estudo deste caso particular, selecionado por conta da relevância do Movimento, da diversidade de produtos comunicativos desenvolvidos e do enfrentamento à criminalização empreendida pelos meios de comunicação tradicionais, possibilitará o confronto de uma experiência concreta à hipótese, que ora levantamos, de que a cultura e a comunicação, mais que instrumentos ou meios, tornaram-se espaços de disputa estratégicos para a concretização de um projeto de transformação social na contemporaneidade.

O MST é exemplar também por ser uma das maiores organizações políticas brasileiras, presente em 23 estados e mantenedora de significativa relação internacional, sobretudo através da Via Campesina<sup>1</sup>. Ao longo de sua história, o Movimento<sup>2</sup> mobilizou cerca de 1,5 milhão de pessoas, dentre elas 90 mil famílias que continuam acampadas; conquistou formação superior para 50 mil de seus integrantes; recebeu dezenas de prêmios e homenagens internacionais por sua atuação em diversos campos, como na produção de alimentos, na educação e na cultura<sup>3</sup>. Efetivamente, conseguiu inscrever-se no cenário político, embora não de forma consensual, pois desperta tanto o apoio quanto a crítica de setores da sociedade que podem interpretá-lo como vitorioso, violento,

---

<sup>1</sup> Nascida em 1993, a Via Campesina é um movimento internacional que reúne camponeses, pequenos agricultores, sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores de 70 países da África, Ásia, Europa e América. Encampa a luta contra o agronegócio e em defesa da soberania alimentar.

Fonte:

<[http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44](http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44)> Acesso: out. de 2010.

<sup>2</sup> Utilizaremos as expressões “Movimento”, grafada em maiúscula, MST ou Movimento Sem Terra quando nos referirmos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>3</sup> Dados divulgados em “Nossas Lutas e Conquistas”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8629>>. Acesso: jan. 2010.

importante, perigoso, etc.

Se tantas são as significações construídas sobre ele, muitas são também as formas perseguidas para se afirmar uma identidade e até a necessidade da existência do Movimento, desde ações que se tornaram características, a exemplo das ocupações, à produção de meios de comunicação próprios dos Sem Terra<sup>4</sup>, como jornal, site, revista, programas de rádio, vídeos, ações propagandísticas, etc. Ao longo do tempo, tais meios tornaram-se espaços importantes da atuação política do MST, tanto que as histórias deles revelam as estratégias forjadas para dialogar ou mesmo disputar o imaginário da sociedade, conforme veremos ao longo deste trabalho.

As experiências realizadas pelos demais movimentos sociais, de modo geral, se comparadas à construída pelo Movimento Sem Terra, podem ainda ser consideradas pontuais e reativas, o que confere ao nosso objeto certa peculiaridade. Diante deste cenário, à luz de entrevistas e documentos publicados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, analisamos as estratégias de comunicação desenvolvidas em um momento específico: o 5º Congresso Nacional do MST, ocorrido em 2007. Tal recorte permite-nos questionar especificamente: 1. Como as ações no campo da comunicação inscrevem-se nas disputas políticas por hegemonia efetivadas pela organização; 2. Quais os objetivos das estratégias de comunicação adotadas; 3. Como se dá a produção dos materiais de comunicação; 4. Se as mudanças no âmbito das tecnologias de informação e comunicação repercutem na produção de comunicação e nos modos de atuação do MST.

Realizado ordinariamente a cada cinco anos, o Congresso Nacional do MST é considerado a instância deliberativa máxima do Movimento (MST, Caderno de Formação N° 30, 1998, p. 41). Nele, são compartilhadas análises de conjuntura; aprovadas resoluções sobre estratégia; escolhidas as pautas que serão encampadas e a palavra de ordem que norteará as ações dos cinco anos ulteriores. Em geral, a preparação desse momento tem início dois anos antes, quando são fomentadas, na “base”, discussões sobre a conjuntura política e os temas do encontro.

Ocorrido entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, o 5º Congresso Nacional do MST teve como lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”. Consolidou-se como o maior dos Congressos já realizados pelo Movimento. Dele participaram cerca de 18.000 pessoas, dentre as quais representantes dos 24 estados onde o Movimento está organizado, além de 181 integrantes de delegações internacionais vindas de 31 países e que ali manifestaram seu apoio à luta por Reforma Agrária. Uma “cidade de lona” foi criada para receber tantos participantes, mobilizando, para isso, uma impressionante infraestrutura.

Seguindo o entendimento gramsciano que adotamos neste trabalho, o 5º Congresso Nacional

---

<sup>4</sup> A expressão “Sem Terra” faz referência aos/às integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

do MST pode ser compreendido como um elemento da disputa política, de uma “guerra de posição”, isto é, da movimentação política que possibilita o acúmulo de forças com vistas à conquista do poder. Buscou-se, nesse sentido, inscrevê-lo como evento político de destaque em meio a uma conjuntura adversa, conforme detalharemos nas páginas que seguem. Importante frisar que o congresso, assim como as discussões políticas e as ações de comunicação ali executadas permitem, destarte, um olhar mais geral sobre o Movimento e sobre as estratégias traçadas por ele, até mesmo porque o próprio momento que recortamos para esta análise traz à tona discussões que remetem à constituição do MST, mas também aos desafios enfrentados em 2007. Nesse sentido, esta investigação perscrutará os caminhos do Movimento Sem Terra, analisando as ações que conformam esta “guerra”.

Concretizar tal visão histórica é fundamental, pois que o próprio congresso não se limita aos dias de sua efetiva realização. O momento preparatório dele, por exemplo, é o que mais acumula do ponto de vista da formulação e da formação política da militância. Já durante o acontecimento em si, entram em cena a reafirmação ideológica e o fortalecimento dos laços que unem o Movimento. Trata-se, devemos destacar, da produção social de um fato político que carrega em si fortes elementos simbólicos e midiáticos. Do ponto de vista simbólico, tem a função de afirmar uma cultura própria, por isso existem as místicas que resgatam a história coletiva dos participantes, os espaços para violeiros, a troca de produtos regionais. Todos esses elementos contribuem para fortalecer o cimento ideológico que unifica a pluralidade de sujeitos em torno do MST. Por outro lado, há um inegável aspecto midiático. O dia a dia dos dirigentes durante o Congresso, a montagem da cena e os elementos escolhidos para sua composição são expressões da negociação operada entre a gramática das mídias e o fazer político da sociedade contemporânea.

Neste trabalho, a análise de ações fundamentadas no entrecruzamento entre cultura e política, no bojo de uma ação que pretende ser transformadora, é problematizada teoricamente a partir das formulações de Antonio Gramsci. Isso porque a teoria crítica desenvolvida por esse pensador militante, nascido na Sardenha, Itália, teve o papel no “[...] desbloqueamento, a partir do marxismo, da questão cultural e da dimensão de classe na cultura popular.” (BARBERO, 2008, p.112). Em diálogo com tal ponto de vista, questionamos as inter-relações entre política, cultura e comunicação, entendendo as práticas comunicativas como integrantes das relações sociais mais amplas, leitura que é fruto da apropriação que ora fazemos do conceito de hegemonia.

De acordo com Gramsci (1978, 2002), a hegemonia de um grupo social dá-se através da combinação entre coerção e consenso, para o qual contribuem os aparelhos privados de hegemonia, dentre eles escolas, igrejas, partidos e meios de comunicação, pois auxiliam na difusão de valores e visões de mundo, por fim, de ideologias. Consiste, pois, na formação da liderança de uma classe

sobre as demais, pressupondo a capacidade de produzir alianças de classes e frações de classes, de dirigir a sociedade. Como categoria dinâmica, a ideia e o próprio regime da hegemonia comportam os dissensos, as contradições, a construção do que o teórico britânico Raymond Williams, um dos expoentes da perspectiva dos Estudos Culturais, à qual nos alinhamos, entende como contra-hegemonia.

A perspectiva da contra-hegemonia, desenvolvida, posteriormente a Gramsci, no campo marxista, objetiva apresentar as possibilidades da luta ideológica estar alinhada a um projeto antagônico de classe em relação ao projeto da burguesia. Mais que expressar uma crítica, portanto, a contra-hegemonia coloca-se na esteira de um processo de contraposição e superação da atual conformação social, com vistas ao estabelecimento de um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, questionamos se a prática cultural do Movimento Sem Terra, especificamente no que tange às estratégias de comunicação, conforma-se como contra-hegemônica, apresentando ou não a possibilidade de ruptura com a sociedade do capital.

A escolha do aporte teórico gramsciano deve-se, ainda, a três fatores fundamentais: primeiro, Gramsci é considerado um dos principais pensadores marxistas quanto ao debate das estratégias que deveriam ser empreendidas, com vistas à transformação social, em sociedades nas quais o capitalismo já estaria desenvolvido; é também um estudioso fundamental para o pensamento crítico sobre a sociedade, concebida como uma totalidade formada, dialeticamente, por fatores de ordem estruturais e superestruturais; por fim, suas contribuições ao estudo da cultura e da comunicação, destacadas, desde meados do século passado, por teóricos ligados especialmente aos Estudos Culturais, ainda guardam potencialidade, “[...] justamente, em relacioná-la [a comunicação] com a totalidade da vida social, compreendendo-a como *cultura*, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto. E, como tal, estará associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia” (COUTINHO, E. 2008, p. 43, grifo do autor).

Assim, já em nosso primeiro capítulo, detalhamos a formulação gramsciana da hegemonia e a proposta da contra-hegemonia, problematizando o papel dos meios de comunicação na sociedade, a partir de tais conceitos. Apresentamos os marcos fundamentais da produção comunicativa do MST, relacionando-a à tese do jornal como organizador coletivo, proposta por Vladimir Lênin (1901, 1902), cuja influência sobre o Movimento é perceptível. Apreendemos, ainda, a localização dos meios de comunicação em questão no contexto do atual sistema de comunicação brasileiro, marcado pela primazia da iniciativa privada, a fim de questionarmos os desafios para a existência contra-hegemônica e para a repercussão, na cena pública, das mensagens produzidas pelo MST.

O segundo capítulo parte da relação entre posse da terra e poder, no Brasil. Analisamos, então, os movimentos camponeses e os entendimentos que a esquerda brasileira construiu

historicamente acerca da participação deles em um processo de transformação social. Adentramos, em seguida, na formação do MST, destacando os elementos que contribuíram para sua organização e para a conformação assumida atualmente, bem como os passos que o diferenciaram dos demais movimentos sociais que atuavam no campo e que possibilitaram que o Movimento Sem Terra viesse a construir um sujeito coletivo com bastante expressividade e força política.

Percebemos também como a cultura e a comunicação, em particular, contribuíram para que o MST adquirisse algumas das características que possui hoje. Discutimos, ademais, a formação do seu Setor de Comunicação, comparando as formulações e práticas que o antecederam àquelas tecidas a partir desse espaço específico de reflexão. Para tanto, dialogamos com as informações obtidas através de entrevistas realizadas integrantes do MST. As proposições lançadas pelo Setorial quanto ao conteúdo e à gestão dos meios inspirarão a investigação sobre os processos comunicativos desenvolvidos durante o 5º Congresso, foco do último capítulo desta dissertação.

Nele, consideramos com mais vagar o contexto sociopolítico e a produção comunicativa relacionada àquele Congresso Nacional do MST, contrapondo essa experiência às questões que as teorias examinadas aportaram. Neste estudo das possibilidades de questionamento da hegemonia dominante por parte do MST, consideramos o fato de que vivenciamos, no Brasil, especialmente na última década, o descenso das mobilizações sociais, enquanto ocorreram transformações econômicas que levaram o país a ocupar um lugar de destaque na geopolítica internacional. Sob a égide do Governo Lula (PT), as camadas médias detiveram um poder de compra cada vez maior e alavancaram as estatísticas do comércio. Um maior contingente populacional passou a compor a “classe média”. Integrados pela via do consumo, tais setores apoiaram políticas paliativas de distribuição de renda, políticas que também interferiram no grau de mobilização dos setores mais pauperizados<sup>5</sup>. A Reforma Agrária, por outro lado, refluuiu, enquanto a concentração no campo manteve o mesmo patamar ocupado durante a Ditadura Militar (1964-1985)<sup>6</sup>.

Questão relevante para o atual contexto histórico, o fortalecimento do agronegócio e as reconfigurações do campo são discutidas neste trabalho. Afinal, será em relação ao agronegócio que o MST empreenderá veemente contraposição, sobretudo a partir do 5º Congresso. Como veremos, os conteúdos veiculados através dos meios de comunicação do Movimento serviram à preparação do terreno da disputa; à disseminação das análises sobre a reconfiguração do campo e, inclusive, ao fortalecimento da militância. Abordamos, ainda, as limitações da produção comunicativa analisada,

---

5

LACERDA, Ângela. “Stédile admite que Bolsa Família ajudou a reduzir acampamentos”. Jornal O Estado de São Paulo. Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stedile-admite-que-bolsa-familia-ajudou-a-reduzir-acampamentos,703058,0.htm>> Acesso: abr. 2011.

<sup>6</sup> “Reforma Agrária, descanse em paz”. Fonte: Revista Carta Capital. Edição 657. São Paulo, agosto de 2011.

tanto do ponto de vista do conteúdo quanto das lógicas de produção dos materiais, ainda bastante restrita aos profissionais ligados ao Movimento. A centralidade da pesquisa, devemos ressaltar, não está nos dispositivos de comunicação ou em suas tecnologias, mas sim no processo vivido e nas relações estabelecidas entre o fazer comunicativo e a dinâmica social que envolve o Movimento.

O estudo proposto baseia-se na perspectiva da sociologia crítica do conhecimento, desenvolvida pelo sociólogo Michael Löwy, pois reconhece o caráter histórico do objeto de pesquisa e as possibilidades de transformação dele a partir da ação humana. Mais que isso, advoga que “As visões sociais de mundo, as ideologias e as utopias das classes sociais conformam de maneira decisiva – direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente, o processo de conhecimento da sociedade” (LÖWY, 1994, p. 203). Compreende, pois, que a escolha do objeto, a argumentação científica, a pesquisa empírica, o grau de objetividade assumido e mesmo o valor cognitivo do discurso conformam a estrutura interna da pesquisa.

Percebendo a realidade social como infinita, o sociólogo destaca que toda ciência implica em opções que determinam as questões e até mesmo as problemáticas consideradas. Assim, “[...] o processo de conhecimento científico-social desde a formulação das hipóteses até a conclusão teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos, que é atravessado, impregnado, ‘colorido’ por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo.” (LÖWY, 1994, p. 203). Ao afirmar que todo conhecimento é relativo a uma perspectiva orientada por certa visão de mundo, ele refuta as concepções positivistas de ciência e aproxima-se da perspectiva historicista e mesmo relativista. Todavia, o relativismo que incorpora às suas reflexões não é aquele que acaba por levar ao ceticismo, ao relativizar todos os tipos de produção de conhecimento. Ao invés disso, afirma a necessidade de uma “sociologia diferencial do conhecimento” questionar qual o ponto de vista de classe e a visão de mundo mais propícia ao conhecimento da realidade social, admitindo uma compreensão dialética dessas visões sociais, já que elas comportam revelações, mas também ocultações.

A pesquisa que ora realizamos, por certo, está norteada pelo ponto de vista daqueles que se colocam junto às fileiras do MST nas lutas, na crítica ao sistema capitalista e na busca pela transformação da sociedade. Se, por um lado, essa ligação influencia a abordagem dos fenômenos aqui analisados, por outro, possibilita olhar além dos limites históricos do capitalismo para, com isso, trazer à tona a problemática da superação das relações de força hegemônicas que hoje sustentam esse sistema, o que não pode se dar, sem se ter um conhecimento eficaz da sociedade.

Ainda de acordo com Löwy (1994, p. 208-209), para tomar o poder, o proletariado necessita de ações deliberadas e conscientes. Assim, “O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica é, portanto, uma condição necessária de sua prática revolucionária; em outras palavras: a

verdade é uma arma de seu combate, que corresponde a seu interesse de classe e sem o qual ele não pode prosseguir.”. Sendo assim, defrontamo-nos com a necessidade de produzirmos um conhecimento que aponte possibilidades e limites das lutas pela superação do atual sistema, embora estejamos certos de que tais considerações são limitadas pelo próprio recorte da pesquisa, voltada às práticas de comunicação.

Buscamos, assim, ao longo da feitura deste trabalho, fazer com que nossa ligação com o Movimento Sem Terra não comprometesse a análise e a crítica necessárias à construção do saber, mas fossem, ao contrário, amplificadora dele. Assim, optamos por efetivar a pesquisa em diálogo com os integrantes do Movimento, o que foi feito desde a seleção do recorte de nosso trabalho. Foram os próprios militantes do MST que nos apontaram o momento do congresso para nossa análise, pois ele, embora específico, expõe a historicidade da organização, seus desafios atuais e, além disso, contribui para a percepção da comunicação no bojo dos processos políticos vivenciados. Seguimos, então, o estudo, atentando para não romantizar o MST, o que decerto não contribuiria para as pesquisas sobre a comunicação no contexto das organizações populares, nem mesmo para a reflexão sobre as estratégias de comunicação abordadas no presente texto.

Além de assumirmos a perspectiva epistemológica da sociologia crítica do conhecimento, incorporamos outros procedimentos que permitiram a reunião, a análise e a interpretação dos dados empíricos. O primeiro deles consistiu no diálogo com o conhecimento já produzido sobre os temas abordados, perseguido através da revisão de literatura. A grande quantidade de pesquisas acadêmicas elaboradas sobre o Movimento Sem Terra revelou-se um desafio em nosso percurso, tanto por exigir o conhecimento de parte considerável do que fora produzido quanto por nos provocar a contribuir com a produção de novos aportes.

Valemo-nos, ainda, da análise dos documentos produzidos pelo Movimento em questão, metodologia que “[...] compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim.” (MOREIRA, 2010, p. 271. *In*: DUARTE e BARROS (Org.), 2010), qual seja, a percepção da forma como o MST tem compreendido e trabalhado com a comunicação. Ao todo, tivemos mais de uma dezena de documentos analisados. Parte deles foi, pela primeira vez, sistematizada por uma pesquisa acadêmica, o que conseguimos realizar também com o auxílio de militantes que colaboraram com este trabalho através da disponibilização de parte de seus arquivos. É necessário destacar, no que tange à opção pela análise documental, que não desconhecemos o fato de que os documentos expressam, sobretudo, a visão da direção do Movimento, tomadas aqui como uma versão oficial. Temos claro que esta fala da organização dificilmente é reproduzida, em sua integralidade, em meio à “base”, onde as relações sociais são muito mais complexas e diversificadas do que apresentam os textos. Essa disparidade, no entanto, também nos possibilita discutir a

construção interna de um entendimento comum sobre os temas abordados, o que é feito, especialmente, no segundo e terceiro capítulos deste trabalho.

Aos documentos somamos a análise do conteúdo da parcela da produção comunicativa relacionada ao 5º Congresso, cuja elaboração deu-se entre os meses de janeiro e junho de 2007, e a veiculação através do site do *mst.org.br*, do *Jornal Sem Terra (JST)* e da *Revista Sem Terra (RST)*. Tal *corpus* comporta: 53 notícias e 03 entrevistas veiculadas através do site; seis edições do JST e quatro da RST. Partindo do entendimento de que o jornalismo não é um reflexo objetivo da realidade, para investigar o material selecionado, formulamos um questionário que nos possibilitou estabelecer o confronto entre as matérias publicadas, nossos questionamentos e as problemáticas advindas das teorias discutidas nos capítulos iniciais. Em diálogo com a perspectiva da análise de conteúdo, mapeamos as produções e, em seguida, questionamos: o tema da matéria; a presença do MST no título das mesmas; o que é defendido prioritariamente; o que é denunciado; quais fontes são ouvidas; se há a citação de pesquisas ou dados estatísticos; se o ângulo adotado é de conflito ou solução; e qual a autoria dos textos. Assim, discutimos as estratégias da comunicação e as possibilidades de construção de visões de mundo contra-hegemônicas a partir delas.

Tal *corpus* é representativo da produção do Movimento, sobretudo por objetivarmos aprofundar o conhecimento acerca do conteúdo textual produzido. Importante ressaltarmos que nos limitamos aos textos, embora a produção comunicativa do 5º Congresso do MST comporte muitas outras expressões e outros formatos, como o filme “Lutar Sempre”, primeira produção audiovisual feita totalmente pelos militantes do Movimento, os programas da Rádio Brasil em Movimento, intervenções de agitação e propaganda, entre outros. Não obstante, a metodologia da análise de conteúdo indica que, para a constituição do *corpus*, é importante considerar a regra da homogeneidade, isto é: “Mas o corpus não pode incluir, simultaneamente, filmes, anúncios e notícias.” (FONSECA JUNIOR, 2010, p. 293. *In*: DUARTE e BARROS (Org.), 2010). Ademais, o filme, por exemplo, poderia ser objeto de outro estudo.

O fato de analisarmos todo um semestre de produção, portanto aquilo feito nos meses que antecederam e nos que foram posteriores ao congresso, é salutar para trazer à tona a preparação e o cotidiano do evento, quando presumivelmente as produções do MST estavam sendo consultadas por diversos setores da sociedade, o que faz com que se configurem como espaços importantes para a disputa de sentidos sobre ações, denúncias e posicionamentos do Movimento. Permite, ainda, termos acesso às avaliações e sínteses feitas após o congresso e que vieram a público.

A fim de obter mais informações e confrontar o conteúdo dos documentos, das produções comunicativas e também nossa compreensão dos processos analisados com a percepção de sujeitos que participaram ativamente deles, valemo-nos de duas entrevistas realizadas com o dirigente do

Setor de Comunicação do MST, Miguel Stédile, e outras com dois dos jornalistas que trabalharam junto ao Movimento na ocasião destacada, Maria Mello, que atua em Brasília, e Igor Fellipe, de São Paulo. Para a compreensão das relações sociais conformadas pelos meios e do envolvimento dos produtores, utilizamos a técnica da entrevista narrativa. Segundo Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2002, p. 93), ela consiste em estimular que “[...] um entrevistado (que na EN é chamado um ‘informante’) a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social.”, no caso, a participação no 5º Congresso do MST e no Setor de Comunicação do Movimento. Para ampliarmos o escopo de percepções sobre o objeto, utilizamos, ainda, um questionário que foi aplicado junto a quinze integrantes do Movimento que participaram desse congresso e que hoje cursam jornalismo na Universidade Federal do Ceará<sup>7</sup>.

Diferente da maioria das pesquisas produzidas sobre a relação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra com a comunicação ou com a mídia, especificamente, não objetivamos falar das ausências deste na cobertura das empresas jornalísticas ou da imagem construída por elas. Voltamo-nos, sim, à experiência do MST. O foco da análise igualmente não está nos dispositivos de comunicação ou em suas tecnologias, mas sim no processo vivido, por isso volvemos ao contexto em que se formou o Movimento e à história dele, sem a qual o recorte escolhido para este estudo não teria vida, pois que é fruto de acúmulos gestados ao longo do tempo.

Podemos afirmar, em consonância com a proposta de Mata (1988, p. 02), que “[...] *se trata de hablar de los sectores populares, de su situación, de sus modos de vivir y de pensar su vida, de sus necesidades y deseos, de lo que mueve em algún momento – por iniciativa propia y autónoma o con el concurso de otro – a hablar públicamente, a hablarse entre sí y para los demás.*”. Adotamos, para tanto, o conceito de comunicação expresso através da seguinte formulação:

*Si se piensa la comunicación como un conjunto e intercambios a partir de los cuales se van procesando identidades, normas, valores, se van articulando intereses, se van acumulando y legalizando saberes y poderes, es inevitable reconocerla como un espacio privilegiado para la construcción de diferentes sentidos del orden social. Es decir, como un terreno a partir del cual diferentes actores propondrán sus propios sentidos de ése orden, que competirán entre sí para convertirse en sentidos hegemónicos.* (MATA, 1988, p. 02)

Sem dúvida, a capacidade de produzir o conhecimento almejado foi limitada pelas condições da pesquisa. Primeiro, o MST é um movimento complexo demais, para se apreender apenas uma de suas dimensões, tanto que trabalhos sobre o mesmo período congressual já foram desenvolvidos a partir de outras áreas do conhecimento, como a psicologia. Diferentes limitações ficaram claras

<sup>7</sup> A Universidade Federal do Ceará, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desenvolve o curso de Jornalismo da Terra. Este é o primeiro curso de jornalismo destinado aos integrantes de movimentos sociais, o que se dá através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O curso reúne sessenta assentados de diversos estados do país, o que possibilitou à autora desta pesquisa o diálogo com diferentes sujeitos vinculados ao MST.

durante o desenvolvimento do estudo, como o fato de não termos acompanhado presencialmente o 5º Congresso do MST, o que nos levou à investigação a partir de fontes secundárias.

Devemos considerar, ainda, que as problemáticas que abordamos estão se desenlaçando no tempo presente, como a própria relação do Movimento com o agronegócio e com o grupo político que esteve e que continua, ainda hoje, à frente do Governo Federal. Essa temporalidade impede que cheguemos a uma conclusão definitiva sobre o sucesso ou não das estratégias políticas e comunicativas construídas pelo Movimento. Não obstante, a sistematização de sua trajetória, o apontamento dos caminhos escolhidos, dos erros e acertos desse percurso de quase trinta anos de luta, em diálogo constante com a comunicação, poderão contribuir para os estudos interessados na inter-relação entre comunicação e política, com foco na atuação dos movimentos sociais.

## 1. A articulação hegemônica: uma perspectiva gramsciana

*“En la lucha de clases  
todas las armas son buenas,  
piedras,  
noches,  
poemas”*

Paulo Leminski

Se considerarmos o momento recortado para este estudo, fica clara quão necessária é a discussão de Antonio Gramsci (1891 – 1937) sobre a hegemonia. O 5º Congresso do MST assinalou e propagou uma mudança na avaliação política do Movimento sobre a conformação das relações sociais no campo e quanto aos desafios para a realização da Reforma Agrária. Ademais, ele ocorreu, conforme destacamos já na Introdução, em meio a um cenário político marcado pelo fortalecimento do agronegócio, um dos pilares de sustentação econômica do Governo Lula (PT), que então entrava em seu segundo mandato. Tal conjuntura complexifica a apreciação proposta, pois ela busca ir além das investigações sobre técnicas e mídias, percebendo o contexto e as dinâmicas sociais que envolvem a produção comunicativa e os sujeitos que a elaboram.

Antes de adentrarmos o pensamento de Gramsci, faz-se necessário destacar que, já na obra de Karl Marx (1818 – 1893), encontram-se discussões importantes acerca da totalidade das relações sociais, do problema da determinação e da dialética existente entre a base econômica e a cultura, a política, etc. Não obstante, como a análise que fazia estava voltada prioritariamente ao entendimento da dinâmica do capital, muitas das ideias lançadas sobre outras temáticas não foram desenvolvidas de forma plena. Por exemplo, no Prefácio à Crítica da Economia Política, embora tenha considerado que por sobre a infraestrutura se erguia a superestrutura, Marx afirmou a importância e a autonomia relativa desta. Nesse sentido, defendeu que “[...] é sempre preciso distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas, numa palavra, ideológicas em que os homens tomam consciência deste conflito e o dirigem até ao fim.” (MARX, 1859, s/p) <sup>8</sup>.

A determinação estrutural, todavia, adquiriu absoluta primazia em muitos de seus escritos, como vemos na seguinte passagem de A Ideologia Alemã:

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.insrolux.org/textosmarxistas/economiapolitica.htm>>. Acesso: mai. 2010.

homens aparecem aqui como a **emanação direta** de seu comportamento material. (MARX, 1998, p. 19, grifo nosso).

Devido às diferentes interpretações dessas formulações, “No desenvolvimento do pensamento marxista, foi-se verificando nas elaborações sobre a totalidade social uma dificuldade de apreensão da dialética entre o econômico e o político, ou seja, uma dificuldade de perceber e trabalhar teoricamente a relação entre a infra-estrutura e a superestrutura.” (PINHO, 1983, p. 29), postura que resultou em interpretações estritamente economicistas ou, do contrário, voluntaristas.

Tendo em vista este impasse, consideramos a contribuição teórica de Gramsci essencial, pois recuperou a dialética existente entre os diversos âmbitos que conformam a totalidade da organização da sociedade e considerou-a essencial para o entendimento das relações sociais, já que, conforme o próprio autor: “É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas.” (GRAMSCI, 2002, p. 36).

A compreensão dessa totalidade orgânica conduziu sua contínua reflexão a respeito das estratégias que deveriam ser levadas a cabo nas lutas pela transformação social. O intelectual sardo alertou, por isso, que a concretização de mudanças profundas dependia não apenas das ações que objetivassem fragilizar a economia ou tomar de forma imediata o poder, mas também daquelas que preparassem o terreno da disputa, para as quais seriam necessárias intervenções nos espaços onde ocorrem as construções de sentidos e de visões de mundo. Analisando tais teses, Pinho considera que “A transformação social é concebida como um processo global que se faz simultaneamente no terreno econômico e ideológico [...] através da luta política.” (PINHO, 1983, p. 31).

Uma questão central para esta leitura dos processos de estruturação e questionamento do poder consiste na acepção da hegemonia, compreendida por Gramsci (2002) como a combinação de direção e domínio. A partir dessa ideia, o fundador do Partido Comunista Italiano desenvolveu uma extensa teoria e sustentou que o poder de um determinado grupo sobre os demais é mantido pelo uso da força e pela fabricação do consenso, este legitimador da dominação. “Portanto, temos a hegemonia entendida não como direção política, mas também como direção moral, cultural e ideológica.” (GRUPPI, 1978, p. 11), o que confere às disputas políticas novos contornos.

Sabemos que o termo hegemonia foi utilizado em outros contextos, com distintas interpretações. Historicamente, aliás, atribuiu-se à hegemonia a função de direção do exército – era esse o significado grego do termo *eghestai*, do qual provém a palavra hegemonia. De acordo com o historiador Perry Anderson (1986, p. 16), “O termo *gegemoniya* (hegemonia) era um dos lemas políticos centrais no movimento social-democrata russo do fim dos anos 1890 a 1917.” Já naquele período, com Lênin, passou a designar, principalmente, a direção política que deveria ser exercida

pelo proletariado sobre os demais grupos, no contexto das disputas dos rumos da revolução que se iniciava na Rússia (GRUPPI, 1978, p. 11).

Gramsci bebeu dessas fontes, com as quais manteve intenso contato. Analisando, contudo, a formação social e o momento que enfrentava, foi além delas ao sugerir que:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2002, p. 95)

Nesta afirmação, fica clara a ampliação da ideia de hegemonia, tida, a partir de então, como a capacidade de um grupo dominante exercer sobre os demais, por meio da força e do consenso, a direção e o domínio. Esta leitura favoreceu a análise das disputas em sociedades que Gramsci designou como “Ocidentais”<sup>9</sup>, cujas características eram distintas daquelas “Orientais”, como a russa, pois nestas “[...] o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil.”, já que “O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 262).

Conforme Anderson (1986, p. 21), a partir dessa distinção entre as configurações sociais, “Gramsci estendeu a noção de hegemonia a partir de sua aplicação original, das perspectivas da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, para os mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada.”. Disso resultou “[...] uma série aparentemente formal de proposições sobre a natureza do poder na história. [...] Em outras palavras, Gramsci deslocou o campo de aplicação do conceito de hegemonia para o estudo da dominação capitalista” (Anderson, 1986, p. 22).

### **1.1. Novos arranjos, outras formas de luta**

Carlos Nelson Coutinho (1996, p. 58), por sua vez, assevera que a passagem citada da obra gramsciana expressa a novidade do tratamento dado, por aquele autor, ao Estado e à revolução, em

<sup>9</sup> Uma importante diferença das sociedades “Ocidentais” em relação às “Orientais” é a existência de um sistema parlamentar. Anderson considera que, nas sociedades atuais, o próprio parlamentarismo é o principal espaço de construção do consenso, pois gera a crença em uma igualdade democrática e oculta a existência de dominantes (ANDERSON, *op. cit.*, p. 30). Embora reconheça a importância dos meios de comunicação e, de forma geral, dos aparelhos privados de hegemonia para a fabricação do consenso, alerta: “[...] não se deve exagerá-la, nem sobretudo colocá-la no mesmo plano ideológico cultural do próprio Estado.” (*Ibid.*, p. 29).

relação às experiências em curso à época. Em Gramsci, o Estado “integral”<sup>10</sup> é entendido como uma formação constituída pela combinação da “sociedade política” com a “sociedade civil”<sup>11</sup>. Enquanto à primeira estaria reservado o exercício da força, pois nela estão os órgãos legitimamente encarregados da coerção e do domínio; à outra caberia a fabricação do consenso, já que reúne os espaços através dos quais ocorre a socialização dos indivíduos e a constituição dos sentidos.

Interessa-nos, particularmente, a dinâmica que envolve a sociedade civil, pois nela podemos localizar os movimentos sociais e os meios de comunicação. Isso porque, indo ao encontro da formulação do cubano Jorge Luiz Acanda, entendemos a sociedade civil como:

[...] é conformada pelo conjunto de organismos, usualmente conhecidos como “privados”, que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a formação do consenso e a adesão das massas. A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção moral e intelectual do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e a adesão das classes dominadas. (ACANDA, 2006, p.175)

Exemplificando os aparelhos privados de hegemonia, Gramsci apontou a igreja, a escola, os partidos políticos e os jornais, dentre outras instituições responsáveis pela produção e difusão de representações ideológicas, de valores e modos de vida. De acordo com tal ponto de vista, os grupos dominantes utilizam-se delas para buscar fabricar o consenso necessário à hegemonia. Entretanto, dado que a sociedade civil é um espaço plural e não homogêneo, ao mesmo tempo em que ajuda a sustentar o domínio, forja-se também como sua contestadora, assim é latente que “[...] o conflito social se expressa na sociedade civil.” (ACANDA, 2006, p.181).

Estamos de acordo com a tese segundo a qual aqueles aparelhos “[...] são os agentes fundamentais da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam sedimentar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contraditar seus pressupostos.” (MORAES, 2009, p. 40), embora não sejam os únicos e não possamos desconsiderar a importância do domínio da força e do uso da violência, empregada sempre que se tenta contrariar ou subverter as hierarquias e lógicas dominantes, até mesmo porque inclusive a repressão violenta é, frequentemente, revestida por ideias que tentam legitimá-la.

A realização de um projeto de dominação ou de contestação implica, de acordo com o

<sup>10</sup> Alguns teóricos tratam-no como “Estado ampliado”, designação dada por Christine Buci-Glucksmann, em 1975.

<sup>11</sup> Importante ressaltarmos que aquela é uma distinção metodológica, conforme destacou Gramsci (2002, p.47): “A formulação do movimento de livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade civil e sociedade política, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve interferir em sua regulamentação”.

exposto, a arquitetura de uma ideologia capaz de unir e mobilizar forças em prol de sua sustentação. Todavia, não apenas visões de mundo comuns forjam um bloco consensual. Para que ele exista, também são necessários ajustes de ordem econômica, imprescindíveis para a manutenção de certa conformação social. Embora de forma limitada e sem afetar os lugares determinados a dominantes e a dominados, “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa.” (GRAMSCI, 1978, p. 33).

Devemos considerar, ainda, que as esferas ideológicas e econômicas encontram-se, muitas vezes, atreladas. No caso da comunicação, esta junção é clara: além da importância para a construção de representações sociais, os meios de comunicação tornaram-se instituições que movimentam capitais financeiros cada vez mais vultosos – constatação que leva Almeida (2009), por exemplo, a afirmar que esses meios são aparelhos privados de hegemonia “especiais”. A título de exemplo, vale destacar que, hoje, os produtos ligados à cultura e ao entretenimento aproximam-se do topo da lista dos principais itens da pauta de exportação dos Estados Unidos.

Diante disto, Jorge Almeida considera necessário repensar a relação entre economia e superestrutura e atualizar a formulação gramsciana para se compreender também o papel econômico da imprensa. De acordo com o autor:

Mas, a mídia de hoje está longe de ser a imprensa das décadas de 20 e 30 na Itália. Se aquela era uma imprensa (mesmo em grande parte com fins comerciais, portanto de mercado) mais vinculada à sociedade civil, como superestrutura, e tinha uma função marcadamente de interferir no processo político e cultural da sociedade, hoje a mídia é também marcadamente estrutura econômica e tem um forte papel estruturante da política e da sociabilidade contemporânea. Porém, é mais do que isso: é um setor de ponta (núcleo decisivo, para usar um termo gramsciano) da própria atividade econômica. (ALMEIDA, 2009, p. 10)

Diante da complexidade das formações sociais, dentre as quais a comunicação é um exemplo bastante ilustrativo, percebe-se, ao encontro de Gramsci (2002, p. 24), que a tomada do poder, única forma de se transformar efetivamente a realidade vivida, deve ser precedida por um acúmulo de forças. Conforme ele explicou por meio da apropriação de termos militares, seria preciso, para além da “guerra de movimento”, a “guerra de posição”, isto é, uma ação prolongada que fomente o questionamento do senso comum, dos valores internalizados, dos sentidos ditados por outrem. Tais questionamentos, contudo, não são operações fáceis, afinal “[...] modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante 'explosões' rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de 'combinações sucessivas', de acordo com 'fórmulas de autoridade' variadíssimas e incontroláveis.” (GRAMSCI, 2010, p. 207).

Uma nova realidade, portanto, seria fruto de uma construção paulatina, que, até mesmo por lidar com questões consideradas “naturais”, deveria ser deflagrada antes da conquista da hegemonia. Nesse processo, há que disputar os aparelhos privados de hegemonia, com vistas ao questionamento das representações dominantes e à construção de outras, próprias das classes subalternas. Por fim, faz-se necessária uma reforma intelectual e moral que conduza à formação de novas subjetividades e de outras consciências – de um novo homem, o homem coletivo.

Essa perspectiva aponta, “[...] na sua alternativa de construção da hegemonia do proletariado, como a ideologia das classes dominadas atua no sentido de superar a passividade dos dominados na formação de um consenso de classe que unifique pensamento e vida no processo de luta política com a classe dominante.” (PINHO, 1986, p. 40). Por outro lado, não desconsidera a pluralidade de significações que compõem ou influenciam a formação da concepção de mundo das classes (e frações de classes) subalternas, ao contrário. Antonio Gramsci (2010, p. 205) destacou que, para a formação de uma consciência coletiva, era necessário considerar a diversidade de formas a partir das quais as distintas camadas sociais elaboram sua consciência.

Essa diversidade efetivamente está presente na própria cultura dos trabalhadores, que está longe de compor um todo homogêneo. A penetração da cultura dominante ocorre de tal forma que até os setores que sofrem as consequências da dominação acabam compartilhando códigos, representações e valores, por mais que eles estejam em contradição com a realidade vivida (HALL, 2008). Isso não ocorre por acaso, mas sim para amenizar os questionamentos à hegemonia estabelecida. Esta, por outro lado, também acaba tendo que fazer concessões: incorpora elementos populares para propiciar a identificação dos demais e, com isso, busca garantir a anuência das camadas subalternas à determinada concepção de mundo. O reconhecimento desse processo de assimilação também releva que “[...] a natureza multifacetada da consciência não é um fenômeno individual, mas coletivo, uma consequência do relacionamento entre ‘o eu’ e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural da sociedade.” (HALL, 2008, p. 305-306).

Com o desenvolvimento das indústrias culturais, a constituição de um projeto de ruptura em relação ao atual modelo societário tornou-se ainda mais difícil, afinal elas “[...] têm de fato o poder de retrabalhar e remodelar constantemente aquilo que representam; e, pela repetição e seleção, impor e implantar tais definições de nós mesmos de forma a ajustá-las mais facilmente às descrições da cultura dominante ou preferencial.” (HALL, 2008, p. 238). Considerando-se as culturas populares como expressões da negociação, mas também da resistência, Hall defende que pensar o “popular” significa essencialmente levar em conta as tensões contínuas, as influências, os antagonismos, enfim, as relações que são estabelecidas em relação àquilo que é dominante, em cujo centro está a luta de classes e sua relação com as questões hegemônicas.

Nesse sentido, para transformar radicalmente a sociedade, é preciso mais que a constituição de uma identidade coletiva. Como defende Ademar Bogo, um dos principais dirigentes do MST, a afirmação de uma identidade não se dá apenas com a resistência, pois isso significaria o regresso ao conceito estático de identidade. É necessário, sim, combater o projeto hegemônico e constituir outra identidade e outro projeto, bem como estruturas societárias que possibilitem a estruturação de nova sociedade. “Essa é a verdadeira relação que a luta por resistência deve ter com a identidade de projeto de classe, em que as pessoas em marcha reconheçam que estão fazendo as duas coisas interligadas: a solução dos problemas imediatos e a transformação das estruturas sociais e políticas” (BOGO, 2008, p. 123). Pensar o popular e discutir a questão da identidade no seio dos movimentos sociais, portanto, devem ser ações vinculadas à luta de classes.

Tudo isso nos mostra a atualidade do debate teórico a partir da tríade hegemonia - ideologia - meios de comunicação, sobretudo nas sociedades contemporâneas, nas quais:

Uma parte considerável da mediação simbólica, designadamente a construção de sentidos partilhados para a construção social e a reprodução de enquadramentos axiológicos e normativos, que permitem a formação e consolidação de identidades sociais e colectivas, está, de modo cada vez mais evidente, dependente da intervenção dos *media*. Deste modo, a representação social praticada nos *media* articula-se de modo decisivo com os conceitos de ideologia e de hegemonia. (CORREIA, 2004, p. 227. *In*: RUBIM (Org.), 2004)

Embora consideremos os vários entendimentos existentes acerca dos conceitos de ideologia e hegemonia, apoiamo-nos em Correia (2004, p. 224), que afirma ser possível localizar um núcleo semântico comum que permite relacioná-los com os usos das formas simbólicas de grupos que lutam pelo exercício do poder. Para o autor, esses conceitos “[...] se articulam, de modo evidente, com a dimensão simbólica, cultural e comunicacional da actividade social e política, designadamente com as relações de poder e de dominação.” (CORREIA, 2004, p. 224), o que atribui a eles lugar importante nos estudos que versam sobre a relação entre comunicação e política, como é o caso da pesquisa que desenvolvemos.

Em nosso trabalho, compreendemos a relação entre ideologia e hegemonia a partir das formulações de Antonio Gramsci e Raymond Williams, do qual trataremos à frente. A escolha por tais autores dá-se pelo entendimento de que a ideologia não se refere, necessariamente, à falsa consciência ou à inversão da realidade, mas a um sistema de ideias que se traduz em uma prática social. A escolha por essa interpretação do conceito não descarta a possibilidade de que a ideologia seja configurada como uma inversão, pois, como destaca Eagleton (1997), a ideia da falsa consciência ou inversão também não é monolítica – ela pode ser percebida, por exemplo, na opção por não explicitar os interesses econômicos que influenciam as linhas editoriais dos meios de comunicação. Não obstante, torna-se mais difícil compreender as lutas identitárias ou mesmo a

disputa de sentidos empregada pelos movimentos sociais se partirmos de uma acepção “negativa”.

Além desse papel ideológico desempenhado pelos meios, a análise das instituições de comunicação deve considerar – enfatizamos – que os interesses econômicos das empresas de comunicação influenciam a disposição dos poderes, a produção das notícias e dos valores partilhados socialmente. Aliás, muitos esforços de autores como Gramsci e Raymond Williams foram empreendidos com a finalidade de denunciar essa fragmentação dos elementos que regem a sociedade como uma artimanha que beneficia determinados grupos. Esses pensadores, ao contrário, buscaram associar o que as teses dominantes desvinculam, como a sociedade da arte; a informação dos interesses econômicos e políticos; a economia da política.

Pelo exposto, percebemos que a construção da hegemonia não é nem poderia ser algo simples. Para sua existência, é necessário um trabalho que leve em consideração os interesses de diversos grupos existentes na sociedade, sejam ou não dominantes. Devido a este caráter complexo e não unitário, a manutenção da hegemonia dá-se através do emprego de um esforço constante e de diversas ações e frentes de luta, sendo, assim, um esforço complexo e permanente.

## **1.2. O olhar sobre os jornais e a articulação hegemônica**

Embora não tenha vivenciado a convergência tecnológica nem mesmo a difusão da televisão, o principal meio de comunicação do século XX, ao longo de sua produção teórica e atuação militante, Gramsci (2010, p. 24) conferiu importância central ao jornalismo, “[...] considerado, nas notas a ele dedicadas, como exposição de um grupo que pretende (através de diversas atividades publicísticas) difundir uma concepção integral de mundo [...]”<sup>12</sup>. Além disso, a intensa produção jornalística realizada antes de ser preso denota a ênfase conferida por ele aos jornais: no total, seus artigos somam um número de páginas equivalente ao dobro das que são ocupadas com os Cadernos do Cárcere (MORAES, 2010, p. 62).

Durante sua produção pré-carcerária, entre 1910 e 1926, Antonio Gramsci publicou seus textos, especialmente, através dos jornais *L'Unità* e *L'Ordine Nuovo*. De acordo com Dênis de Moraes (2010, p. 63), já então o filósofo marxista “[...] demonstra ter exata noção do papel-chave da imprensa como aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas.”, o que o leva a denunciar o alinhamento dos grandes jornais aos poderes estabelecidos, o controle do noticiário e os interesses econômicos das empresas jornalísticas.

---

<sup>12</sup> Em seus escritos, Gramsci não utiliza a expressão “meios de comunicação”. Em algumas passagens deste trabalho, dada a apropriação e atualização que buscamos fazer do pensamento do autor, chegaremos a usá-la.

Muitas dessas críticas estão explícitas no artigo “Os Jornais e os operários”<sup>13</sup>, de 1916, em cujo início já desponta a denúncia das estratégias mercadológicas utilizadas pelas empresas para conquistar a atenção de possíveis leitores. Nesse texto, afirma que aqueles jornais servirão para “[...] injetar no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os fatos da atualidade política que mais convém aos produtores e vendedores de papel impresso.”. Alerta os operários, por isso, acerca da importância da escolha do jornal que assinam, isto é, que ajudam a sustentar. Movido pelo objetivo de despertar a crítica e o boicote, sustenta que aquele tipo de periódico “[...] é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora.” (GRAMSCI, 1916, s/p).

Desconstruindo o argumento segundo o qual, através desses jornais, obtém-se informação sobre os acontecimentos, denunciou as manipulações que ocorrem durante a produção das notícias, bem como os silêncios e as deturpações que objetivam enganar e manter na ignorância o trabalhador. Nas palavras do autor:

Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. O governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses. (GRAMSCI, 1916, s/p).

Nos Cadernos do Cárcere, percebemos que a formulação acerca do papel desempenhado pelos jornais tornou-se mais complexa. No volume dedicado ao jornalismo, propôs a existência do que intitulou como “Jornalismo integral”, isto é, um jornalismo que não apenas satisfaz as necessidades do público, mas também as cria, de modo que, conseqüentemente, acaba gerando seu próprio público e ampliando sua área de influência. Naqueles escritos, ao analisar a organização da estrutura ideológica de uma classe dominante, afirmou que “A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 78), embora obviamente não fosse única, pois para ele tudo o que poderia vir a influenciar a opinião pública é meio de propagação de ideologia, desde o nome das ruas à educação ofertada nas escolas.

Gramsci destacou o papel da imprensa e dos intelectuais para a construção de um “edifício cultural” necessário ao “[...] desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático.” (GRAMSCI, 2010, p. 201). Isso porque ele considerou que não

<sup>13</sup> GRAMSCI, Antonio. “Os Jornais e os operários”, 1916, s/p.  
Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>> Acesso: abril de 2009.

pode haver ação conseqüente e unificada, sem que haja uma visão de mundo consciente e crítica partilhada entre os integrantes de determinado grupo. Nesse processo de construção ideológica, necessário à disputa de hegemonias, o intelectual orgânico, forjado pela própria classe, desempenharia um papel fundamental, pois “[...] participa de uma visão de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover maneiras de pensar.” (GRAMSCI, 1989, p 7-8).

Para a disputa entre visões de mundo, afirmou ser necessária a realização de um plano de construção desse edifício cultural, a partir de princípios racionais, a fim de se alcançar determinadas finalidades. Nesse esforço, seria importante a produção de revistas, livros e de outros materiais, por entre os quais deveria circular “um espírito comum” (GRAMSCI, 2010, p. 201). É interessante notar o grau de detalhamento da análise de Gramsci sobre a imprensa. Além de ter estudado e debatido a produção jornalística de diversos países com extraordinário conhecimento de causa, ele não só chegou quase a propor uma política de comunicação, apesar de não utilizar esses termos, como discorreu sobre cada tipo de revista que deveria ser criada para atender a determinados fins; as seções que deveriam abrigar; os conteúdos que seriam indispensáveis para a socialização efetiva dos conhecimentos; a linguagem que deveria ser utilizada na escrita de certos textos.

Até mesmo a organização e composição da redação do jornal e a formação profissional foram alvos de suas inquietações. Isso porque ele percebeu o lugar central da imprensa, que considerava poder ocupar, inclusive, o papel de partido político, sobretudo em locais desprovidos de partidos organizados e centralizados (GRAMSCI, 2010, p. 128). Dois outros aspectos das discussões tecidas por Gramsci mostram sua atualidade e o auxílio que traz ao estudo da produção comunicativa de um movimento social contemporâneo, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São eles: a preocupação com a aparência e a compreensão das particularidades do desenvolvimento técnico e de sua relação com a cultura.

Sobre o primeiro ponto, não obstante tenha afirmado que “[...] o elemento fundamental para o êxito de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades político-intelectuais.”, também alertou: “Mas seria um grande equívoco crer que este seja o único elemento e, sobretudo, que este seja válido se tomado “isoladamente”.” (GRAMSCI, 2010, p. 249). Junto à questão ideológica, considerou a existência das relações econômicas, já discutidas em nosso trabalho, bem como a preocupação com o “aspecto exterior” de uma revista ou de um jornal diário, algo importante “[...] tanto comercialmente quanto “ideologicamente”, para assegurar fidelidade e afeição [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 249). Não escapou a ele, portanto, tecer opiniões sobre o espaçamento das linhas dos textos e a disposição das colunas, por exemplo, e sustentar que a esse “exterior” deveria ser conferida a mesma atenção dada ao conteúdo ideológico.

Ele concluiu que as duas coisas eram inseparáveis, afirmação que, por certo, ainda hoje encontra dificuldades para ser assimilada, vide a escassa preocupação estética de muitas das produções de organizações políticas, nas quais a primazia dada ao texto, que parece ser encarado como a única forma de expressão ideológica, resulta em materiais pouco atrativos visualmente ou que reproduzem formatos, cores e imagens legitimadas pela cultura hegemônica.

No caso do MST, a discussão sobre o vínculo entre estética e política tem sido fomentada, principalmente, a partir dos anos 2000, quando o Movimento passou a acessar com mais facilidade as tecnologias de comunicação. Ciente de que os valores e representações hegemônicas “[...] estão contidos na estrutura formal de representação desses produtos, e não necessariamente no âmbito do conteúdo.” (MST, 2005, p. 02), o Setor de Comunicação do MST tem desenvolvido uma leitura crítica da estética das produções massivas e se desafiado a elaborar outra. Como avalia a filósofa Iná Camargo Costa (*In*: MST, 2007, p. 06), “[...] os militantes do MST entenderam que o seu combate exigia a construção de suas próprias formas de representação estético-política da experiência social e a invenção de suas próprias formas de ação cultural contra-hegemônica.”. Um dos coordenadores do Setor de Comunicação do MST, Miguel Stédile, problematiza a questão ao salientar que “O fato da convergência tecnológica permitir fazer muitas coisas pode abrir espaço para o questionamento à indústria cultural; para a produção de novos formatos e estéticas. O risco é você usar esse arsenal técnico para fazer a mesma coisa e de forma mais precária.”<sup>14</sup>.

A afirmação de Stédile conduz à discussão de outra questão: a relação entre tecnologia e cultura. Gramsci vivenciou o desenvolvimento inicial de algumas transformações técnicas que mudariam o panorama das comunicações no século XX, como o desenvolvimento da “comunicação falada”, a exemplo do rádio e do cinema, cujo potencial de difusão ideológica considerou atentamente. Todavia, não deixou de registrar que as explosões técnicas não eram seguidas, com a mesma velocidade, por transformações culturais. Nesse sentido, argumentou:

Confunde-se a “explosão” de paixões políticas acumuladas num período de inovações técnicas, às quais não correspondem novas formas de organização jurídica adequada, mas sim imediatamente um certo grau de coerções diretas e indiretas, com as transformações culturais, que são lentas e graduais; e isto porque, se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma certa elaboração.” (GRAMSCI, 2010, p. 207).

Diante da convergência tecnológica, das redes sociais e da defesa, atualmente bastante propagada, da centralidade das novas formas de ação política no “ciberespaço”<sup>15</sup>, parece-nos importante ter em vista esse alerta, que não deve nos levar a desconsiderar as possibilidades

<sup>14</sup> STÉDILE, Miguel, 2010. Entrevista concedida à autora, em julho de 2010.

<sup>15</sup> O ciberespaço é definido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, pág. 92).

comunicativas que temos hoje. Aliás, se Gramsci ressaltou a importância do aprendizado técnico para a constituição das bases do novo tipo de intelectual no mundo moderno, hoje essa necessidade é ainda mais premente.

O que ressaltamos é a necessidade de olharmos para o processo de desenvolvimento tecnológico de forma crítica, indagando sobre a recepção e as repercussões das tecnologias na cultura e na vida cotidiana das classes subalternas e mesmo acerca de suas possíveis limitações. Afinal, o que hoje parece ser um campo desregrado e livre, como é o caso da internet, é alvo de intensas disputas, uma vez que as regulamentações, inclusive jurídicas, que regem esses novos espaços, não estão dadas. Apesar de todos esses “senões”, as resistências e a demanda por proposições de alternativas são expressas constantemente nos escritos de Gramsci, que considerava o jornal comunista como o “[...] intérprete e elemento propulsor das reivindicações populares” (MORAES, 2010, p. 65), desde que ele estabelecesse vínculos com a realidade vivida, tratasse dos problemas enfrentados pelos operários e fomentasse o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora.

Além da produção de materiais comunicativos próprios, indicação que priorizamos por estar concatenada com a forma como o MST tem buscado se contrapor aos meios de comunicação empresariais, devemos ressaltar que outras estratégias de resistência foram historicamente desenvolvidas, dentre elas a própria recepção crítica das mensagens veiculadas pelos meios. Todas elas, não obstante, não são desprovidas de elementos dominantes. Devemos “[...] reconhecer nos fatos contra-hegemônicos, ingredientes que misturam o autônomo com a reprodução da ordem imposta, e que, portanto, não podem ser situados no quadro de uma polarização extrema voltada apenas para registrar confrontações.” (CANCLINI, 1998, p. 74-75). A perspectiva teórica desenvolvida por García Canclini e por outros estudiosos, sobretudo na América Latina, é pertinente por alertar sobre o reducionismo analítico que uma postura maniqueísta pode gerar. Conforme Canclini (1998, p. 74), “[...] na pressuposição de que a tarefa da cultura hegemônica é dominar, enquanto a da subalterna é resistir, muitos estudiosos parecem não ter nada mais a investigar além dos modos pelos quais uma e outra cultura desempenham seus papéis nesse roteiro.”

Analisando as estratégias de comunicação desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vemos que elementos das instituições de comunicação hegemônicas foram apropriados. Simões (2010, p. 79), ao estudar a *Revista Sem Terra*, percebeu que “[...] não é apenas dessa antiga imprensa alternativa que [a revista] guarda referências. Por mais contraditório que possa parecer, a *Revista Sem Terra* é influenciada pela mídia hegemônica, que tanto critica.”. Também a assessoria de comunicação do MST desenvolveu-se a partir do diálogo com uma empresa de assessoria, chamada A Máquina da Notícia, que prestou serviço ao Movimento em

2006, legando a ele aprendizados sobre rotinas e instrumentos de trabalho (MELLO, Maria. 2010).

A existência dessa negociação entre o estabelecido e o subalterno é um dos motivos que nos leva a optar pelo uso do conceito de contra-hegemonia para caracterizar as ações comunicativas do Movimento, pois esse termo, mais até que outros existentes na literatura da área da comunicação, como “alternativo” ou “comunitário”, traz em seu bojo a contradição, o conflito, além de ressaltar o entendimento de que a feitura de uma comunicação própria pelo MST não se dá por acaso nem isoladamente, mas integra uma disputa complexa que objetiva a transformação da sociedade.

### 1.3. Possibilidades contra-hegemônicas

Essa transformação é bastante cara a Raymond Williams. Vinculado à perspectiva teórica dos Estudos Culturais, o autor sustenta que a realidade vivida de uma hegemonia é um processo complexo de experiências e relações sociais que enfrentam pressões e limites, por isso enfatiza que ela não existe apenas como forma de dominação desprovida de resistências. O consenso não é alcançado por completo. Há sempre recusas, questionamentos. Disso deriva a possibilidade de contestação de uma hegemonia, para a qual se faz necessária a conexão entre as muitas formas de luta das classes subalternas, de modo que elas possam levar a um senso ativo da atividade revolucionária, através de ações que questionem a hegemonia dominante e construam outras, contra-hegemônicas:

Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes na prática. (WILLIAMS, 2007, p. 115-116).

Tal concepção de hegemonia a faz ser “inseparável dos sobretons da luta” (EAGLETON, 1997, p. 107). Já que os sentidos dominantes não esgotam os outros tantos existentes em uma sociedade, há, permanentemente, o confronto com forças contra-hegemônicas, o que confere à hegemonia um caráter eminentemente relacional. Por esse viés, a construção de uma contra-hegemonia é entendida como um processo. Os elementos que levam ao questionamento da dominação não estão sempre explícitos nem mesmo são necessariamente percebidos de forma clara, existem “[...] experiências sociais *em solução*, distintas de outras formas semânticas sociais que foram *precipitadas* e existem de forma mais evidente e imediata.” (WILLIAMS, 1979, p. 136, grifo do autor).

Essas experiências são entendidas como “estruturas de sentimento”, um conceito proposto por Williams (1979, p. 132) que exalta a tensão existente entre a interpretação recebida e a experiência prática. Essa “tensão” ocorre, de acordo com o autor, muitas vezes, de forma latente, pois ainda não há a consciência da comparação, a percepção clara, a rejeição imediata ou o questionamento deliberado. São modificações que estão em curso e que podem ser percebidas, por exemplo, na arte. Eagleton (1997, p. 54) é esclarecedor ao afirmar que “[...] o que Williams busca definir com essa expressão é, muitas vezes, o fervilhar de formas de consciência ‘emergentes’ que lutam para irromper, mas que ainda não alcançaram a natureza formalizada dos sistemas de crença que confrontam.”. Mais que uma recepção crítica, esse estranhamento pode vir a se materializar em uma ação contra-hegemônica.

Raymond Williams, nesse sentido, conclui que a hegemonia não está limitada às formas de controle manifestas através da ‘manipulação’ ou ‘doutrinação’. Para ele, a hegemonia é um processo complexo que envolve:

[...] todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constituído e constituidor - que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, Hegemonia é no seu sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e a subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979, p.113)

O reconhecimento da probabilidade de existir contra-hegemonia, mais que resultante de questões puramente teóricas, adveio da peculiar vivência de Williams. Nascido em uma família de operários, desde cedo viveu em meio à esquerda trabalhista britânica. Após formar-se em literatura, lecionou para trabalhadores em círculos operários, uma experiência que marcou o desenvolvimento de seus estudos e levou-o a observar as práticas de resistência desenvolvidas historicamente, bem como a inscrever a cultura na problemática do poder, perspectiva que legou aos estudos culturais uma contribuição teórica fundamental (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 46-47).

Segundo Maria Elisa Cevasco, Williams buscou continuar o aprendizado, com Marx, de temas que avaliava terem sido explorados de forma limitada, como, em primeiro lugar, “[...] a história social e material dos meios e das condições de produção cultural [...]”; e, em segundo lugar, a natureza da linguagem [...]” (CEVASCO, 2007. *In*: WILLIAMS, 2007, p. 18). Com isso, pretendia ampliar o entendimento da cultura e apontar as relações existentes entre produção de significados e manutenção da ordem social.

Indo ao encontro de Gramsci, o marxista britânico leu a problemática da hegemonia como

uma congregação da “[...] consciência relativamente mista, confusa, incompleta ou inarticulada do homem real [...]” (WILLIAMS, 1979, p. 112). Por isso, ao invés de aceitar uma ideia monolítica da ideologia como projeção de um determinado interesse de classe, o que considerava limitante, reconheceu a existência de uma pluralidade de origens e modos de percepções, de sentidos e práticas dominantes, residuais e emergentes na vida e nas produções sociais. Para compreender tais relações, apropriou-se do conceito de hegemonia preferencialmente ao de ideologia, pois entendia que aquele primeiro incluía o domínio, o consentimento e a contradição. A partir da leitura e da atualização das acepções gramscianas, considerou decisivo não só o sistema de ideias, mas todo o processo social vivido. Por isso, alertou sobre a necessidade de uma batalha, chamada de “longa revolução”, para derrotar o sistema de significados e valores da sociedade capitalista.

Ao analisar, todavia, as possibilidades de articulação desses questionamentos em sociedades do capitalismo avançado, admitiu que atos de ruptura tornavam-se cada vez mais difíceis, pois, nessas organizações societárias, “[...] a ação incorporadora do hegemônico em relação às práticas emergentes, oposicionais ou alternativas tende a ampliar cada vez mais seu raio de abrangência [...]” (WILLIAMS *apud* RIBEIRO, 2004, p. 31). Um dos motivos apontados para explicar esse novo contexto foi a crescente influência, no cenário cultural contemporâneo, das instituições de comunicação, que considerava como poderosas instituições culturais. Por outro lado, distanciando-se de uma visão maniqueísta, reconheceu que tais instituições também poderiam integrar “[...] um grande processo de libertação humana, comparável em importância com a Revolução Industrial e a luta por democracia [...]” (WILLIAMS *apud* RIBEIRO, 2004, p. 34).

Efetivamente, o desenvolvimento tecnológico e a ampliação dos mercados também permitiram o barateamento e a popularização dos equipamentos. Conectar-se ao mundo através da rede ou produzir um filme tornaram-se ações cada vez mais comuns, proporcionando, aos mais diversos sujeitos, novas possibilidades de intervenção, que afetam as formas de ação política experimentadas na sociedade contemporânea, inclusive entre os movimentos sociais, configurando, com isso, um cenário que atualiza a problemática dos usos dos meios de comunicação nas lutas populares. Todavia, devemos considerar que, nas últimas décadas, o acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu-se em sintonia com a afirmação do pensamento neoliberal e com o que muitos autores identificam como uma crise das ideologias, crise que colocou em suspeita a necessidade de transformações e de organização em torno de um projeto político.

Esse “espírito do tempo” gerou repercussões também nas formas de organização, apropriação e nos usos dos meios de comunicação. Com o fortalecimento das empresas do setor e a desregulamentação dele em diversos países, como no Brasil, “O modelo empresarial de comunicação foi promovido a tecnologia de administração das relações sociais, impondo-se como

único modo ‘eficaz’ para estabelecer o vínculo entre os diversos componentes da sociedade.” (MATTELART e MATTELART, 1997, p. 167). A tarefa de desmontar essa unidade reveste a comunicação contra-hegemônica de desafios relacionados, dentre outros, ao questionamento e à proposição de novos padrões estéticos e de formas de produção que superem a divisão do trabalho característica das relações capitalistas. Devemos considerar, além disso, as dificuldades de viabilizar essa outra produção, visto a força dos monopólios e as barreiras constituídas historicamente para limitar a existência de outros meios.

Os conglomerados midiáticos, por sua vez, conforme apontam diversos estudos (MATTELART, 2002; LIMA, 2004; MORAES, 2009; SODRÉ, 2010), conseguem desempenhar um papel fundamental para a manutenção do *status quo*. Isso porque os meios possibilitam o aparato técnico que viabiliza nova relação espaço-temporal e contribui para a construção e a legitimação daquilo que se pensa sobre o mundo, o que torna ainda mais relevante a busca pela transformação do modelo de comunicação hegemônico ou pelo estabelecimento de fissuras nele.

Portanto, o MST defronta-se, no exercício de sua produção comunicativa, com um sistema de comunicação marcadamente concentrado. Desde a organização inicial deste sistema, o estado brasileiro optou por um modelo, baseado naquele adotado nos Estados Unidos, que conferiu primazia à iniciativa privada para a prestação de serviços de radiodifusão, da produção à distribuição de conteúdos. Muitas das empresas que ocuparam o novo mercado eram de propriedade de oligarquias regionais que, com o uso dos meios de comunicação, fortaleceram sua atuação política. A este cenário devemos somar o fato de que elas, diante da precária regulamentação do setor das comunicações, estenderam suas atividades para espaços diversos, ampliando domínios com a posse de jornais, rádios e, mais tarde, de estações de televisão.

Se tomarmos o caso da televisão como exemplo, vemos como essa configuração gerou a permanência, há praticamente meio século, de um grupo hegemônico: as Organizações Globo. Importa salientar, de acordo com Herz (1994, p. 05), que “A televisão impõe uma lógica estruturadora de todos os sistemas de comunicação. Em torno das afiliadas das quatro grandes redes privadas, articulam-se quase todos os mais expressivos grupos regionais de comunicação.” Assim, não estranha que usos políticos possam ser percebidos também a nível local. Ademais, tais relações de poder estão presentes desde o processo de outorga da concessão, muitas vezes utilizada como moeda de troca política. Por isso, mais que uma eficiente máquina de mercado, a Rede Globo, que tomamos como exemplo devido à posição que ocupa neste sistema, tornou-se um dos “[...] gigantes instrumentos de fazer política” (HERZ, 1994, p. 06). A Globo atuou na defesa dos seus financiadores e aliados, chegando a protagonizar episódios que interferiram na vida política do país, como o silenciamento diante das ações do Regime Militar e, mais tarde, das manifestações em

defesa das eleições diretas; a cobertura e, especialmente, a edição do último debate televisivo das eleições de 1989; dentre outros fatos tratados por muitos pesquisadores, a exemplo de Lima (2004).

César Bolaño (2000, p. 121) destaca que, de modo geral, a Indústria Cultural preenche as funções de publicidade e de propaganda, necessárias ao capitalismo monopolista, embora também exerça o que chama de “programa”, isto é, respostas às exigências do público. Para ele, a Indústria Cultural também funciona como uma mediadora entre o capital, o Estado e a sociedade, embora seja, ela mesma, o “[...] próprio capital tornado cultura.” (BOLAÑO, 2000, p. 228). Capital este que se utiliza do trabalho cultural apropriado e do poder simbólico que detém para gerar produtos e, mesmo, a própria audiência, além de integrar a infraestrutura necessária à reprodução da mercadoria nesta fase monopolista do capitalismo. A Indústria Cultural contribui não apenas para a reprodução ideológica do sistema, mas é um elemento econômico fundamental para sua engrenagem atual.

Considerando que, para o MST, “[...] o fundamental é que a comunicação desenvolva um papel mobilizador, organizador, agitador, propagandeador, educativo, formativo, nessa grande luta de classes.” (MST, 2001, p. 143), logo fica claro que suas práticas vão de encontro àquelas que temos hegemonicamente no sistema de comunicação brasileiro, fato que diversas análises da cobertura noticiosa sobre as ações do MST já constataram, a exemplo do estudo de Berger (1996). Outra questão pode ser mais elucidativa: tendo em vista que o MST tem apontado o agronegócio como principal inimigo da Reforma Agrária, não é de estranhar que o Movimento entre em conflito com as Organizações Globo, já que a Globo Comunicação e Participações S.A. é uma associada da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), conforme consta na página eletrônica desta<sup>16</sup>.

Há, pois, um misto de interesses econômicos e políticos que interferem na produção simbólica referente a esses sujeitos, tanto na mídia empresarial quanto naquela produzida pelos movimentos sociais. Aliás, a expressão desses conflitos e o estabelecimento dessa contraposição são perceptíveis nas mensagens produzidas pelo MST aos públicos interno e externo, conforme constataram Nunes, Menezes e Carvalho (2010, p. 322-323). Após investigarem diversas edições dessa revista, esses autores notaram que três temas eram tratados com destaque: debate sobre a reforma agrária, análise conjuntural do Brasil e crítica à mídia tradicional.

Esta relação com a mídia hegemônica permite-nos situar as práticas comunicativas do MST no âmbito do que Peruzzo (1998) chama de meios de comunicação “popular-alternativos”, pois estão na contramão desse sistema concentrado e possuem a característica de se desenvolverem “[...] no contexto de organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas ou, como dizem enfaticamente, da comunicação ‘ligada à luta do povo’ por melhores condições de existência

---

<sup>16</sup> A lista dos associados da Abag está disponível em: <<http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.04.00>> Acesso: fev. 2011.

e pela sua emancipação, mediante movimentos de base organizados.” (PERUZZO, 1998, p. 119, grifo da autora). Sabemos, todavia, que a classificação dessas experiências comunicativas é mais complexa. A própria pesquisadora destaca que esse “popular-alternativo” pode ser subdividido em duas linhas de pensamento: uma que percebe a comunicação como revolucionária; outra que admite sua oposição à comunicação massiva e sua contribuição à democratização da comunicação, embora não se perceba com o caráter transformador, como faz a anterior.

Já as práticas percebidas como “comunicação alternativa” são apontadas por Cícilia Peruzzo como aquelas que se desenvolveram, no contexto das organizações populares ou de militantes políticos, à época do Regime Militar. Além da localização histórica destacada pela pesquisadora, também considerarmos a interpretação de Luciano Gruppi (1978, p. 93) quando, ao discutir a questão cultural em Gramsci, concluiu que, no pensamento deste, “[...] não há lugar para a concepção de uma cultura antagonista ou alternativa, já que essa concepção pressupõe blocos compactos e contrapostos de cultura, excluindo a relação dialética da nova cultura que se vai formando através da confrontação e do enfrentamento crítico com a cultura tradicional.”.

Sabemos que outros termos, como comunitário, popular, alternativo ou radical, poderiam auxiliar na definição de aspectos da produção comunicativa do MST. Não obstante, destaca Downing (2002, p. 74), eles são todos bastante imprecisos. Por exemplo, os termos “popular” e “comunitário” são mais firmes naquilo que excluem – a mídia convencional – do que no que significam. Além disso, o “popular”, contém diversos significados, como algo consumido pelo povo; feito pelo povo; ou que se contrapõe à cultura dominante (HALL, 2008, p. 237-241). Apesar da relação histórica existente entre os termos “classe” e “popular”, conforme sugere Hall, o termo é problemático porque, “[...] assim como não há um conteúdo fixo para a categoria da 'cultura popular', não há um sujeito determinado ao qual se pode atrelá-la – o povo.”, o que faz com que seja difícil atribuir o termo popular a um projeto político específico, tal qual propomos em nosso estudo.

O conceito de comunidade, por sua vez, é objeto de discussão de ampla bibliografia, que reconhece a diversidade de interpretações conferidas à palavra que, conforme Bauman (2003), desperta boas sensações, traz a ideia de segurança e conforto. Em seu sentido mais comum, a comunidade indica um lugar determinado territorialmente, uma referência que não encontraremos tão claramente na análise da comunicação desenvolvida por um movimento nacional e que, além de feita por militantes, é essencialmente viabilizada por jornalistas e assessores formados que trabalham junto ao MST.

Diante desses impasses, optamos por buscar compreender a comunicação produzida pelo MST como contra-hegemônica. O uso deste conceito dá-se pela referência ao quadro de análise construído até aqui, pois buscamos manter uma relação de coerência e de continuidade com as

discussões expostas. Todavia, apenas esta relação não seria suficiente para sustentar nossa escolha, pois mais que fruto de uma derivação daquelas referências – o que, se desconsiderada a conjuntura atual, poderia resultar em uma apreensão artificial do caso posto em tela –, a ideia da contra-hegemonia vai ao encontro da perspectiva de comunicação adotada pelo Movimento Sem Terra, já que busca relacionar suas estratégias a um projeto político que se contrapõe ao hegemônico.

Essa é, por exemplo, a tese sustentada por Miguel Stédile, para quem “A função da comunicação do MST é sempre traduzir a estratégia do movimento. Então, a forma como a comunicação é vista ou é organizada sempre corresponde ao período histórico que o movimento está vivendo.”<sup>17</sup>. Corroborando com a afirmação, a militante do MST-CE, Joyce Ramos, quando Coordenadora do Setorial de Comunicação, Juventude e Cultura do Ceará, explicou-nos:

Tudo o que vem a ser feito tem uma intencionalidade: fortalecer a luta do Movimento Sem Terra em prol de uma causa. Temos um projeto alternativo de sociedade, mas que não ocorrerá de fato apenas com o MST e movimentos próximos. A gente precisa fazer com que a sociedade conheça esse projeto alternativo, mas sabemos que há um limite estrutural, que é a distribuição [dos veículos de comunicação do movimento]<sup>18</sup> (RAMOS, J., 2009. *apud* MARTINS, 2009, p. 43-44).

Por todo o exposto, optamos pela adoção do termo contra-hegemônico. Este carrega consigo a ideia da contradição, da disputa, do processo. Com isso, não negamos os diversos debates teóricos relativos à nomeação das práticas de comunicação dos setores subalternos, muito menos julgamos resolvê-los. Buscamos, sim, questionar a relação da prática comunicativa do Movimento Sem Terra com seu projeto político. Ademais, relacionar as ações de comunicação não com um lugar ou com um produtor, mas sobretudo com um projeto político, significa perpetrar um exercício de abstração teórica que poderá trazer contribuições à pesquisa, no sentido apontado por Jameson, ao discutir a utilização de abordagens totalizantes:

Nos velhos tempos, a abstração era certamente um dos modos estratégicos pelos quais se distanciava ou se desfamiliarizava os fenômenos, sobretudo os fenômenos históricos; afinal, quando estamos imersos no imediato – na experiência cotidiana das mensagens culturais e informativas, de eventos sucessivos, de prioridades urgentes –, a distância abrupta propiciada por um conceito abstrato – uma caracterização global das afinidades secretas entre aqueles âmbitos aparentemente autônomos e não relacionados, ou ainda das sequências e ritmos ocultos em coisas que normalmente pensamos apenas isoladas, uma a uma – é um recurso singular, particularmente porque a história dos poucos anos precedentes é sempre o que nos é menos acessível. (JAMESON, 2006, p. 68)

Conforme já explicitamos, o contra-hegemônico é mais que o crítico por estar relacionado à suplantação do atual sistema social. Não obstante, nesta pesquisa, não buscamos averiguar se houve

<sup>17</sup> Entrevista concedida à autora, em julho de 2010.

<sup>18</sup> Comentário oral proferido durante discussão no Encontro do Setorial de Comunicação, Juventude e Cultura do Ceará, realizado entre os dias 4 e 8 de junho de 2009, em Fortaleza (CE).

simplesmente a derrocada do hegemônico, hipótese que cai por terra ao visualizarmos os embates que continuam ocorrendo e a dificuldade que o Movimento tem para disputar as representações midiáticas construídas sobre ele. Seu caráter contra-hegemônico é revelado “*Pero no en el sentido de oferta opuesta o impugnadora de los grandes medios – como tantas veces se há empleado el término – sino en razón de su intencionalidad y potencialidad para modificar un orden monopolizado por pocas voces.*” (MATA, 1998, p. 04).

Considerando-se a limitação desta abordagem e mesmo da possibilidade de concluir algo sobre uma disputa política que segue em curso e que envolve questões diversas, nossa apropriação do conceito de contra-hegemonia assemelha-se àquela apontada por Paiva (2008, p. 165. *In*: COUTINHO, E. (Org.), 2008): “É uma contraposição que pode vir acompanhada de ações e atuações no cotidiano, que pode e deve vir acompanhada sobre uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante.”. Miramos, então, o processo, a intencionalidade, a probabilidade de transformação, do ponto de vista tático e estratégico.

Ao contrário da autora, contudo, não descartamos que o que hoje é contra-hegemônico possa vir a ocupar o lugar do hegemônico. Não desconsideramos o fato de um movimento social com as características do MST poder ter, em seu horizonte estratégico, a disputa pelo poder, pois do contrário assumiríamos uma leitura do Movimento como reformista e não possivelmente contra-hegemônico. O que se destaca ao assumir e trazer à tona as limitações da pesquisa é que o estudo de um aspecto particular e de um acontecimento específico, em uma conjuntura tão complexa para as esquerdas, dificilmente poderá aportar elementos para uma avaliação final de suas possibilidades de contestação. Além do mais, concordamos com Almeida (2002, p. 90), pra quem:

As possibilidades de vitória da esquerda parecem mais ligadas a uma disputa de hegemonia permanente, na oposição e afirmação de projetos, e na construção da contra-hegemonia. Isso pode ser possível, antes de tudo, pelas próprias contradições e tensões internas ao exercício da hegemonia. Esta é uma combinação de dominação e liderança exercida pelo consentimento e pela força, por meio da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classe, de forma ativa (como vontade coletiva) ou passiva (por intermédio de um apoio disperso), e construída tanto com medidas de atendimento de necessidades e interesses materiais como do predomínio e da luta cultural e ideológica, por meio do Estado, da sociedade civil, do mercado e da mídia, e especialmente tensionada, instável e precária, em formações sociais como tem sido a brasileira.

O olhar voltado às práticas comunicativas, por outro lado, é interessante por auxiliar na análise da ação política do próprio movimento social, pois, conforme Festa (1986, p. 30), “[...] a comunicação popular e alternativa aparece, desenvolve e reflui na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade”. Contribui, ainda, por conduzir os pesquisadores à deferência ao momento histórico em que se dão tais práticas, pois as

mídias elaboradas por forças políticas não se esgotam em si mesmas, ao contrário, ganham significado com o estabelecimento de conexões com o contexto no qual estão inseridas.

A relação com o momento no qual as mídias são desenvolvidas foi, inclusive, um dos elementos que contribuíram com o despertar do interesse para o estudo das comunicações produzidas pelos grupos subalternos, na América Latina, a partir de meados do século XX, quando se vivenciou destacada efervescência de atividades de comunicação. Segundo Christa Berger (2001, p. 241), “[...] as marcas de dependência estrutural, que evoca uma cultura do silêncio e da submissão mas, também, de resistência e de luta, são o pano de fundo da busca por compreender o que acontecia com a comunicação e demarca as fronteiras do emergente campo de estudo.”

No caso de nossa história recente, experiências desse tipo estiveram relacionadas à resistência à ditadura militar, imposta desde 1964, quando jornais transformaram-se em espaços de denúncia do regime autoritário ou mesmo de ruptura com a forma tradicional de produção do jornalismo (KUCINSKI, 1991); ou durante o período de reorganização dos movimentos populares, na década de 80, no qual jornais de associações de moradores foram produzidos intensamente (FESTA, 1986)<sup>19</sup>. Viu-se florescer, então,

[...] uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daquelas da estrutura então dominante, da chamada 'grande imprensa'. Nesse patamar, a 'nova' comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 1998, p.216)

Os meios de comunicação passaram a ser compreendidos como elementos importantes das ações políticas, até porque “[...] o golpe de 64 havia mostrado que não bastava realizar trabalho de massa. Era preciso conscientizar as classes trabalhadoras brasileiras” (FESTA, 1986, p. 18). Nesse contexto, destacaram-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organismos ligados principalmente à Igreja Católica, pois elas se transformaram em verdadeiras “universidades populares”. Através das CEBs, da Comissão Pastoral da Terra, dos sindicatos e de outras organizações, a imprensa chegou ao campo por meio de boletins e jornais. Dentre eles está o *Sem Terra – Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*, primeiro órgão de comunicação do que viria a ser o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>19</sup> Mesmo antes, a relação da comunicação popular com processos de denúncia e resistência aos problemas sociais pode ser percebida, por exemplo, nos pasquins existentes durante o período republicano e a expressiva produção de jornais, por parte do movimento operário, no período da Primeira República (1889-1930). Em sua pesquisa, Maria Nazareth Ferreira (1988) constatou a existência de trezentos e quarenta e três jornais naquele período, sendo sessenta editados em idiomas estrangeiros, o que nos mostra a grande quantidade de jornais ligados aos operários, especialmente aos anarquistas europeus que passaram a viver no Brasil.

### 1.3.1. O *Jornal Sem Terra* (JST): base da estratégia de comunicação do MST

Em 1984, ano da fundação do MST, esse boletim, cuja produção foi iniciada em 1981, transformou-se no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), tendo distribuição nacional e tiragem de 10.000 exemplares – quantia que foi duplicada em apenas um ano. O Setor de Comunicação do Movimento credita a esse periódico, de acordo com Miguel Stédile<sup>20</sup>, o papel de “[...] base da organização da comunicação do MST.”, importância que nos leva a analisar sua formação e seus redeseños iniciais, relacionando-o à tese do jornal como organizador coletivo, formulada por Lênin<sup>21</sup>, que Stédile afirma ter tido incidência sobre a produção do MST.

O Boletim “[...] nasceu com a finalidade de articular a solidariedade do povo brasileiro àquelas famílias” (BST<sup>22</sup>, nº 25, 1982, p. 01) que lutavam pela terra na região conhecida como Encruzilhada Natalina. Sua produção ficava a cargo do Comitê de Apoio, articulação que reunia diversas entidades solidárias à luta dos acampados. Os primeiros números<sup>23</sup> foram distribuídos semanalmente, depois quinzenalmente, com uma tiragem inicial de 700 exemplares. Totalmente em preto e branco<sup>24</sup> e utilizando poucas ou mesmo nenhuma imagem<sup>25</sup>, ele expressava a visão geral daquele comitê, tanto que suas matérias não eram assinadas.

Para sua produção, inicialmente, contou-se com o auxílio de jornalistas e, em menor escala, de militantes que atuavam como correspondentes, como conta a militante do MST, Maria Izabel: “A gente mandava bilhetes para Porto Alegre e o pessoal de lá escrevia o que estava acontecendo fora do acampamento. Assim, o boletim cumpria uma dupla finalidade: informava os amigos da situação que nós vivíamos e repassava as informações para quem estava confinado lá dentro”. Já Vladimir Caleffi Araújo, que editou o boletim até 1986, narra que “As informações eram recolhidas de

<sup>20</sup> STÉDILE, M. 2010.

<sup>21</sup> Um dos pensadores e protagonistas da Revolução Russa, Lênin foi escritor e editor de jornais, dentre eles o *Iskra*.

<sup>22</sup> Utilizaremos a abreviação BST para quando estivermos nos referindo ao Boletim Sem Terra.

<sup>23</sup> O boletim possuía um número variado de páginas. A colunagem e as seções não eram fixas, mas os primeiros exemplares registram certa permanência das divisões: “História de um povo oprimido”, “As terras no Estado”, “Notícias do Acampamento” e “Campanha de Solidariedade”. Mesmo a marca do jornal passou por modificações. No início, uma faixa com o título completo “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra” atravessava o nome com maior destaque: “Sem Terra”. Já a partir do vigésimo segundo número, um crucifixo com panos pendurados sobre a haste horizontal, simbolizando a morte de crianças, passou a ser utilizado, mas foi depois substituído pela bandeira do MST, símbolo de unidade e nacionalização do Movimento.

<sup>24</sup> A primeira capa colorida foi a da edição de número 59, de janeiro de 1987, portanto já como *Jornal Sem Terra*.

<sup>25</sup> O primeiro número foi totalmente ocupado por textos dispostos em apenas uma coluna. Apenas a partir do número 20, de abril de 1982, percebe-se maior utilização de gravuras e maior organização do layout do jornal. Na edição de número 22, são utilizados desenhos e boxes, configurando uma mudança interessante no padrão estético de até então.

diversas formas e repassadas para um comitê de apoio que se formou em Porto Alegre. E nós tínhamos esta tarefa de juntar esta massa de informações e divulgá-las.”<sup>26</sup>.

De acordo com o editorial que tratou do papel desenvolvido pelo boletim em seu primeiro ano, o periódico “[...] procurou mostrar o dia-a-dia dos movimentos dos colonos, suas reivindicações, as promessas não cumpridas do governo e denunciar sistematicamente as investidas de repressão” (BST, nº 25, 1982, p. 01). Teve, ainda, “[...] a preocupação de levar aos pontos mais distantes do país, informações sobre outras lutas dos lavradores.” (BST, nº 25, 1982, p. 01).

Em sua vigésima quinta edição, assumiu-se como “órgão de divulgação” das lutas dos agricultores sem terra dos estados do: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O texto de abertura explicita a primeira mudança nos rumos do boletim, que passou a ter caráter regional: “Esta decisão revela a importância do boletim e aumenta a responsabilidade de seus responsáveis na contribuição às lutas populares no meio rural.” (BST, nº 25, 1982, p. 01). Também nesse editorial, reconhece-se as precárias condições de produção, mas se afirma a compreensão de que a boa qualidade de um jornal não deve ser privilégio da classes dominantes.

O que apontamos até aqui nos possibilita traçar alguns paralelos com a tese do jornal como organizador coletivo. Seu formulador, V. I. Lênin, contrapondo-se à ideia de que as transformações radicais da sociedade dar-se-iam, automaticamente, devido às contradições intrínsecas ao sistema capitalista, esforçou-se para apontar formas de ação política que levassem à revolução. Para tanto, julgou essencial a existência de uma organização, o partido, que deveria travar a luta política, unificar as ações, estabelecer uma tática comum e fazer avançar a consciência dos trabalhadores. Para fortalecer o partido e dar cabo destas tarefas, avaliava Lênin (1980, p. 21, grifo do autor): “[...] *debemos señalarlos como objetivo inmediato la organización de un órgano del partido que aparezca regularmente y está vinculado estrechamente a todos los grupos locales.*”, articulando-os em torno de um pensamento comum.

A tarefa de organizar um órgão de imprensa poderia vir a ser anterior às atividades dos grupos locais, pois seria possível organizá-lo e, por conseguinte, o próprio partido. Para tanto, dever-se-ia superar certa forma “artesanal” de atuação. No caso daquele órgão, ele deveria circular, no mínimo, doze vezes por ano, se realmente buscasse organizar e travar a disputa ideológica. Seu conteúdo seria diversificado, contemplando crônicas e informações locais, denúncias, “revelações políticas”, debates teóricos, avaliações conjunturais e mesmo considerações sobre as divergências e os problemas da organização do movimento (LENIN, 1980, p. 23-26).

Dando bastante centralidade às ações de agitação e propaganda, Lênin avaliava que elas

---

<sup>26</sup> Os depoimentos de Izabel e de Araújo constam na matéria “Jornal Sem Terra completa 30 anos”, publicada no site do MST em 19/05/2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11780>> Acesso: mai. 2011.

deveriam ser variadas, já que teriam objetivos e públicos distintos. Defendia que o nível dos jornais deveria ser o dos trabalhadores avançados, pois seu papel não seria diminuir as discussões artificialmente, mas sim contribuir para com o avanço deles, atentando para os problemas táticos, políticos e teóricos. Para os trabalhadores de “nível mais baixo”, seriam direcionadas ações de agitação e propaganda, utilizando-se, para isso, de meios diversos (LENIN, 1980, p. 38). “A própria função de difusão do jornal começaria a criar uma ligação efetiva (se esse jornal fosse digno do nome, isto é, se aparecesse regularmente e não uma vez por mês, como as grandes revistas, mas cerca de quatro vezes por mês).” (LENIN, 1902, p. 42<sup>27</sup>), o que propiciaria não apenas a difusão do jornal, mas também a troca de experiências e de informações, pois para ele:

O papel do jornal não se limita, no entanto, a difundir idéias, a educar politicamente e a ganhar aliados políticos. O jornal é não só um propagandista e um agitador coletivo, senão também um organizador coletivo. Neste último sentido, pode comparar-se com o andaime levantado em um edifício em construção, que marca seus contornos, facilita o contato entre os diversos grupos de operários, ajudando-os a distribuir as tarefas e a ver o resultado final obtido graças a um trabalho organizado. Com ajuda do jornal e em relação com ele, se irá formando por si mesma a organização permanente. (LENIN, 1901, p. 3<sup>28</sup>)

A tese do jornal como organizador coletivo teve incidência na formação do JST, influenciando inclusive sua linha editorial. Até 1986, o periódico estava voltado, sobretudo, para o público externo, de quem buscava apoio; por isso preponderava o caráter informativo, o relato das lutas, a descrição e/ou a denúncia da movimentação política. Em 1985, por ocasião da fundação da Secretaria Nacional do MST, a produção do jornal, que se dava em Porto Alegre (RS), migrou para São Paulo (SP), o que o atrelou ainda mais às instâncias dirigentes. O público passou a ser, essencialmente, o militante do Movimento, que, através dele, acessava informações sobre lutas, textos de formação política e análises pautadas pela visão de mundo da organização. Em diversos documentos e matérias que pesquisamos, essa função organizativa foi mencionada, inclusive o fato de ser um elemento para a construção de uma referência política nacional, a partir da unificação das mobilizações locais, em um sentido particularmente semelhante ao proposto por Lênin.

No Caderno de Formação<sup>29</sup> N° 5, foram apontados passos para a efetiva organização do MST, desde os contatos nos municípios à integração dos estados à organização nacional. Dentre as

<sup>27</sup> LENIN, “Que Fazer?”, 1902. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso: mai. 2011.

<sup>28</sup> *Idem.* “Por onde começar”, 1901. Disponível em: <[http://necobrasil.org.br/htdocs/Oficina%20Leitura/por\\_onde\\_comecar.pdf](http://necobrasil.org.br/htdocs/Oficina%20Leitura/por_onde_comecar.pdf)> Acesso: mai. 2011.

<sup>29</sup> Os chamados “Cadernos de Formação” são cartilhas que foram amplamente produzidas e divulgadas pelo movimento. Divididas por temas, tratam de diversas dimensões da vida e da luta, desde a análise de conjuntura à organização dos encontros e das ações. Por sua penetração na base, julgamos importante utilizá-las como referência para a compreensão de alguns aspectos do MST, afinal seus preceitos ainda hoje são discutidos e seguidos. Temos registro de 35 cadernos produzidos, sendo o último de 2000, além de outros vários materiais, como cartilhas de

tarefas da Comissão Municipal Provisória, organismo proposto para contribuir com a organização local do Movimento, estava: “3º Verificar uma forma de receber o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ler e discutir. Pois é um jeito de acompanhar as notícias de outros lugares, e enviar as notícias do próprio lugar.” (MST, Caderno de Formação N° 5, 1985, p. 07). O jornal já era percebido como elemento importante da organização. Era “Um jornal dos e para os trabalhadores. Um jornal que **Informa, Orienta, Forma** e quer ser um instrumento que ajude na organização do movimento.” (MST, Caderno de Formação N° 13, 1987, p. 06. Grifo Original). Já ao final da década de 80, o MST iniciou também sua produção radiofônica, veiculada em emissoras parceiras, inclusive de alcance nacional, ou mesmo em rádios comunitárias.

Não obstante, de acordo com Stédile (2010): “Então, tudo que a gente fazia na comunicação era em torno do jornal. Os encontros, por exemplo, era o encontro dos correspondentes; curso de formação dos zeladores.”, o que revela a centralidade do JST. Além disso, a participação dos chamados zeladores na cadeia de distribuição merece nossa atenção, pois essa figura parece ser propositalmente útil para a efetivação da ligação das regiões com o movimento nacional, tal qual discutimos anteriormente. No primeiro texto em que encontramos registro da ideia do “zelador”, fica clara essa relação. Afirma-se que sua existência “É um desafio para tornar o Movimento cada vez mais forte e organizado.” (JST, N° 57, 1986, p. 18).

Havia a compreensão de que, para que os objetivos fossem alcançados, era preciso que o jornal chegasse rapidamente aos interessados e que fosse lido, já que funcionaria “[...] como porta-voz da direção do Movimento com a base. Por isso é que precisamos ficar atentos para sentir se o jornal está conseguindo transmitir o que o Movimento pensa e o que os companheiros na base precisam saber.” (JST, N° 57, 1986, p. 18). Além do mais,

[...] esse bom companheiro não se contenta em ficar só contando como estão indo as lutas Brasil afora; ele quer também ajudar a organizar os companheiros na base. Em muitos lugares, quando chega o jornal, o pessoal senta ao redor dele e pede para ele contar e falar da organização dos trabalhadores. Dessa forma, ele passa a ser também **orientador e incentivador**, que convida para que todos os companheiros entrem na luta.”(JST, N° 57, 1986, p. 18. Grifo nosso).

Interessante perceber a personificação do jornal. Ao alertar sobre a necessidade de alguém ficar atento à distribuição e ao recebimento dele, utiliza-se a metáfora: “Porque ninguém gosta de ficar parado na rodoviária ou no correio esperando que alguém conhecido vá lá buscá-lo para levá-lo para casa.” (JST, N° 57, 1986, p. 18). Adverte-se que, para quando já estiver em posse do zelador, a “visita” não deva ficar “jogada em um canto”, pois precisaria circular entre os trabalhadores. O zelador, portanto, teria o papel de garantir a efetividade dessas ações, além de

buscar fazer com que mais pessoas viesse a ler e a dicurtir o jornal, esse “ente” tão querido entre a militância.

Nos documentos, a função desse militante é valorizada: “O ZELADOR é a PONTE que leva as informações até os trabalhadores. Ser ZELADOR é uma tarefa de luta. Ser um bom ZELADOR é fazer a nossa organização crescer, a força dos trabalhadores rurais aumentar.” (MST, Caderno de Formação N° 13, 1987, p. 07. Destaques originais). Por isso, ele deveria:

– Organizar grupos de leitura coletiva para discutir os assuntos sobre a linha do Movimento – que está na página 2, o editorial; Tem a página da situação nacional, 3; Tem a página dos assentados, das mulheres, da formação. – Receber o jornal na comunidade, vila, acampamento, assentamento, etc. – Distribuí-lo para os trabalhadores sem terra e outros; – Controlar a distribuição, fazendo uma relação das pessoas que recebem o jornal; – Incentivar assinaturas do jornal; – Cobrar o despacho imediato do jornal, quando este chega na Secretaria do Estado; – Anotar as críticas e sugestões de mudanças do jornal e enviá-los para a Secretaria do jornal em São Paulo, ou, então, falar para alguém da Executiva ou mesmo da Secretaria. (MST, Caderno de Formação N° 13, 1987, p. 06-07).

Mais uma vez, as concepções teóricas adotadas e que repercutem em ações práticas vão ao encontro das teses leninistas. Conforme assinala Álvaro Bianchi, Lênin dava destaque ao papel dos correspondentes operários como forma de fazer do jornal um órgão popular e eficaz, pois:

Era com base na prática dos correspondentes e em suas informações que o jornal do partido tornava-se parte do próprio movimento de massas exercendo sua dupla função educativa. Internamente, educava os militantes do partido nas tarefas de agitação, propaganda e organização. Externamente, apresentava-se como elemento constitutivo de uma nova concepção de mundo que tomava como ponto de partida a particularidade da vida operária para generalizá-la sob a forma de luta de classes. (BIANCHI, 2010, s/p<sup>30</sup>).

Com isso, Lênin não estava defendendo que a produção do jornal fosse exclusividade dos correspondentes ou profissionais, ao contrário: “[...] ela será vívida e viável apenas se para cada cinco jornalistas que o dirijam e escrevam de forma regular, existam 500 ou 5 mil colaboradores que não sejam escritores” (LENIN *apud* BIANCHI, 2010, s/p). Assim, embora fosse importante para constituir uma rede que conectasse as experiências locais à dinâmica nacional, essa função não deveria ficar a cargo de poucos, demanda e desafio registrados no texto em homenagem aos dez anos do JST. Nele, destaca-se o tempo desse “comunicador de massa” e defende-se que: “É importante recordar estas datas, porque com isso não estamos apenas relembrando a história de nosso jornal, mas fundamentalmente a história de nossa luta. (...) Nosso jornal é hoje a voz do MST, falando ao mesmo tempo para dezenas de milhares de trabalhadores em todo o Brasil.” (JST, N° 106, 1991, p. 03).

<sup>30</sup> BIANCHI, Álvaro, “Lênin e o jornal do partido”, 2010. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/jornal\\_materia.asp?id=11508&ida=29](http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=11508&ida=29)>. Acesso: abr. 2011.

Incentivando a valorização do periódico, afirma-se que ele tem as funções de: 1. Informar os trabalhadores; 2. Formar e orientar; 3. Organizar o movimento; 4. Denunciar; 5. Alimentar a esperança. (JST, N° 106, 1991, p. 03). Ademar Bogo, dirigente do MST que assina o artigo comemorativo, ressalta preocupações com a distribuição, a utilização e as assinaturas do jornal, que diz ter “boca”, mas não “pernas e braços”. A alusão à falta de “braços e pernas” não parece desproposita. Conhecedor<sup>31</sup> dos modelos organizativos propostos por teóricos ligados à tradição marxista, Bogo utilizou-se de uma metáfora presente nos escritos do próprio Lênin, que alertou sobre a ausência dos membros ao responder críticas que havia recebido pela “excessiva” importância dada ao jornal como organizador do partido (LENIN, 1980, p. 45).

Já em setembro de 1992, em matéria intitulada “Melhorar a Comunicação”, foi destacada outra função, a de incentivar a unidade política: “Esta é a tarefa mais importante do Jornal Sem Terra. Sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade na ação.” (JST, N° 119, 1992, p. 03). Também a tarefa militante de elaborar notícias foi pontuada, pois “Como nosso jornal é popular deve-se aumentar a participação de companheiros que possam ajudar na elaboração das matérias em cada estado, mesmo que sejam pequenas colunas, mas todos estão convidados a escrever.” (JST, N° 119, 1992, p. 03).

Aspectos apontados por Lênin para que o órgão do partido cumprisse a tarefa organizadora, como a presença de discussões políticas mais amplas e de debates teóricos; a participação de muitos militantes na escrita do jornal; o papel de centralizador do movimento através da expressão das diversas ações sob um ponto de vista mais nacionalizante; e inclusive a crítica à ideia de que o jornal, sozinho, organizaria o movimento, entre outras questões, podem ser identificados no JST. Como a experiência desse jornal será a base da comunicação desenvolvida pelo MST, certa concepção instrumental da comunicação persistirá.

Seria, entretanto, pouco cuidadoso afirmar que o jornal segue uma “cartilha leninista”, até porque o próprio legado de Lênin não possui uma única interpretação, embora seja perceptível a permanência de uma leitura de suas propostas que resultou na instrumentalização de muitas das experiências populares de comunicação<sup>32</sup>. O Jornal Sem Terra, pela própria busca do MST de atuar

---

<sup>31</sup> Ademar Bogo é organizador da coleção “Teorias da Organização Política”, publicada pela Editora Expressão Popular.

<sup>32</sup> Por exemplo, Kucinski (1991, p. 13) lembra que, na produção da imprensa alternativa durante o período ditatorial, havia uma tensão entre uma concepção gramsciana, que conferia alguma autonomia aos jornais, e a ideia leninista, “[...] que entendia o jornal como instrumento de partido. E cada grupo procurava ganhar posições na frente jornalística, para fazer do jornal o seu instrumento de poder, mesmo ao atropelo dos mecanismos pré-estabelecidos.”, o que resultou, muitas vezes, em fracionamentos.

em frentes mais amplas, combina o fato de ser um “instrumento” próprio, mas também um espaço de diálogo com outros setores, especialmente com militantes que apóiam a sua luta. Tanto que, a partir da década de 90, muitas matérias tratarão de temas diversos.

Se, ao invés de uma afirmação determinista, entendermos essa influência a partir da compreensão, apontada pelo filósofo Daniel Bensaid (1997, s/p), que “Ele [Lênin] é, dizendo de outra maneira, um organizador dos diversos tempos, a condição de um pensamento estratégico que ultrapassa o horizonte imediato da tática política do dia a dia, do passo a passo, rigorosamente sem princípios.”, sua influência pode ser mais facilmente detectada, pois, neste sentido, sobressai daquele pensador a política em ação; a congregação das questões dispersas, contribuindo para uma ação unificada que, no caso do MST, foi e é fundamental para sua sobrevivência.

Por fim, para atualizarmos o legado teórico aqui apresentado e localizarmos o cenário em que se encontram as ações comunicativas do MST, analisaremos, no próximo tópico, as mutações do campo da comunicação e algumas das influências delas na sociedade brasileira.

#### **1.4. Comunicação e Poder na sociedade contemporânea**

Reportar-nos a um legado teórico forjado no início do século XX para inquirirmos sobre um tema tão atual poderia parecer ao leitor, à primeira vista, uma escolha estranha. Consideramos, todavia, não podermos compreender aquelas transformações se desconsiderarmos o contexto sociopolítico em que elas se desenlaçam. Tal conexão está intrínseca à ideia da hegemonia, daí a riqueza que toda a discussão desenvolvida por Gramsci, especialmente, traz-nos.

Estamos, não obstante, de acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (2010, p. 63) quando afirma que “a capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo.”. Em nosso caso, a tarefa de defrontar as análises gramscianas às novas configurações societárias é imperativa. Afinal, por mais que impressione pela capacidade de tratar de temas tão diversificados com um brilhantismo particular, aquele pensador não chegou a vivenciar o mundo conectado pela fibra ótica e inspecionado pelos satélites, quanto mais os computadores portáteis, os arquivos desmaterializados e a internet, cujas novidades trazidas diariamente inquietam até mesmo aqueles que já nasceram sob o signo da era digital.

No campo das pesquisas em comunicação, no Brasil, a atualização do pensamento gramsciano tem se dado através de diversos autores, dentre eles Venício Lima. Partindo da compreensão de que a hegemonia “[...] se constitui e se realiza no espaço em que o sentido das coisas é construído, isto é, no espaço das *representações*” (LIMA, 2004, p. 182, grifo do autor),

Lima cunhou o conceito de Cenário de Representação Política (CR-P), através do qual contribuiu para articular o conceito de hegemonia às investigações desenvolvidas no campo da comunicação.

De acordo com o autor, os grandes meios de comunicação constituem uma realidade própria, dada a centralidade deles em um tipo de sociedade que caracterizou como *media-centered* e, especialmente, naquelas onde a televisão atua como o *centered* dominante, pois nelas os meios tornaram-se os construtores centrais das representações sociais, desempenhando um papel central tanto nos aspectos econômicos quanto sociais e influenciando os processos de socialização e de organização política, algo que era reservado, por exemplo, aos partidos, à escola e aos grupos de amigos. Com isso, avaliou o autor, a mídia tornou-se o aparelho privado de hegemonia “[...] mais eficaz na articulação hegemônica (e contra-hegemônica)” (LIMA, 2004, p. 190-191). Mais tarde, também o trabalho de Venício Lima precisou ser atualizado, conforme ele mesmo reconhece<sup>33</sup>. As discussões empreendidas por Jorge Almeida (2002, p. 63-64) apontam neste sentido. Almeida alerta que outros ambientes compõem o cenário político e considera que os CR-Ps não constroem a realidade, mas fazem parte dela, assim como um conjunto mais amplo de outros elementos, desde a herança cultural que possuímos, pois ela nos auxilia na formação de nossas referências.

Considerando-se o mundo novo que se revela a cada dia, faz-se necessário sopesar a discussão sobre as proporções assumidas pela comunicação como componente necessário à hegemonia. De acordo com distintas vertentes teóricas, o crescimento do poder da mídia não é um processo recente. Por exemplo, já em 1961, Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, trouxe um longo apanhado histórico das relações estabelecidas entre imprensa e sociedade. Ele deixou claro que, desde seu surgimento, a imprensa serviu ao poder político e incidiu sobre a tematização das questões de interesse do público.

Segundo o filósofo alemão, especialmente durante a fase do capitalismo mercantilista, a imprensa desenvolveu impressionante força, pois, por meio dela, passaram a circular informação sobre mercadorias e comércio. “A troca de informações desenvolveu-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias.” (HABERMAS, 2003, p. 35). Na esteira das mudanças em curso, “[...] a imprensa logo se tornou sistematicamente útil aos interesses do poder administrativo.”, assevera Habermas (2003, p. 36).

As mudanças na imprensa e o desenvolvimento da publicidade e do jornalismo opinativo fortaleceram, de acordo com o autor, a atribuição do papel de esfera pública conferido aos meios, levando a uma mudança substancial da própria natureza dessa esfera, que então perdeu seu caráter

---

<sup>33</sup> Durante palestra proferida em Fortaleza, em novembro de 2010, perguntamos a Venício Lima sobre a atualidade do conceito de CR-P, a que o autor respondeu que, caso fosse refazer a discussão, hoje, não chegaria aos mesmos resultados, dada a força que a internet, especialmente, tem exercido nos processos políticos.

público. A mudança estrutural da esfera pública levou à interpenetração progressiva dela com o setor privado, sendo este cada vez mais burocratizado. O público passou a ser consumidor de cultura; houve o desenvolvimento da imprensa sensacionalista e a decadência da imprensa politicamente pensante. Uma minoria de especialista que não atuavam publicamente foi formada, fragmentando o que anteriormente era entendido como público. Por fim, deu-se uma mudança na função política da esfera pública, que passou a ser apreendida pela imprensa.

Com isso, embora funcionando a partir da lógica mercadológica, os jornais assumiram o papel de condutores de informação. A esfera dita pública passou a localizar-se entre Estado e mercado, sofrendo a influência de ambos. Houve ainda uma subversão do princípio da publicidade, com a entrada em cena da publicidade comercial e daquela praticada por órgãos, governos, etc. A esfera pública foi assim fortalecida como instrumento de pressão política. Progressivamente, os meios de comunicação ocuparam o lugar dessa tradicional esfera pública, bem como o das instituições que eram responsáveis pelo agendamento das discussões. Diante do exposto, Habermas (2003, p. 207) alega que “O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública”; do que resulta não uma opinião pública, mas um “clima de opinião”.

A capacidade de a imprensa incidir sobre a opinião partilhada socialmente também é destacada por autores ligados à “Teoria da Agenda”, cuja fonte propulsora pode ser encontrada nas teorias dos efeitos, características das primeiras pesquisas em comunicação. McCombs (2009), expoente de tal perspectiva teórica, afirma que a Teoria da Agenda considera que a mídia não define o que o receptor pensa sobre o mundo, mas sim o que se discute. De acordo com essa perspectiva, a mídia acaba agendando os temas do debate público, ao, por exemplo, estabelecer a relação do tema com o público, seguir critérios de noticiabilidade que terminam por restringir os temas pautados, salientar algumas questões em detrimento de outras e ao criar esquemas de interpretação acerca de fatos e pessoas, etc. Tais ações visam a constituir “[...] uma relação de causa e efeito entre a agenda da mídia e a agenda do público.” (MACCOMBS, 2009, p. 37), conforme perceberam diversos pesquisadores que analisaram a cobertura midiática, especialmente, durante as disputas eleitorais.

Outros estudos destacaram prioritariamente a dimensão simbólica e representacional assumida contemporaneamente pela atividade política. Para estas, sobressaem as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que afirmou que os sistemas simbólicos, como o sistema de conhecimento e o de comunicação, por serem sistemas estruturados, também exercem um poder estruturante na sociedade. “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*” (BOURDIEU, 2010, p. 08, grifo do autor), do que decorre sua importância no mundo atual. Bourdieu afirma ainda que classes e frações de classe disputam, também simbolicamente, a definição do campo social, o modo de fazer ver e crer o mundo e,

consequentemente, o modo de agir sobre ele. Nesse sentido, de acordo com o autor:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados'. (BOURDIEU, 2010, p. 11)

Apesar das variáveis analíticas, as distintas teorias admitem que o poder midiático de influenciar a opinião, intervir nas discussões e construir visões de mundo ganhou novos contornos com a mundialização do capital, pois ela tornou mais fácil compartilhar não só moedas e valores, mas também símbolos e domínios. Em uma obra já clássica, *A Sociedade Global*, Octávio Ianni alertou sobre esse processo e afirmou que a dissolução das fronteiras e o desenraizamento das coisas, gentes e ideias culminam com a formação de linguagens globais e com a alteração do modo como agimos no mundo, organizado agora de forma ainda mais burocratizado (1998, p. 120):

A tecnificação das formas sociais de vida e trabalho, produção e reprodução material e espiritual, espalha-se por todos os lugares e recantos do mundo e os indivíduos. A razão instrumental generaliza-se, adquire preeminência, funda ações e relações, processos e estruturas. Os produtos da ciência transformam-se em técnicas, signos, emblemas, fetiches, ao mesmo tempo que organizam a atividade e a imaginação em toda a parte e no íntimo de cada indivíduo. (IANNI, 1998, p. 118)

Essas transformações não estão alheias às disputas políticas, ao contrário. “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação.” (IANNI, 1998, p. 120), o que já nos anos 40 haviam percebidos os teóricos de Frankfurt que formularam o conceito de Indústria Cultural. Nos anos recentes, houve ainda a entrada de novos atores em cena; a problematização, em âmbito mundial, de novos temas; além da fragilização das fronteiras do próprio Estado, cujos limites são questionáveis. A expansão cada vez mais acelerada do capital, em cuja base encontram-se as novas tecnologias, traz sérias consequências à política. Conforme Bauman (2000, p. 27), “A rapidez do movimento torna o verdadeiro poder extraterritorial.”, enquanto, por outro lado, os movimentos políticos não conseguem acompanhar o ritmo de tal expansão:

Podemos dizer que, não conseguindo mais as instituições existentes reduzir a velocidade de movimento do capital, os políticos perdem poder cada vez mais – circunstância simultaneamente responsável por uma crescente apatia política, um progressivo desinteresse do eleitorado por tudo que tenha caráter “político”, à exceção dos saborosos escândalos encenados pelas elites à luz dos refletores, e a queda da expectativa numa possível salvação gerada pelo governo, sejam quais forem seus atuais ou futuros ocupantes. (BAUMAN, 2000, p. 27)

No vácuo de participação política gerada neste panorama, possibilitado pelo desinteresse e pelo afastamento da política por parte de homens e mulheres que sofrem as agruras da desigualdade

social, encontramos as mídias, formadas por poderosos grupos econômicos que não só possibilitam nosso contato com o mundo, mas também alimentam o consumismo desenfreado, difundem valores e modos de apreensão de uma realidade que, sobretudo por meio delas, é tornada conhecida.

Não se trata, pois, apenas de novas maneiras de interligar o mundo, mas de experimentá-lo e de organizá-lo. Pesquisas do campo da comunicação acrescentam que o que ocorre hoje não se iguala aos acontecimentos desencadeados pela organização das estradas, pelo desenvolvimento dos transportes ou mesmo das tecnologias informacionais como o telégrafo, pois as atuais tecnologias da informação e da comunicação (TICs) não estão apenas aproximando longínquos recantos. Além das mudanças do tempo/espaço, em curso desde a Revolução Industrial, como frisou Muniz Sodré em sua *Antropológica do Espelho*, vivenciamos ainda a digitalização, que contribui decididamente para a configuração que as TICs assumiram e para a constituição de um novo regime de visualidade pública, marcado pela construção midiática dos fatos.

Modificações técnicas, econômicas e políticas igualmente são deflagradas pelo paradigma analógico-digital que, conforme Sodré (2010), rege a sociedade ocidental contemporânea. Essas alterações podem ser exemplificadas pela evidente redução das barreiras materiais e comerciais que organizavam os mercados; com a formação de conglomerados a partir da fusão de empresas especializadas em áreas específicas; pela fragmentação e dispersão da produção. Elas, contudo, não atingem todos da mesma forma, pois ainda permanecem as diferenças e desigualdades que marcam e sustentam o atual sistema. Por exemplo, o acesso às tecnologias é diferenciado por fatores diversos, dentre os quais a situação econômica, a localização geográfica e, inclusive, a condição de gênero. O caso trazido por Dênis de Moraes (2006, p. 43), a partir do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2004, ilustra diferenças que, por vezes, são abstraídas dos discursos promotores de certa euforia tecnológica: “Um em cada 250 africanos estava conectado, em comparação com 70% de norte-americanos que navegavam no ciberespaço.”

Em que pesem tais contradições, nesta nova configuração social, as comunicações assumiram o papel de principais mediadoras das relações sociais e da percepção do mundo. A midiaticização, forma particular de interação baseada na tecnologia e no mercado, adquiriu feições difíceis de precisar. Deu-se, com isso, a transformação da pauta de interesses; das referências formadoras da consciência e de seus modos operativos; dos valores e processos de construção da realidade (SODRÉ, 2010, p. 09).

Mostra dessas mudanças pode ser percebida na pesquisa de Bruno Comparato (2001, p. 109) sobre os enfrentamentos que ocorreram entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o MST. O autor constatou que as principais estratégias usadas por FHC para combater seu opositor estiveram relacionadas à imagem que era construída pela opinião pública acerca do Movimento. De

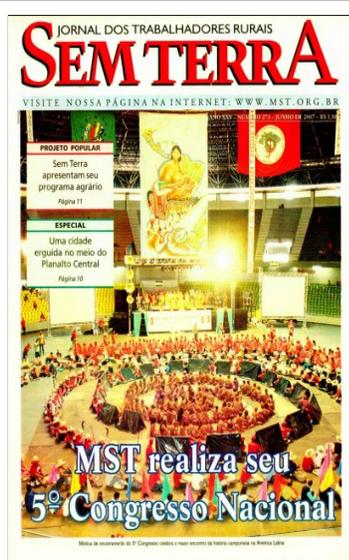


Figura 1.

Capa do Jornal Sem Terra de Junho de 2007 (Nº 273)

acordo com Comparato, com o apoio das empresas de comunicação, o governo buscou desqualificá-lo; descaracterizá-lo como movimento social e criminalizá-lo. Por outro lado, o MST percebeu a ação da mídia e procurou dar respostas à representação construída sobre ele, através da produção de meios próprios, como o portal na internet<sup>34</sup> e a *Revista Sem Terra*<sup>35</sup>, dentre outras ações.

Além desta disputa por representação, outras transfigurações estão em curso, como a configuração de uma cultura política centrada no consumo de imagens; o uso de serviços comunicativos para campanhas eleitorais e governos, como as sondagens de opinião; a organização dos discursos de acordo com a gramática dos meios; e a realização de ações voltadas aos públicos dos meios de comunicação, o que verificamos também ao analisar o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Vejamos. Caso o interesse predominante do congresso fosse o de possibilitar um espaço de participação direta da militância nas decisões das linhas políticas de atuação para o período seguinte, teríamos momentos de embates entre posições diferentes, de votações de propostas ou de eleição dos dirigentes, afinal ali estavam reunidas milhares de militantes, representantes de todos os estados onde o MST atua. No entanto, não foi isso o que ocorreu. As falas da Direção foram construídas previamente e expressaram opiniões consensuais, expondo o Movimento como um todo homogêneo. A programação do encontro era formada por conferências, manifestações de solidariedade e muito simbolismo, expresso desde a decoração do espaço, o ginásio Nilso Nelson, que parecia ter sido tingido de vermelho.

Elementos icônicos marcavam o local e, como mostra a figura, ganharam destaque no Jornal Sem Terra do mês do Congresso, cuja capa trouxe foto da mística de encerramento do encontro.

<sup>34</sup> Surgido em 1996, o portal [www.mst.org](http://www.mst.org) recebe, atualmente, cerca de 5.000 visitas diárias, segundo material lançado pela Secretaria Nacional do MST por ocasião da passagem do aniversário de 25 anos da organização.

<sup>35</sup> A Revista Sem Terra, lançada em 1997, é um periódico bimensal que surge para divulgar as ações do MST especialmente para apoiadores do movimento e formadores de opinião.

Também no ginásio constavam símbolos de organizações parceiras, além de centenas de bandeiras do MST, faixas com palavras de ordem e um grande painel produzido pelos próprios militantes. Além dos ícones, a principal ação pública componente da programação do congresso, a marcha que ocupou uma grande avenida da capital federal, também teve forte dimensão simbólica. Denunciando o imperialismo e a imobilidade da Reforma Agrária no Brasil, a marcha não possuía, por exemplo, o objetivo de reivindicar a formação de comissões de negociações ou de obter respostas acerca das demandas apresentadas. Sua existência pode ser entendida como uma demonstração pública de força, parte da busca por visibilidade.

Notemos, por exemplo, a descrição dela feita pelo jornalista Pedro Carrano, do Jornal Brasil de Fato, veiculada através do site do MST:

A caminhada passou por outros três locais, onde foram levantadas questões essenciais para a luta dos trabalhadores. A marcha se deteve pela primeira vez em frente à embaixada dos Estados Unidos, onde um forte aparato de segurança estava montado. Lá os trabalhadores fizeram a denúncia do imperialismo estadunidense. **Caixões revestidos de panos negros** foram expostos durante a passagem de toda a multidão. Neles estava escrito o número de mortos deixados nas guerras travadas pelos Estados Unidos contra outros povos. Logo depois, uma **faixa foi deixada no Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, com um protesto para que o judiciário reconheça as mais de 60 ações populares questionando o leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Nesta semana, o STJ está julgando um pedido de reclamação da Vale, hoje a segunda maior mineradora mundial, que exige a extinção das ações populares que acusam a venda da companhia de irregularidades. Em frente ao prédio do Itamaraty, a multidão de trabalhadores protestou contra a política de intervenção do governo Lula no Haiti. O trajeto culminou na Praça dos Três Poderes, com a denúncia coletiva da lentidão do executivo, legislativo e judiciário para realizar a Reforma Agrária. **Uma imensa faixa cobriu o monumento da Praça**, com os dizeres: “Acusamos os 3 poderes de impedir a Reforma Agrária”. (CARRANO, Marcha do MST denuncia imperialismo e imobilidade da Reforma Agrária<sup>36</sup>. Jornal Brasil de Fato, 2007, grifo nosso)

---

<sup>36</sup>

Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/870>> Acesso: mai. 2011.



Figura 3:  
Marcha do 5º Congresso Nacional do MST.



Figura 2:  
Foto de uma das paradas da marcha.

Os pontos culminantes da marcha foram as exposições de caixões e de duas faixas. Também os locais escolhidos para as paralisações, em especial a Embaixada dos Estados Unidos, mostram que se objetivava expor a crítica, inclusive visualmente, vide o tamanho das faixas deixadas pelos manifestantes, uma forma de chamar atenção. Já o uso das camisas e bonés vermelhos aponta a busca de reafirmação da identidade Sem Terra, mas também a construção de uma imagem repleta de plasticidade, pronta para ser registrada.

Em outra notícia do site do MST, lemos: “O evento será uma **grande festa** para comemorar as conquistas dos trabalhadores Sem Terra nos últimos 23 anos, **demonstrando a unidade** dos integrantes do movimento e o **apoio** da sociedade à luta pela Reforma Agrária” (MST, Congresso do MST reúne 17 mil em Brasília<sup>37</sup>, 2007, grifo nosso). No mesmo texto, fica claro que o momento é destinado à publicidade, pois as discussões, iniciadas em novembro de 2006, já haviam sido finalizadas, como depreendemos da notícia já citada: “Diante das mudanças, o MST vai concluir e apresentar à sociedade uma proposta alternativa para o campo brasileiro, intitulada 'A Reforma Agrária necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira!'”.

<sup>37</sup>

Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/843>> Acesso: mai. 2011.

Tudo isso assinala o diálogo existente entre a gramática da política e a da mídia, uma negociação que, conforme temos demonstrado, não está restrita a esse acontecimento em particular. De acordo com Dias (2007), na sociedade contemporânea:

A política passa a não estar mais restrita aos espaços clássicos (rua, parlamento, praça), mas a vazar para a tela da televisão e da Internet, para as páginas dos jornais, para as ondas do rádio. Isso não significa somente a ampliação dos espaços pelos quais a política passa, mas sim que a política moderna não existe mais distanciada dos espaços midiáticos. (DIAS, 2007, p. 206. *In*: FERREIRA; VIZER (Org.), 2007).

Atos como o que ora analisamos, portanto, atendem à necessidade de tornar públicas as demandas e a própria existência dos movimentos sociais. São fatos construídos também para gerar outros fatos. No planejamento deles, há uma preocupação tal com a linguagem e com os modos de funcionamento das mídias que faz com que, por exemplo, busque-se agendar ações tendo como base o melhor horário para a cobertura da imprensa, uma lógica que não escapa ao próprio MST. Considerar tais aspectos não deve nos levar a resumir a ação ao interesse pela mídia ou a caracterizá-la como negativa. A demonstração pública de força é importante para a negociação política, para pressionar governantes e, em última instância, para a disputa de hegemonia. Ademais, com atos “simpáticos”, busca-se o apoio da sociedade e trava-se, ao mesmo tempo, a disputa ideológica, parte essencial dos embates políticos contemporâneos.

Gomes (2004, p. 112) ressalta que essas mudanças não devem levar ao esquecimento ou ao menosprezo da política feita “na rua”, mas à percepção da complementariedade entre rua e mídia, pois “[...] hoje vivemos em sociedades de fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidirecional de informação política”, do que resulta um redimensionamento da importância do sistema midiático em meio aos demais que, juntos, segundo o autor, compõem o sistema político. Albino Rubim, por sua vez, afirma estar ocorrendo uma crise da política; crise esta fruto da inadequação entre a atividade política oriunda da modernidade e seu lugar de exercício, a “[...] contemporaneidade, conformada por outras espacialidades e campos de força.” (RUBIM, 2003, p. 01).

A comunicação e, especificamente, a mídia, de acordo com Rubim, devem ser entendidas não como instrumentos, mas sim como elementos estruturantes da sociedade. Para ele, até mesmo as formas de sociabilidade vivenciadas atualmente são marcadas pelo elemento da comunicação, cujas manifestações podem ser apreendidas através:

[...] 1. da expansão quantitativa da comunicação, observada pelo número de meios disponíveis, pelas tiragens e audiências, pela dimensão de redes em operação etc; 2. da diversidade das mídias existentes; 3. da mediação que realiza, tornando-se o modo dominante de experienciar e conhecer a vida, a realidade e o mundo; 4. da presença e abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural dominante, que organiza e difunde socialmente comportamentos, percepções, sentimentos, ideários e valores; 5. da ressonância social da comunicação midiaticizada sobre a produção da significação

(intelectiva) e da sensibilidade (afetiva), social e individual; 6. da prevalência da mídia como esfera de publicização (hegemônica) na sociabilidade, dentre os diferenciados “espaços públicos” socialmente existentes, articulados e concorrentes; 7. da ampliação vertiginosa dos setores voltados para a produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos; 8. do crescimento (percentual) dos trabalhadores da informação e da produção simbólica no conjunto da população economicamente ativa e 9. do alargamento do consumo e dos gastos, públicos e privados, com as comunicações. (RUBIM, 2003, p. 04-05)

Embora aponte as problemáticas geradas pela dita globalização, o autor ressalta que essa inquestionável presença da comunicação resulta em configurações que não são apenas negativas. Para ele, portanto, a sociedade contemporânea mostra-se tanto uma nova fronteira do capitalismo quanto lugar de novas lutas políticas emancipatórias. Assim, ao invés de adotar uma visão dualista acerca da problemática exposta, busca discutir como se relacionam “Política” e “Idade Mídia”, a partir do pressuposto segundo o qual a Idade Mídia redimensiona e ressignifica a política, percebida agora como “telepolítica” – nomeação que sugere a importância dada pelo autor aos novos lugares, como os meios eletrônicos, de exercício da política (RUBIM, 2003, p. 08).

Isso “[...] não significa, sem mais, que a política das ruas seja eclipsada ou meramente substituída pela tela e por suas formatações políticas afins. Em vez disso, podem ocorrer redefinições, nas quais o reposicionamento dos elementos depende sempre de campos de forças singulares existentes.” (RUBIM, 2003, p. 10). As instâncias mais tradicionais da política, como partidos, sindicatos e movimentos sociais, de acordo com tal perspectiva, mantêm sua importância e seu lugar na luta política, mas também elas afetam e são afetadas na relação com os meios de comunicação, muitas vezes afinando rua e tela na construção de novas táticas de intervenção.

No próximo capítulo deste trabalho, além de analisarmos como a posse da terra constitui-se como elemento fundamental da configuração dos grupos hegemônicos no Brasil, adentraremos a história do MST, percebendo como sua constituição contribuiu para a articulação das lutas no território nacional. Discutiremos como o Movimento construiu entendimentos e práticas relacionadas à disputa simbólica, particularmente à comunicação, a partir da percepção das mudanças em curso na sociedade, que incidem sobre suas formas de atuação.

## 2. Terra, luta e transformação

*“Lutai altivo, corajoso e esperto  
pois só verás o teu país liberto  
se conseguires a reforma agrária.”*  
Patativa do Assaré

Este capítulo parte da compreensão segundo a qual, para analisarmos as possibilidades de questionamento do *status quo* por parte de um movimento social cuja base é essencialmente rural e que tem na luta pela Reforma Agrária sua pauta política primeira, é primordial considerarmos a problemática da distribuição da terra, no Brasil. Afinal, dos tempos coloniais à formação e até mesmo à reestruturação do capitalismo no país, a posse da terra funcionou como um dos elementos fundamentais para o estabelecimento das classes dominantes e dominadas.

A historiografia revela que o projeto colonizador português visava essencialmente à extração das riquezas, não ao povoamento do território. Nesse sentido, a política de distribuição de terra e o estabelecimento de sesmarias e de capitanias hereditárias foram projetados e executados de forma a manter as estruturas de poder que caracterizavam as relações sociais na metrópole, Portugal. Entre os anos 1530 e 1640, considerados os da ocupação efetiva, a dominação estruturou-se tendo como base a comercialização da cana-de-açúcar, produto de grande valor comercial, cuja produção deu-se aos moldes do sistema intitulado *plantation*, baseado nos seguintes pilares fundamentais: monocultura, produção voltada ao mercado externo e exploração da mão de obra escrava. Com isso, terras e poder permaneceram concentrados nas mãos dos agentes da colonização, pois, conforme Caio Prado Júnior (1986), a cultura da cana exigia grandes investimentos e homens para ser lucrativa, já que era necessário adentrar o terreno, plantar, colher e transportar a enorme produção.

“É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como única organização coletiva do trabalho e da produção.” (PRADO JUNIOR, 1986, p. 33)<sup>38</sup>. Após a constituição dos centros urbanos, o sistema monocultor trouxe outros problemas à população, além do etnocídio indígena, praticado desde a chegada das embarcações portuguesas. Com a agricultura de subsistência desvalorizada, não tardou até que as classes subalternas vivenciassem o problema da carestia, cujo resultado provocou, de acordo com Caio Prado (1986, p. 44), a seguinte divisão: “[...] de um lado abastança, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome”.

---

<sup>38</sup> Essa é uma generalização do modelo agrícola, pois havia uma camada média composta por trabalhadores livres que desenvolviam outras atividades. Houve casos em que o trabalhador plantava a cana em pequenas propriedades cedidas pelo senhor de engenho e, para moer sua produção, utilizava as máquinas deste e pagava, por isso, metade do açúcar extraído e o valor do aluguel da terra. Outros lavradores ocupavam terras e pagavam apenas pelo uso do maquinário. (PRADO JUNIOR, 1986, p.37-38).

Embora estivesse claro o abismo social gerado por essa distribuição brutalmente desigual, sua lógica permaneceu praticamente intacta mesmo nos períodos considerados de transformação das relações sociais no Brasil, como após a declaração da Independência:

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de exportação e importação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. Após a Independência, reafirmaram a tradição agrária da economia brasileira; opuseram-se às debéis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesa visando abolir o tráfico de escravos. (COSTA, E. V. 1987, p. 09)

Naquele período, outra forma de exploração da terra ganhou relevância na sociedade brasileira, a plantação do café, que originou um novo ciclo econômico<sup>39</sup>. Ela, contudo, manteve a organização do cultivo, destacadamente na região do Oeste paulista, orientada pela lógica do *plantation*, o que inviabilizou a produção por parte dos pequenos agricultores, conservando as diferenças sociais. Mais tarde, diante das lutas abolicionistas e das pressões internacionais para a ampliação do mercado consumidor, de acordo com a historiadora Emília Viotti da Costa:

Os fazendeiros das áreas novas, preocupados com a iminência da abolição do trabalho de escravos e esperando encontrar na imigração a solução para o problema da força de trabalho, propuseram uma legislação com o objetivo de impedir o acesso fácil à terra e de forçar os imigrantes ao trabalho nas fazendas. Os setores mais tradicionais, apoiados em alguns intelectuais europeizados que se identificavam com o pensamento ilustrado, defendiam uma política colonizadora baseada na distribuição de pequenos lotes aos imigrantes, aos quais encaravam não como substitutos dos escravos, mas como agentes civilizadores. (COSTA, E. V. 1987, p. 14)

A solução preponderante, todavia, foi aquela expressa pela Lei de Terras, de 1850, que minou a possibilidade de acesso à terra aos imigrantes e aos ex-escravos, ao controlar as terras devolutas e garantir a posse desse bem primordial aos que comprassem ou legalizassem seu uso em cartórios, mediante pagamento de taxas à Coroa. Com isso, os colonos chegaram ao Brasil e foram trabalhar nas fazendas dos barões de café, pagando a eles o aluguel da terra. Já os ex-escravos continuaram marginalizados, sem terra ou emprego digno.

Com a proclamação da República, também não houve uma ruptura com esse processo histórico. Para a maioria da população brasileira, esse acontecimento sequer trouxe alterações sensíveis em seu cotidiano. “As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação

<sup>39</sup> Pontuamos as atividades diretamente ligadas ao trabalho com a terra, por isso destacamos o ciclo da cana-de-açúcar e do café. Não obstante, também no chamado ciclo do ouro, quando a atividade mineradora ganhou destaque, especialmente, no sudeste do país, a distribuição da terra foi controlada. Caio Prado Júnior explica que a distribuição das jazidas descobertas era feita pelos funcionários da Coroa, tendo como critério “[...] a sorte e proporcionalmente ao número de escravos com que cada pretendente se apresentava” (1986, p. 57).

aos mercados e capitais estrangeiros.” (COSTA, E. V., 1987, p. 492).

Já nos anos 30, houve o esforço para modernizar o país. Segundo Vieira (2007, p. 23), “Esse processo provocou tensão entre as tradicionais estruturas econômicas e políticas do campo com os novos setores que buscavam adaptar o setor agrário à dinâmica capitalista”, o que foi intensificado com o incentivo à industrialização, nas décadas de 50 e 60. As mudanças advindas, no entanto, não foram substanciais, tanto que o Brasil continuou a ser essencialmente agroexportador e a explorar, sem limites, a força de trabalho da população.

O breve resgate dessa trajetória é importante porque o latifúndio, o etnocídio, a exploração do trabalho dos escravos, dos colonos e dos demais trabalhadores foram fundamentais para a consolidação do capitalismo no Brasil, onde o sistema assumiu uma relação subordinada e dependente em relação ao existente nos países centrais. Ainda hoje, a reprodução das estruturas herdadas do nosso passado colonial se mantém explícita na exclusão da maioria da população. Ressaltamos, entretanto, que esta é também uma história de resistência. Houve a luta indígena contra a dominação portuguesa, que tentou impor uma nova forma de crer, viver, cultivar, vestir-se; a contestação dos escravos, que se negaram a abrir mão de suas identidades culturais e de sua liberdade; a resistência camponesa, expressa, por exemplo, em Canudos e no Contestado; além de tantas outras lutas deflagradas no século XX.

Tais lutas compõem o repertório histórico e cultural assumido pelo MST, em cuja apresentação pública define-se como seu herdeiro e continuador:

A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas. (MST, Nossa História, s/p, 2009)<sup>40</sup>.

O Movimento também sofreu forte influência das chamadas lutas radicais, que eclodiram, em meados do século XX, em diferentes pontos do país. A construção de rodovias, por exemplo, foi o mote de disputas entre posseiros e os “novos donos” dos territórios, na região de Governador Valadares, por onde seria construída a rodovia Rio-Bahia; fato semelhante deu-se em Uruaçu, Goiás, devido à construção da rodovia Transbrasiliana, a partir de 1948. Disputas por terras devolutas ocorreram no Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Espírito Santo<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Trecho do texto “Nossa História”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso: abr. 2011.

<sup>41</sup> Tendo em vista nosso objetivo neste trabalho, não cabe detalhar esses processos. Para mais informações sobre eles, consultar “A História da Luta pela Terra e o MST”, de Mitsue Morissawa (2001).

Em muitos desses casos, a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) intensificou a organização dos trabalhadores, pois ajudou a fundar comitês regionais, conforme verificado no Paraná e no Maranhão; ou a criar as Ligas Camponesas. Em 54, o PC criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) com a finalidade de “[...] coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais.” (MORISSAWA, 2001, p. 94). A entidade só não foi fundada em Pernambuco, pois ali era forte a organização das Ligas, e no Rio Grande do Sul, onde havia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), surgido, por sua vez, em 62.

O período de organização desses coletivos marca a passagem das lutas espontâneas e individuais para uma fase mais organizada, processo intensificado em 1962, durante o governo João Goulart (1961-1964), momento em que se deu a regulamentação dos sindicatos rurais, em meio a um grave problema econômico que levou o modelo que vinha sendo adotado a entrar em crise, pondo um ponto final às seguidas décadas de crescimento e de desenvolvimento industrial. De acordo com João Pedro Stédile (2006, p. 12), nesse período “[...] intensificou-se o debate político e acadêmico sobre a necessidade da realização da reforma agrária, como uma forma de desenvolver as forças produtivas, intensificar o mercado interno, estimular a indústria nacional, distribuir renda e, sobretudo, resolver o problema da pobreza no interior do país.”.

Colaborando com este fato e, simultaneamente, sendo influenciado por ele, deu-se o ressurgimento das Ligas, que voltaram a exigir a “Reforma agrária na lei ou na marra”. A rearticulação, contudo, foi interrompida com o Golpe Militar, em 64, para o qual contribuiu a proposta de Reforma Agrária apresentada por João Goulart, no bojo das chamadas Reformas de Base. A partir de então, organizações de trabalhadores foram fechadas; líderes presos e torturados; movimentos reprimidos. Os sindicatos que se mantiveram organizados passaram a atuar de forma assistencialista, interrompendo a trajetória ascendente das mobilizações.

Ainda em 64, Castelo Branco decretou o Estatuto da Terra, que definiu a função social da terra; instituiu a desapropriação de latifúndios ou minifúndios; criou o imposto territorial, etc. Apesar de “progressista” no conteúdo, serviu para “[...] **controlar as lutas sociais** e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar **projetos de colonização**” (MORISSAWA, 2001, p. 100, grifo do autor). Então,

Durante a década de 70, houve grande concentração da propriedade da terra e a expansão da mecanização da lavoura, a utilização dos chamados insumos industriais. Com isso, muitas fazendas que antes utilizavam muita mão-de-obra na forma de parceria e arrendamento, agora a substituíram por máquinas. E esses trabalhadores foram expulsos da terra. Por outro lado, houve estímulo à monocultura da soja e do algodão, destinados à exportação, e uma redução de cultivos permanentes como o café e, mais tarde, a implantação do Pro-álcool, que trouxeram a redução da mão-de-obra nessas fazendas.

(STEDILE; SÉRGIO, 1993. *In*: LÖWY (Org.), 2003, p. 541)

Diante dessa situação, os trabalhadores rurais vislumbraram apenas as seguintes opções: migrar para a Amazônia, cujo processo de colonização estava sendo intensificado; ou praticar o êxodo rural, em busca de melhores oportunidades nas grandes cidades. Ambas as possibilidades, todavia, logo se mostraram inviáveis. A primeira devido à dificuldade de ocupar a fronteira agrícola na Amazônia; a outra, por conta do esgotamento do chamado “milagre econômico brasileiro”, política que possibilitou o crescimento econômico do país e a queda da inflação, mas que declinou logo em 78, quando a crise do petróleo trouxe profunda recessão econômica internacional e o aumento das taxas de juros, fatores que atingiram o setor industrial e geraram cada vez mais desempregos (STEDILE; SÉRGIO, 1993. *In*: LÖWY (Org.), 2003).

Sem saídas, restou a resistência. Esta se deu nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, etc., demarcando uma nova fase da luta camponesa. Foi então um momento de afirmação de um modo de atuação independente em relação aos partidos, forjando, assim, um processo de auto-organização que, embora tortuoso, resultou em formulações políticas próprias e na constituição de lideranças advindas do mundo rural.

### **2.1. A gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

Muitos dos movimentos que eclodiram ao final dos anos 70 foram influenciados pela Igreja, principalmente pela católica, embora deva ser ressaltada a atuação relevante da presbiteriana naquele momento histórico. No caso da Igreja Católica, o fenômeno da aproximação de amplos setores com grupos comunitários foi possibilitado pelas discussões e resoluções do Concílio Vaticano II, que levou à modernização da Igreja e a um redirecionamento de suas ações:

Na origem da qual surge uma reorientação da Igreja Católica no Brasil, encontramos uma tomada de consciência de sua perda de influência entre a população mais pobre, sobretudo a partir dos anos 50, frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda e, mesmo, do simples afastamento de práticas religiosas. Enquanto a instituição eclesial, comandada por sua hierarquia, permanecia um dos pilares da ordem, brotavam de seu interior iniciativas que iam num outro sentido. Os grupos leigos da Ação Católica (principalmente a Juventude Universitária Católica e a Ação Católica Operária) vão se ligando a lutas populares, denunciando a injustiça das estruturas vigentes e assumindo progressivamente posturas de contestação política. (SADER, 1988, P. 150)

Através do Movimento de Educação de Base (MEB), existente desde antes do Golpe de 1964, da formação de sindicatos rurais e das Comunidades Eclesias de Base (CEBs), a Igreja engajou-se em lutas concretas, seja por serviços básicos, como transporte e educação, seja por dignidade ou democracia. Interessante que “O MEB, mais do que ter uma tese de que iria salvar o

campo, assumiu como principal tarefa o seguinte: 'nós temos que conscientizar os camponeses e ajudar a que eles se organizem, porque somente haverá uma reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la.' (CARDART, 2004, p. 310), objetivo que buscava atingir também com a utilização de muitos programas radiofônicos.

Michael Löwy (2006, p. 58) avalia que, “Abrindo-se para o mundo moderno, a Igreja já não pode evitar os conflitos sociais que sacodem o mundo, especialmente na América Latina.”. Em contato estreito com eles, religiosos formularam a Teologia da Libertação, corrente teológica baseada na chamada opção preferencial pelos pobres, que pode ser entendida como “[...] a expressão particular de um movimento social criado pelo desenvolvimento dos cristãos em associações de bairros, sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas, centros de educação popular, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias.” (LÖWY, 2006, p.59).

A Teologia da Libertação exerceu influência marcante para a gestação de novos movimentos operários e populares, assim como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), rearticulada, em 1975, em resposta à grave situação em que se encontravam os trabalhadores rurais, principalmente na Amazônia. Isso porque a CPT, alguns anos após sua retomada, ampliou sua atuação na denúncia da violência no campo e na defesa dos direitos humanos. Sua ação em relação às lutas por terra será definidora, pois “[...] a CPT, como tese para resolver o problema agrário no Brasil, levantou a bandeira, apoiada na Doutrina Social da igreja, de que 'a terra é para quem nela trabalha'.” (CALDART, 2004, p. 311-312). Ela e as pastorais rurais contribuíram com a fundação do MST, pois “[...] passaram a conscientizar os camponeses sobre seus direitos à terra, despertando-os para uma visão da realidade não mais submissa e conformada, como era antes pregado pela Igreja tradicional.” (STEDILE; SÉRGIO, 1993. *In*: LÖWY (Org.), 2003, p. 541).

A partir de 1981, participantes das mobilizações que ocorreram principalmente no eixo Sudeste-Sul estabeleceram contato entre si através de encontros promovidos pela Comissão Pastoral da Terra que, posteriormente, passou a articular regiões. Dando prosseguimento à auto-organização, os trabalhadores decidiram formar comissões de sem-terras em sindicatos; ampliar a articulação com movimentos; realizar encontros estaduais e regionais e “[...] criar boletins informativos para cada movimento.” (MORISSAWA, 2001, p. 136).

Durante esse processo de gestação do MST, foi conformada a Comissão Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, articulação que se reunia para discutir ações e avaliar os passos dados rumos à construção de um movimento nacional. O *Boletim Sem Terra* era um dos meios utilizados para compartilhar essa caminhada com os demais trabalhadores. Em fevereiro de 1983, na 29ª edição do periódico, por exemplo, divulgou a avaliação da comissão, segundo a qual “[...] não há condições de se fazer uma articulação a nível nacional, mas apenas a partir de lutas

concretas e de regiões já unidas e organizadas.” (BST, nº 29, 1983). Conforme a notícia, mais de 30 regiões do país já estavam articuladas e havia outras nas quais a luta pela terra poderia ser efetivada.

Finalmente, em janeiro de 1984, ocorreu, em Cascavel (PR), o “I Encontro Nacional dos Sem Terra”, originando um movimento nacional de camponeses sem terra, a partir da articulação de diversos movimentos locais que estavam lutando por terra e por reforma agrária. A ele deu-se o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Logo, então, deliberou-se que sua primeira motivação seria “[...] resolver o problema econômico, o problema de sobrevivência de milhares de famílias de agricultores, que se encontram sem perspectivas de trabalho e que desejam continuar trabalhando na terra.” (STEDILE; SÉRGIO, 1993. *In*: LÖWY (Org.), 2003, p.542).

Estava claro que tal objetivo não seria alcançado apenas com a distribuição de terras, mas sim com a efetivação de uma Reforma Agrária como política de Estado, capaz de causar profundas mudanças na estrutura agrária do país e garantir terra a todos que nela quisessem trabalhar. A partir do encontro de Cascavel, defendeu-se também uma política agrícola que possibilitasse a sustentabilidade da pequena produção, através da garantia de créditos, assistência técnica, seguro rural, etc. “É então um objetivo de maior amplitude, de cunho social, que interessa não somente aos “sem-terra”, mas a todos os trabalhadores rurais, e também aos trabalhadores urbanos” (STEDILE; SÉRGIO, 1993. *In*: LÖWY (Org.), 2003, p. 542-543). O lema escolhido – “Terra não se ganha, se conquista” –, além de recordar a radicalidade proposta pelas Ligas Camponesas, revelava a compreensão de que essa transformação radical só se daria através da luta política.

Já naquele primeiro momento, além da conquista da terra e da reforma agrária, outro objetivo foi elencado: a construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e sem exploradores. Para o MST, a luta pela Reforma Agrária significava também reivindicar mudanças sociais e políticas no Brasil. Ultrapassar a luta específica pela terra, que poderíamos entender como o momento econômico-corporativo apontado por Gramsci, e ter como princípio a busca por uma nova sociedade foi um passo importante dado pelo Movimento, a partir da experiência dos próprios trabalhadores, pois historicamente eles sofreram os impactos da ligação estreita entre terra e poder.

Além das pressões objetivas enfrentadas e do trabalho pastoral da Igreja, o despertar das lutas populares e, em meio a isso, a formação do MST, deram-se também devido a outro fator: o momento histórico pelo qual passava a sociedade brasileira, que então batalhava pela redemocratização do país. Ainda no apagar das luzes dos anos 70, emergiu uma nova configuração de classe: “Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores.” (SADER, 1988, p. 36-37). Tal conjuntura colaborou para com a constituição de uma nova cultura política em meio às organizações

sociais, o que veio a interferir nas formas de luta e na vivência das experiências coletivas.

Nos anos 80, época considerada de “invenções” (OLIVEIRA, 2006), a sociedade presenciou o surgimento de duas outras grandes organizações populares: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Avaliamos que toda essa efervescência política contribuiu para a formação de um olhar totalizante por parte do MST, que somou à luta pela reforma agrária outras bandeiras, como a da educação e a dos direitos humanos. Sobre isso, diz o Movimento:

E somos também parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia”. E com este ímpeto, nos empenhamos também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistamos, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. (MST, Nossa História, s/p) <sup>42</sup>.

A aproximação com outras organizações possibilitou o contato com formatos organizativos que, em parte, aproximam-se dos utilizados por partidos políticos e por outros coletivos. Não por acaso, temos uma organização diferente, que:

[...] se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem-terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, *sindical* (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), *popular* (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e *político* (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais (STEDILE; SÉRGIO, 1993. In: LÓWY (Org.), 2003p. 543)

### 2.1.1. Novo patamar das lutas no campo

A organização e nacionalização do MST, assim como o conseqüente crescimento de sua influência política, marcaram um novo período das lutas populares no campo. Pesquisas sobre o tema apontam, dentre outros, os seguintes fatores para explicar essa nova conjuntura: a) uma maior organização das lutas no campo; b) a transformação do camponês em sujeito político; c) a alteração do debate sobre o mundo rural no âmbito da esquerda; d) a forma de organização inovadora adotada pelo Movimento. Para uma melhor localização do MST no cenário político brasileiro, procederemos, em seguida, à explanação das questões citadas.

**a) Maior organização das lutas no campo.** Ao apontar o MST como uma das grandes “invenções” dos anos 80, Chico de Oliveira (2006, p. 08) destaca o fato de o Movimento ter conseguido colocar na agenda da sociedade “[...] a Reforma Agrária com uma abrangência e uma radicalidade que ampliou, em muito, o que havia sido proposto pelas Ligas Camponesas nos anos 1950.”. A força do Movimento Sem Terra vem do fato de ter conseguido superar a fragmentação

<sup>42</sup>

Trecho do texto “Nossa História”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso: abr. 2011.

que, até seu surgimento, marcava a conjuntura dos agrupamentos políticos no campo. Antes do MST, as Ligas ensaiaram o desenvolvimento de uma organização nacional, mas divergências internas e a repressão do Estado impossibilitaram um efetivo avanço organizativo.

Ainda hoje, não é possível afirmar haver uma unidade em torno do MST, embora o grau de aglutinação em torno dele seja, em muito, superior ao experimentado pelas Ligas. Ocorre que diversas organizações continuam existindo, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), inicialmente articulada por sindicatos ligados à Igreja e à Ultab, em dezembro de 1963. A Contag afirma ser “[...] a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da atualidade.” e representar “[...] os interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas.”<sup>43</sup>. A relação entre o Movimento e essa entidade é, muitas vezes, permeada por diferenças que “Dizem respeito à forma de organização da produção nos assentamos, bem como à compreensão sobre quais devem ser os instrumentos para implementação da Reforma Agrária.” (MELO, 2006, p. 107).

A ausência de um projeto político comum foi apontada por Gryzbowski, em 1991, como o fator para a falta de unificação: “Apesar das lutas isoladas prosseguirem, dada a diversidade, os movimentos populares rurais não conseguem fazer avançar lutas unificadas por falta de um horizonte estratégico.” (GRYZBOWSKI, 1991. *In*: STÉDILE (Org.), 1994, p. 288). Por isso, o autor defendeu a formulação de um projeto de Reforma Agrária pela sociedade em geral, o que o Movimento constituir a partir de seu ingresso na Assembleia Popular, já ao fim dos anos 90.

Embora persistam essas questões, o MST fixou-se como o detentor de maior capacidade de organização dos trabalhadores rurais e de aglutinação de apoiadores, o que se deve, em parte, ao fato de ter optado por inscrever a Reforma Agrária no âmbito de reivindicações mais amplas. Uma organização mais robusta também foi propiciada pela conformação do Movimento como um corpo bastante centralizado, o que se, por um lado, possibilitou a unificação de lutas dispersas e sua expansão, por outro, trouxe problemas relativos à democracia interna.

**b) A transformação do camponês em sujeito político.** Além da capacidade organizativa, o fato de o MST mobilizar uma base essencialmente rural também merece destaque. Grzybowski (*In*: STÉDILE (Org.), 1994, p. 293) chega a avaliar que, “De um ponto de vista político, a maior importância dos movimentos populares rurais reside no que eles significam como mudança de um padrão de ação dos trabalhadores rurais e das comunidades em que vivem.”. Para ele, “Os

---

<sup>43</sup>

“Quem Somos”. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>. Acesso: abr. 2011.

movimentos populares rurais, ao constituir os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação do poder e domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro um dos pilares do autoritarismo no Brasil.” (GRYZBOWSKI, 1991. *In*: STÉDILE (Org.), 1994, p. 293).

A transformação do camponês em sujeito da transformação social marca uma ruptura com o padrão cultural hegemônico e, o que é fundamental, possibilita a constituição de novos interlocutores do debate público. Isso se deu progressivamente, a partir do aprofundamento da contradição vivenciada com a modernização da agricultura e da ampliação do desemprego, processo potencializado pela ação de formação da Igreja. Como consequência, não mais exclusivamente os “quadros” partidários falavam em nome dos camponeses, mas estes, cientes das contradições que enfrentam, passaram a formular a política que os orienta.

Esse novo sujeito consolida-se, aos poucos, como um “lutador social”, cuja identidade como ser “Sem Terra” é forjada em meio às ações sociopolíticas. Ela é, em primeiro lugar, essencialmente política, “[...] mas que se torna também cultural à medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história.” (CALDART, 2004, p. 32). Tal formação identitária confere ao movimento forte sentido sociocultural, entendido como:

[...] a produção histórica de um conjunto articulado de significados que se relacionam com a formação do sem-terra brasileiro enquanto um novo sujeito social, que se constitui também enquanto um novo sujeito sociocultural, estando nesta condição uma das dimensões importantes da sua força política atual, que extrapola sua influência para além dos limites da questão agrária, ou das questões ligadas ao campo. (CALDART, 2004, p. 30)

A identidade “Sem Terra” chega a romper até mesmo as regras gramaticais, tanto que hoje falamos “os Sem Terra”, sem flexionar número e gênero, e não costumamos mais utilizar “sem-a-terra”. Ao invés da marca da ausência, a ideia do “Sem Terra” traz à tona a existência de um sujeito de direitos. Expõe, ainda, uma produção cultural que tem forte dimensão de projeto, pois consiste em um conjunto de práticas e valores que partem da vivência experimentada para apontar outro modo de viver o mundo (CALDART, 2004, p. 35; p. 77). Conforme a autora:

Há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST: a que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua humanidade em movimento. Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a coletividade Sem Terra, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa,

família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que se sente ou se vive participando das ações ou do cotidiano do MST. (CALDART, 2004, p.212)

Interessante que essa formação, detalhada pela pesquisadora e militante do MST ao longo de seu trabalho, vai ao encontro do que propôs o historiador E. P. Thompson, para quem a classe não se configurava como algo estático ou dado previamente, mas sim como uma categoria histórica, cuja composição derivaria dos processos sociais, em diálogo com as condições objetivas e culturais, com os limites e pressões enfrentados pelos sujeitos em luta. Nesse sentido, para Thompson (1977, s/p<sup>44</sup>), a classe advém do “[...] modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.”. Indo ao seu encontro, inferimos que o processo de formação dos Sem Terra do MST contribui para a formação de uma classe que toma reconhecimento de si mesma e que se percebe como sua própria direção.

De acordo com o historiador, é possível adotar a ideia de classe nos seguintes sentidos: “a) com referência ao conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável, e b) como uma categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa.” (THOMPSON, 1977, s/p). Tem, pois, em ambos os casos, existência intrinsecamente ligada à ideia da luta de classes. Para ele, tais sentidos possibilitam inscrever o conceito de classe na análise da sociedade capitalista industrial do século XIX, mas também considerar as especificidades históricas de cada período analisado, esforço que temos procurado levar a cabo ao longo deste trabalho.

**c) Alteração do debate sobre o mundo rural no âmbito da esquerda.** A organização de um movimento nacional e o surgimento de novos sujeitos políticos deflagraram mudanças no debate que a esquerda travava em relação à participação do campo no que poderia vir a ser a Revolução Brasileira. Marcos Del Roio (2000, p. 73) explica que o tema da revolução se impôs, no Brasil, com a crise da dominação oligárquica, pois esta não poderia ser superada com a manutenção das bases que sustentavam o modelo em decadência: “A incontornável crise de acumulação do capital mercantil e das alianças sociais que davam sustentação à dominação oligárquica, assim como a emergência de novos atores na arena política, sugeriam de maneira indelével a proximidade da revolução.”.

A partir de então, os comunistas buscaram entender a realidade brasileira e a propor formas

<sup>44</sup> Extraído do artigo: “Algumas Observações Sobre Classe e 'Falsa Consciência” (1977). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/thompson/1977/mes/classe.htm#topp>>. Acesso: nov. 2010.

de transformação dela. Em um primeiro momento, nos idos de 1937, dada a influência das análises da Internacional Comunista – que, em seu IV Congresso, em 1928, defendeu que os países coloniais e semicoloniais deveriam operar uma revolução nacional e democrática, levada a cabo por uma frente formada por setores anti-imperialistas, logo por um amplo arco de alianças – e diante da industrialização do país, os comunistas, em sua maioria ligados ao PCB, adotaram uma perspectiva etapista da revolução. Como avaliavam que, no Brasil, havia resquícios do feudalismo, admitiram que o capitalismo ainda deveria atingir seu desenvolvimento pleno. Defenderam, nesse sentido, que a burguesia nacional liderasse uma revolução burguesa, por isso focaram suas atenções na dinâmica da industrialização e relegaram a segundo plano a questão agrária (DEL ROIO, 2000, p. 84).

Com a Revolução Chinesa, ao final da década de 40, a possibilidade de mobilização das massas agrárias veio à tona, o que ocorreu em meio à agitação, no Brasil, das Ligas Camponesas, então influenciadas pelo PCB. Nos anos 50, período de intensa industrialização e produção de bens diversificados, esses grupos acreditaram que a nova situação sociopolítica e econômica permitiria o aprofundamento das contradições do sistema capitalista e, assim, a transformação social (DEL ROIO, 2000, p. 90). Influenciado pela Revolução Cubana, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), surgido, em 1962, após racha do PCB, embora não tenha rompido com as teses desenvolvimentistas, passou a defender a chamada guerra popular prolongada. Organizou, então, a Guerrilha do Araguaia, iniciativa duramente reprimida pelo governo ditatorial. Articulações semelhantes também foram tentadas por outros grupos, que escolheram a guerra de guerrilhas como tática contra o regime que suprimiu, à força, as tentativas de organização popular.

A difusão da ideia de que a industrialização levaria ao desenvolvimento do capitalismo e, por conseguinte, à superação do subdesenvolvimento teve no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) seu principal agente e proponente, embora em seu interior existissem diferentes abordagens sobre a questão do desenvolvimento (TOLEDO, 1982). De acordo com o pensamento isebiano, o latifúndio agroexportador era um entrave para o desenvolvimento do país. Já as pressões imperialistas levaram muitos dos integrantes do Instituto, como Nelson Werneck Sodré, a defender a “[...] possibilidade de um Estado nacional-popular que se colocasse no pólo anti-imperialista, aliado a área socialista, ainda que seu programa fosse centrado no desenvolvimento das forças produtivas do capital e que nele a burguesia cumprisse papel dentro de uma ampla aliança social.” (DEL ROIO, 2000, p. 91).

Estava em jogo, portanto, a caracterização do estágio do desenvolvimento no Brasil, o que partia da discussão sobre existência ou não do capitalismo no país, especialmente no mundo rural, e influenciava as escolhas das formas de luta que deveriam ser levadas a cabo, bem como as propostas para a tão buscada Revolução Brasileira.

A predominância, no âmbito do PCB, de uma visão etapista e aliancista, todavia, não se deu sem críticas. Caio Prado Junior, por exemplo, embora integrasse o partido, discordava da defesa da existência do feudalismo, no Brasil. Para ele, desde suas origens o país esteve inserido no mercado mundial como uma empresa capitalista, mantida pela utilização do sistema escravista, cujos resquícios julgava existir, por exemplo, nas condições de trabalho. Por isso, argumentava: “[...] é na situação sócio-econômica no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa” (PRADO JR, 1966, *apud* ROIO, 2000, p. 103). Para ele, como as relações de produção dominantes no campo já possuíam sentido capitalista, sobretudo se consideradas as precárias relações de trabalho, a reforma agrária que deveria ter caráter anticapitalista, diferente do que pregava o PCB.

Ainda entre os anos 60 e 70, participou do debate sobre a caracterização do Brasil a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organização das Nações Unidas “[...] criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.”<sup>45</sup>. De acordo com o sociólogo Marcelo Ridenti,

As análises da Cepal apontavam o atraso da estrutura socioeconômica dos países da chamada “periferia”, como os da América Latina, em relação ao “centro” econômico mundial, com a deterioração dos termos da troca — relação de intercâmbio entre produtos primários e industrializados desfavorável para os produtos primários produzidos na periferia. Daí a incapacidade de o mercado desenvolver as economias periféricas e a necessidade do Estado como centro racionalizador da economia, quer pelo planejamento, quer pelo financiamento. O Estado seria o indutor de uma industrialização para o mercado interno, constituindo economias nacionais sólidas e autônomas, com apoio do capital estrangeiro disposto a industrializar a periferia, aumentando a renda e a produtividade, em oposição ao imperialismo comercial e financeiro. (RIDENTI, 2009, s/p<sup>46</sup>)

Da afirmação, depreendemos que a Cepal defendia uma reforma agrária contida nos marcos do capitalismo, pois não apontava a probabilidade de superação desse sistema. Todo esse debate sobre tais questões foi, mais tarde, criticado por Francisco de Oliveira, sociólogo que, inclusive, esteve vinculado ao projeto desenvolvimentista defendido por Celso Furtado, nos anos 60. Em uma análise retrospectiva, Oliveira afirmou que o foco na discussão sobre o desenvolvimento, nos marcos em que se deu, gerou um imobilismo dos intelectuais e dos partidos em relação às lutas das classes subalternas. Diz o autor:

<sup>45</sup>“O que é a Cepal”. Disponível em:

<<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso: abr. 2011.

<sup>46</sup> RIDENTI, Marcelo. “Desenvolvimentismo: o retorno”.

Disponível em: <<http://acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1022>>. Acesso: abr. 2011.

[...] toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. [o desenvolvimentismo] cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?’ (OLIVEIRA, F., 1972, *apud* RIDENTI, 2009, s/p).

Enquanto isso, a população assistiu ao fortalecimento do capitalismo no campo, especialmente após os anos 70. De acordo com João Pedro Stédile (1994, p. 313-314), naquele período, o capitalismo assumiu suas três formas clássicas: a acumulação, dado o crescimento das atividades lucrativas; a concentração do capital e do poder, a começar pela concentração da terra que pertencia aos agricultores; e a centralização, pois as mesmas empresas passaram a atuar em vários setores, da posse da terra à operação no comércio, indústrias e bancos.

A despeito dos debates, as condições objetivas deflagravam articulações locais, bem como aquelas desenvolvidas por setores da Igreja Católica. Mais tarde, com a formação do MST, as discussões focaram não mais a possibilidade de participação do campo nas lutas por transformação, pois esta já estava se dando na prática, mas sim a caracterização da Reforma Agrária. A pergunta central é: seria esta uma reforma capitalista ou socialista?

Na primeira metade dos anos 90, Stédile (1994, p. 318) foi resolutivo ao defender que uma Reforma Agrária teria que atingir a descentralização da terra; organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, da terra aos tratores, trens e armazéns; devolver a cidadania para os trabalhadores; alterar o complexo agroindustrial existente. Pela impossibilidade dessas demandas serem aceitas pela burguesia – afinal ela mantém seu domínio com a posse da terra, de toda a cadeia produtiva e com a exploração do trabalhador –, o economista e militante do MST concluiu que a Reforma Agrária proposta pelo Movimento teria um caráter socialista, pois afetaria a burguesia como um todo e reorganizaria a produção de uma maneira diferente (STÉDILE, 1994, p. 321). Explicitando posicionamento semelhante, Jacob Gorender considerou que, “[...] dominando o capitalismo já na formação social brasileira, o desenvolvimento capitalista na agricultura conta com *todas* as condições institucionais necessárias, bastando agora a própria força espontânea da acumulação do capital, ainda mais quando acelerada pelo Estado.” (GORENDER *in*: STÉDILE (Org.), 1994, p. 35, grifo do autor).

De acordo com tais leituras, a Reforma Agrária levaria a um confronto direto com a burguesia. Seguindo esse entendimento, concluímos que o MST potencialmente pode vir a ter um papel importante para as lutas em defesa da transformação da sociedade, cujo modelo de negócio continua sendo baseado, essencialmente, na exportação de *commodities*, conforme discutiremos, no

próximo capítulo, ao debatermos a conjuntura econômica em que se deu o 5º Congresso Nacional do Movimento.

Por outro lado, nesta localização do MST no âmbito das disputas políticas travadas na “Nova República”, devemos considerar que ele tem realizado movimentações táticas que põem em suspeita a capacidade política que possui. Por exemplo, “Nos anos 90, sem abandonar de vez seus ideais socialistas, o MST redefiniu suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência.” (GOHN, 2007, p. 304-305), o que colocou o Movimento em uma tensão constante e ainda não resolvida, afinal ocupa fatias de um mercado que visa a abolir. Outra contradição é seu próprio financiamento, hoje majoritariamente advindo de projetos de governos ou de organizações internacionais com matizes ideológicas variadas, dependência que pode colocar em xeque a ação transformadora dele. A atual retirada de boa parte da chamada cooperação internacional intensifica o problema da autonomia frente ao financiamento dos movimentos sociais e de outras organizações da sociedade civil, em todo o Brasil, fazendo com que sejam fixadas parcerias com os próprios governos estabelecidos, com destaque para o Governo Federal.

**d) A forma de organização inovadora adotada pelo Movimento.** Embora pesem tais contradições, o MST reúne elementos que o colocam, potencialmente, em uma posição de importante sujeito político na luta pela transformação social, tanto por sua principal pauta de reivindicação, a Reforma Agrária, quanto por ser uma organização nacional forte, mobilizadora de grande contingente de trabalhadores e de apoiadores. Há, ainda, outro elemento que deve ser somado à discussão: a forma de organização inovadora adotada por ele.

Conforme já afirmamos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reúne três características organizativas: a sindical, por empreender lutas corporativas, por exemplo, dos assentados, o que possibilita que continue mobilizando trabalhadores rurais após a conquista da terra; a política, por estabelecer em seu horizonte a luta pela transformação social, levando-o ao envolvimento com pautas mais amplas; e a de movimento social, trazendo à tona reivindicações pontuais, bandeiras de lutas, etc.

Em sua organização, o MST buscou estruturar-se; estabelecer princípios organizativos<sup>47</sup>, como “Direção coletiva, divisão de responsabilidades e funções; crítica e autocrítica; planejamento de nossas atividades; vinculação permanente com as bases; envolver-se com as lutas concretas dos

---

<sup>47</sup> Encontramos mudanças, geralmente acréscimos, nos princípios apontados. Por exemplo, no Caderno de Formação Nº 05, o primeiro princípio listado é referente à participação das mulheres em todas as instâncias da organização. Nesse mesmo material, é exposta a necessidade de que os dirigentes sejam de confiança e defendam, em primeiro lugar, os interesses do povo (MST, Caderno de Formação Nº 5, 1985, p. 16).

trabalhadores; ter disciplina; fazer com perfeição e amor.” (MST, Caderno de Formação N° 12, 1987, p. 22), além de métodos de atuação diversificados, muitos deles pautados pela busca da unidade e da articulação das lutas.

Nesse processo de organização, a preocupação com a comunicação foi explicitada. Assim, em meio aos chamados “compromissos práticos” constantes no primeiro Caderno de Formação produzido pelo Movimento, considera-se a necessidade de “Sensibilizar a opinião pública para os nossos direitos” e “Divulgar as lutas e conquistas”. Nesse documento, também indica-se: “O Movimento municipal dos sem terra exigirá dos sindicatos espaços nos programas de rádio dos mesmos para divulgar assuntos do interesse do movimento.” (MST, Caderno de Formação N° 01, 1986, p. 11). A disputa ideológica é referenciada no caderno, no qual se aponta, dentre os planos para o ano de 1986: “9° - Criar uma opinião pública favorável ao movimento sem terra e as [sic] lutas pela terra.” (MST, Caderno de Formação N° 01, 1986, p. 26), embora, no texto, não haja uma referência direta ao fortalecimento do JST e faltem propostas de aplicações práticas.

Roseli Caldart (2004, p. 131) aponta que, em determinado momento da história do MST, constituiu-se uma organização social dentro de um movimento de massas, o que se deu pela adoção de formas organizativas que contribuíram para que ele se transformasse em uma organização social de massas que consegue, ao mesmo tempo, ter uma estrutura forte e uma flexibilidade necessária para que possa dar respostas à conjuntura. Assim, mantém a identidade do Movimento a partir da luta pela terra, mas extrapola o caráter temporário de um movimento social com pauta específica ao incluir outras reivindicações, possibilitando que sua ação seja plural e duradoura:

O MST perderia sua identidade principal, se deixasse de ser um movimento de massas, quer dizer, um movimento social que tem sua marca na realização de lutas e mobilizações que envolvem sempre o maior número possível de pessoas, rejeitando a idéia de *luta por representação*. A luta pela terra é diretamente feita pelos trabalhadores sem-terra e não por seus representantes. Mas essa identidade foi aos poucos retrabalhada e acrescida da idéia de que essa luta de massas poderia ser feita desde uma estrutura organizativa mais complexa, que foi construindo novos aspectos e novas formas de atuação e de condução da luta como um todo. (CALDART, 2004, p. 132, grifo da autora).

No bojo da literatura que pesquisamos sobre o MST, chegamos a encontrar propostas de caracterização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um partido político, devido ao fato de se propor a apresentar um projeto para a sociedade, como defende José de Souza Martins (1984)<sup>48</sup>. Compreendemos, todavia, que a ideia de organização social responde mais adequadamente às particularidades do MST, que continua sendo percebido pela “base” e pela

<sup>48</sup> Ver, por exemplo, MARTINS, José de Souza. “A Militarização da Questão Agrária no Brasil”, Petrópolis: Vozes, 1984. O tema também é analisado no artigo “Revisando a questão agrária.”, do mesmo autor, publicado no *Jornal Sem Terra*, n° 160, em julho de 1996 (Referência a esse texto encontra-se no trabalho de Caldart, 2004).

sociedade como um movimento social que luta pela terra.

O formato organizativo adotado possibilitou o desenvolvimento de formulações e a atuação em questões diversas, como na área da educação e, inclusive, da comunicação. O fato, por exemplo, de o MST ter um corpo de militantes profissionalizados, uma característica desse modo de ser “organização social”, contribui para a manutenção da periodicidade de suas produções comunicativas, sobretudo se comparadas àquelas dos demais movimentos, que dependem do tempo disponível de um ou de outro militante para produzir o jornal ou programa de rádio.

Em sua estruturação como uma organização, também corroborou a divisão do movimento em setoriais. De acordo com dados expostos na publicação “Construindo o Caminho” (MST, 2001), inicialmente houve uma divisão nos seguintes setores: Frente de massas; Formação; Educação; Produção. Mais tarde, com o desenvolvimento do Movimento, outros foram surgindo, como Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais, Gênero e Direitos Humanos – ampliação que mostra uma crescente organização e a inclusão de novas bandeiras de luta.

A forma de organização do MST, por certo, também gera problemas, como o distanciamento da direção em relação aos demais militantes; a centralização das discussões, que se abre a um debate amplo, especialmente, durante o período que antecede o Congresso Nacional; e a formação de militantes profissionais atrelados às estruturas burocráticas da organização. Todas essas são questões que devem ser problematizadas profundamente tanto no interior do Movimento Sem Terra quanto nas pesquisas sobre ele, visto serem desafios presentes na vivência cotidiana das organizações políticas, em geral.

## **2.2. Ações em torno da dimensão cultural do Movimento**

Às características do MST apontadas constantemente como aspectos importantes para a compreensão do seu desenvolvimento, somamos a intensa ação cultural promovida pelo Movimento. Já falamos aqui do forte sentido sociocultural que resulta do trabalho de urdidura de uma identidade comum aos integrantes. Faz-se necessário, então, apresentarmos as origens da dimensão cultural no MST, entendendo, para tanto, a cultura como práticas constitutivas, “[...] sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que por outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.” (WILLIAMS, 2000, p. 13).

Roseli Salete Caldart é a pesquisadora que destaca com apuro a presença de forte dimensão cultural, no MST. De acordo com ela:

Trata-se de um movimento que se foi constituindo historicamente também pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos. Do chapéu de

palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os *Sem Terra* se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo seu jeito de ser, enfim, por sua identidade. (CALDART, 2004, p. 43-44, grifo da autora).

Essa identidade carrega e modifica elementos advindos das matrizes culturais do MST, especialmente as formas sociais e as expressões camponesas e religiosas, bem como aqueles trazidos pela memória das lutas passadas, claramente inspirados em certa tradição de esquerda. Tais lutas constantemente trazidas à tona através de símbolos, pois eles cumprem o papel de facilitar a assimilação das decisões e bandeiras de luta pelos militantes. Dessa matriz camponesa, por exemplo, vemos a forte relação com a terra e as muitas referências à cultura popular e suas expressões, como as canções dos violeiros Sem Terra<sup>49</sup>. Aspectos do conservadorismo e da rebeldia popular também são visíveis. “Isso quer dizer que, na formação dos sem-terra, há um processo de tensionamento cultural que implica em uma reapropriação e ao mesmo tempo em uma recriação da sua própria raiz.” (CARLDART, 2004, p. 45-46).

Processo semelhante pode ser identificado na apropriação de elementos da matriz religiosa, como na já citada utilização dos crucifixos em ações políticas, embora desde que foram criados a bandeira e o hino, o símbolo cristão tenha perdido espaço. Se, simbolicamente, a afirmação de uma identidade que não se pauta pela ligação com uma religião explica essa mudança, por outro lado, práticas religiosas continuam sendo amplamente vivenciadas nos acampamentos e assentamentos e são, igualmente, expressas em seus meios de comunicação. Por exemplo, é muito comum encontrarmos, nas rádios produzidas pelo MST, programas como o “A Hora do Terço”, veiculado às 18h, diariamente, na Rádio 25 de Maio FM, em Madalena, Ceará (MARTINS, 2009).

A apropriação de um rito claramente religioso, a romaria, que se transforma em uma marcha animada por cânticos constantes, geralmente em exaltação à terra, à luta e à história do Movimento, mostra não apenas a influência, mas sobretudo a reelaboração dos significados dessas práticas. Disso resulta uma modificação na própria compreensão do que seja luta política e a ampliação das formas de ação utilizadas:

[...] o MST foi construindo o entendimento de que não existe uma forma de luta que seja mais ou menos radical, melhor ou pior, em si mesma. É a conjuntura específica e a análise da correlação de forças onde será inserida que a tornará mais ou menos eficaz; mais ou menos radical; por isso o Movimento às vezes surpreende a sociedade, quando retoma formas antigas e as recria tornando-as perfeitamente justas para o momento histórico atual. É o caso das marchas; para muitos, essa forma de lutar através de caminhadas era própria do início da luta pela terra, quando a influência da ideia religiosa de romaria era muito forte. No entanto, em 1997, 1998 e 1999, quando o MST voltou a fazer marchas, mostrou que, em determinados momentos, essa forma pode até ser mais radical (no sentido de um enfrentamento político mais forte e direto com os opositores) do que a ocupação, desde que

<sup>49</sup> Ver, por exemplo, “MST prepara o V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras”. Notícia disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/28/destaque>>. Acesso: abr. 2011.

se tenha a sensibilidade e a plasticidade necessárias à sua nova contextualização e resignificação política e simbólica.” (CALDART, 2004, p. 206)

Ainda no campo das matrizes camponesa e religiosa, devemos registrar a presença de algo bastante importante no cotidiano do movimento: a mística. Junção de resgate de memórias, afirmação de valores e projeção de futuro, a mística comporta racionalidade, materialidade e subjetividade. Complexa, não é definida de forma exata, conforme assumem militantes e mesmo estudiosos dessa prática.

Sampaio (2002, s/p<sup>50</sup>) busca descrevê-la a partir do que agrega: “A mescla desses três elementos – o milenarismo camponês; a fé cristã na vida eterna; e a esperança socialista de construir aqui na terra uma sociedade igualitária e democrática – deu como resultado a mística do MST.”. Ainda segundo o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ela carrega consigo valores como solidariedade, indignação e compromisso. Ademais, “Toda mística expressa-se numa liturgia, ou seja, numa linguagem de símbolos que une a palavra ao gesto. Cada liturgia é uma estética que traduz a visão transfigurada do mundo, 'resgate de um drama que conhecerá um fim bom'.” (SAMPAIO, 2002, s/p).

A mística não se esgota na relação com o passado; parte dele para dali retirar a força que anima a caminhada do presente e do futuro. Para uma das principais referências do MST no debate sobre a cultura, Ademar Bogo (2008, p. 219), a mística “É uma relação entre o abstrato e o concreto. O abstrato é um pensamento transformado em desejo de ver o concreto realizado. Antecipa aquilo que deverá ser ao mesmo tempo em que está sendo.”. Conforme assevera Bogo, no teatro e nos adereços que enfeitam os lugares das festas, a mística ganha materialidade.

Já Caldart (2004, p. 213) insere a mística também no âmbito das lutas simbólicas, pois “[...] enquanto materialidade, a mística nada mais é do que a expressão do processo de simbolização ou de nomeação da identidade Sem Terra, revelando ou tornando pública a auto-imagem que historicamente o Movimento vem construindo.”. Assim como a plasticidade constrói as condições para visibilizar ações e expõe a adaptação à gramática das mídias, pois propicia que o ato gere boas imagens e chame a atenção do público, a mística, como materialidade, integra o esforço de se estabelecer uma imagem produzida a partir do Movimento, em contraposição àquela forjada pelo Estado e pelos meios de comunicação. Essa dimensão plástica, simbólica, está relacionada também às lutas por visibilidade e representação, questões abordadas ao longo da história do Movimento, mas que ganharam dimensão estratégica na atual sociedade, na qual a força das imagens é notória.

Além disso, a atenção dada à cultura dialoga com a percepção de que a sociedade passou a

---

<sup>50</sup> Informações obtidas através do texto “A mística”, de Plínio Arruda Sampaio (2002). Disponível em: <<http://landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=MSTICAOF657&ng=p&sc=3&th=42&se=0>>. Acesso: mai. 2011.

olhar o MST a partir dos símbolos que construiu, dos gestos que expressa a cada marcha ou ocupação, especialmente a partir de meados dos anos 90.

Quando a sociedade começa a prestar mais atenção ao MST é, então, como uma referência com fortes elementos culturais que ele especificamente lhe aparece. Isso acontece pela confluência de dois fatores combinados. O primeiro deles é que neste momento o MST já tem mais consolidada sua identidade social e política, conseguindo mostrar um jeito próprio de ser como Movimento. Mesmo assim, é preciso considerar que a tradução dessa identidade em formas mais especificamente culturais se acelera pela própria pressão dessa condição objetiva de tornar-se mais *público*, e de ter de mostrar sua diferença nesta sociedade dominada pela chamada indústria cultural. O segundo fator é devido a um contexto mais amplo. A sociedade olha para o MST tentando enxergar o que falta a ela mesma, em um tempo caracterizado pela desumanização, pela degradação moral e por uma sensação de caos social. A miséria social tem se desdobrado em uma miserabilidade espiritual ou ética, igualmente desumanizadora e carente de forças sociais que a contraponham, sendo capazes de reacender esperanças nas pessoas. (CALDART, 2004, p. 47-48)

Em meio a essas questões, cultura e comunicação tornaram-se objeto de reflexão por parte do MST, que, além disso, intensificou sua produção artística, como as peças de teatro, e comunicacional, com o desenvolvimento da revista, do site, etc.

### **2.2.1. Os anos 90 e a ampliação do diálogo sobre a problemática agrária**

Já nos anos 90, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra empreendeu uma série de ações políticas que buscaram envolver o conjunto da sociedade com a problemática agrária, uma tentativa de fazer com que ela fosse entendida não como uma questão particular e isolada, mas como algo que diz respeito aos habitantes das zonas rurais e urbanas. Antes disso, segundo José Eli da Veiga (1992. *In*: STÉDILE (Org.), p. 301), apenas em dois momentos a Reforma Agrária havia entrado efetivamente na pauta política: primeiro, durante o Governo Jango, em meio às discussões sobre as Reformas de Base; depois, no início do governo de José Sarney, em 1985.

No ano de 1985, enquanto o Movimento lutava fundamentalmente através das ocupações, parte da burguesia agrária fundou a União Democrática Ruralista (UDR). Em 1986, diante do aumento da violência no campo e da negação do governo Sarney em realizar a reforma agrária, deixando o debate para a Constituinte, o MST privilegiou a discussão sobre sua organização; decidiu disputar sindicatos, participar da política partidária, estabelecer laços com a sociedade e educar os trabalhadores (MORISSAWA, 2001).

Então, ciente dos desafios e da força dos antagonistas, a organização dedicou-se à formação dos militantes e de suas lideranças. Em documentos da época, lemos: “Todos os companheiros precisam estudar, se capacitar. A formação em nosso movimento é tão importante quanto a luta.” (MST, Caderno de Formação N° 12, 1987, p. 09). Para tanto, propôs-se que fosse dada atenção aos

trabalhos desenvolvidos em âmbito local, à formação com o auxílio de monitores e à utilização “[...] do jornal dos Sem Terra e de outros materiais de estudo.” (MST, Caderno de Formação N° 12, 1987, p. 10).

No mesmo período, foram escolhidos hino e bandeira<sup>51</sup> do MST, sendo esta o “[...] símbolo do caráter nacional da luta pela Reforma Agrária.” (MST, Caderno do Educando Pra Solettrar a Liberdade N° 1, s/d, p. 22). Posteriormente, o Movimento vivenciou a derrota da proposta popular para a Reforma Agrária durante a Constituinte, o que causou profunda reflexão em meio aos Sem Terra, que haviam jogado forças na defesa de uma Reforma Agrária de caráter popular. Com isso, ficou clara a necessidade de ampliação do diálogo e do estabelecimento de relação com outros setores da sociedade civil para obter vitórias significativas.

Somada à movimentação empreendida e à capacidade criativa de reinvenção dos modos de ação do MST, também o contexto de efervescência política contribuiu para o fortalecimento das mobilizações populares de modo geral. Diversos autores, dentre eles Oliveira (2006), Dagnino (2004) e Gohn (2000), apontam que a década de 80 foi um período de transformações e invenções importantes, forjadas no âmbito dos movimentos sociais que lutaram, desde décadas anteriores, em defesa do restabelecimento da democracia e da ampliação dos direitos e da cidadania.

Toda essa movimentação deixou marcas na vida política e cultural do país, mais além do âmbito institucional, já que “[...] as lutas sociais que marcaram esses anos criaram um espaço público informal, descontínuo e plural por onde circularam reivindicações diversas.” (TELLES; PAOLI, 2000, p. 105), expressas na reivindicação maior do direito a ter direitos. As autoras avaliaram que “[...] se tudo isso pôde acontecer é porque no campo dos conflitos que agitaram toda essa década, foi construída uma trama representativa por onde a reivindicação por direitos pôde circular, criando identidades onde antes parecia só existirem homens e mulheres indiferenciados na sua própria privação.” (TELLES; PAOLI, 2000, p. 105).

À época, foram pautadas discussões que sequer eram tematizadas nos espaços públicos, como a questão de gênero, racial e ambiental, todas trazidas à tona por movimentos diversos. Mas não só as questões consideradas “novas” foram problematizadas. Outras abordagens sobre problemas antigos foram colocadas em discussão, como feito, por exemplo, pelo MST, ao ampliar a

---

<sup>51</sup> O Caderno explicita o significado dos elementos que compõem a bandeira do Movimento Sem Terra: “**Cor Vermelha:** Representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. **Cor Branca:** Representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos. **Cor Verde:** Representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos. **Cor Preta:** Representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade. **Mapa do Brasil:** Representa que o MST está organizado a nível nacional e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo país. **Trabalhador/Trabalhadora:** Representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras. **Facão:** Representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.” (MST, Caderno do Educando Pra Solettrar a Liberdade N° 1, s/d, p. 23. Grifos Originais).

agenda de reivindicações dos trabalhadores rurais, historicamente limitadas às lutas por reforma agrária, e acrescentar reivindicações como acesso ao crédito, apoio técnico aos assentamentos e a organização das cooperativas.

Houve, por tudo isso, uma ampliação do campo do político, pois a presença dos movimentos sociais na esfera pública “[...] teve o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os fixavam em lugares subalternizados por entre uma trama densa de discriminações e exclusões, ao impor critérios igualitários de reconhecimento e princípios democráticos de legitimidade.” (TELLES; PAOLI, 2000, p. 107). Essa importante conquista, todavia, foi alvo de disputas constantes, acirradas na década de 90, quando o modelo neoliberal passou a ser implementado no país, em meio não só à mundialização da economia, mas também à informatização tecnológica, ao aumento do desemprego, ao crescimento da economia informal e à diminuição do emprego industrial. (GOHN, 2000, p. 07).

Assim, as dificuldades enfrentadas para se garantir a própria sobrevivência foram acentuadas. A resolução desses problemas, contudo, não se deu de forma consensual. Ela foi proposta de acordo com cada projeto político – termo que, de acordo com Dagnino (2004, p. 98), designa “[...] os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.”.

Tal disputa de projetos resultou na “confluência perversa” que a autora aponta, pois, para ela “A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.*” (DAGNINO, 2004, p. 95-96, grifo original). Por exemplo, o Estado incentivou a criação de Organizações Não Governamentais que agiram não com vistas à transformação social, como propunha parte da sociedade civil organizada, mas para resolver os problemas por meio de ações pontuais, substituindo o próprio Estado. A execução de políticas assistencialistas, segundo Maria da Glória Gohn (2000, p. 08), acabou também descaracterizando as associações de bairros, que passaram a agir mais como agências de filantropia que como organizações reivindicatórias.

Por outro lado, muitos movimentos sociais continuaram a luta pela garantia dos direitos conquistados e pela ampliação dos espaços de participação e decisão na esfera estatal. Conquistaram, por exemplo, a criação de Orçamentos Participativos, de conselhos e demais fóruns similares, especialmente nas cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Outras experiências de resistência ocorreram, como as campanhas contra a fome. Os conflitos, portanto, não deixaram de ser tematizados, todavia, para que isso fosse feito, os movimentos tiveram que agir de forma estratégica e até mesmo que disputar os sentidos dos termos democracia, participação, cidadania e sociedade civil, em um enfrentamento que não se resumiu às institucionalidades, mas

que influenciou sobre a cultura política dos países latino-americanos (DAGNINO, 2004).

O MST, por sua vez, não esteve alheio a todo esse processo de formulação, afirmação e disputa de projetos políticos. Em 1990, realizou seu 2º Congresso Nacional, no qual reafirmou a palavra de ordem “Ocupar, Resistir, Produzir”. Então, apontou como prioridade o aumento do número de cooperativas nos assentamentos conquistados, de infraestrutura e de escolas para os assentamentos (MST, 2001). Nesse período, o movimento popular rural cresceu e ganhou visibilidade. O Movimento Sem Terra:

[...] espalha-se por todo o Brasil, realiza centenas de ocupações de terra, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo (ou reconhecidos por ele após a área á estar ocupada), cria cooperativas de produção e comercialização, funda escolas de formação para lideranças, elabora cartilhas para escolas de primeiro grau – em que discute o tipo de educação que deve ser dado aos filhos dos assentados e o perfil que devem ter os profissionais que trabalham com as crianças etc. Uma sólida organização dirige o movimento em âmbito nacional e impõe as diretrizes gerais, diretrizes essas que muitas vezes encontram dificuldades para se operacionalizar dadas as diferenças culturais entre as populações rurais de norte a sul do país. E o movimento muda também suas principais diretrizes programáticas e altera sua filosofia política. Na origem, o MST esteve associado à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Nos anos 80 passou a contar com dirigentes ligados à CUT e ao PT, e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista. (GOHN, 2007, p. 304-305)

As mudanças experimentadas levaram à complexificação da estrutura do Movimento; à necessidade da consolidação de uma identidade coletiva dos militantes e de um programa político comum, o que foi buscado através dos setoriais, especialmente o de formação<sup>52</sup>. Nesse processo de formação ideológica, foram utilizados meios de comunicação para mobilizar e educar militantes, por isso falava-se da importância de cada Núcleo de Base possuir jornais, revistas e cartilhas para a prática da leitura e do estudo (MST, 2001, p.93).

Entre 94 e 97, a atuação e a capacidade de formulação do MST foram ampliadas. As elaborações de projetos sobre a Reforma Agrária e a obtenção de reconhecimento internacional no âmbito da educação exemplificam a nova posição assumida por ele no cenário político. Então, a sociedade brasileira creditava o aumento da violência urbana ao êxodo rural, por isso passou a apoiar a luta por terra, a fim de que ela permitisse a fixação do homem no campo e a diminuição do desemprego nas grandes cidades. Assim, a Reforma Agrária “[...] foi deixando de ser um tabu no Brasil, passando-se a construir uma nova representação sobre essa realidade. A ‘causa’ dos sem-

<sup>52</sup>

Historicamente, o MST foi dividido nos seguintes setoriais: Frente de massas (desenvolvimento do processo de expansão do MST – integração de novos membros a partir da conscientização); Formação (sociopolítica); Educação (surge a partir da clareza de que a baixa escolaridade era um entrave à formação de lideranças e à gestão dos assentamentos, por isso desde o início houve preocupação com a educação); Produção (prática de cooperação agrícola). Mais tarde, com o desenvolvimento da luta, outros setores foram surgindo, como Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais, Gênero e Direitos Humanos, o que mostra uma crescente organização do movimento e a inclusão de outras bandeiras de luta (Fonte: *Construindo o Caminho*, MST, 2001).

terra passou a ser considerada justa nas pesquisas e enquetes de opinião pública, embora a grande maioria rejeite as ‘invasões de terras’ como forma de pressão.” (GOHN, 2007, p. 305).

Era, pois, o cenário oportuno para se conquistar adeptos à causa dos Sem Terra. Para tanto, precisou-se enfrentar a criminalização empreendida pelo Governo Federal. Tornou-se premente, então, a disputa do imaginário social, o que veio a se dar em muitos palcos, dentre eles a mídia. Parte dessa luta, em 1995, o 3º Congresso Nacional do MST estabeleceu como lema “Reforma agrária: uma luta de todos”, uma clara menção à necessidade de dialogar com o público urbano para fortalecer as reivindicações e enfrentar o momento de descenso das lutas sociais<sup>53</sup>.

Os acontecimentos posteriores foram determinantes para o aprofundamento da discussão sobre a reforma agrária e o MST no seio da sociedade. Massacres ocorridos em Corumbiara (RO), ainda em 95, e em Eldorado dos Carajás (PA), em 96, comoveram a opinião pública, levando até mesmo o papa João Paulo II a manifestar-se em apoio à luta dos Sem Terra. Na mídia, o Movimento passou a ter grande repercussão. Após o massacre de Eldorado dos Carajás, por exemplo, segundo noticiou o Portal Uol, ao relembrar os 15 anos do episódio, “O movimento conquistou novos militantes, admiradores, parceiros e, em pouco tempo, se consolidou como a maior expressão da esquerda suprapartidária no Brasil, a ponto de uma sem-terra protagonizar a novela das oito da Rede Globo ‘Rei do Gado’ alguns meses após o massacre.”<sup>54</sup>.

Essa telenovela, gênero dos mais importantes para a conformação de visões sociais, dada sua ampla repercussão no Brasil e no mundo, foi a primeira a tratar diretamente dos sem-terra, alcançando grande sucesso de audiência. Tendo estreado apenas dois meses após o conflito no Pará, tematizou a questão agrária, adotando um discurso conciliatório entre latifundiários e agricultores:

O consenso no qual a Rede Globo está apostando (e tenta construir também por meio da novela) é que a ação dos sem terra deve ficar restrita ao campo institucional e o direito de propriedade é intocável. Por meio da novela *Rei do Gado*, a rede televisiva ressalta a importância da reforma agrária dentro do aspecto social e da boa vontade das classes detentoras da terra. Esta classe (dos latifundiários) é apresentada de forma sensível (os dois principais personagens masculinos são fazendeiros, latifundiários, mas que produzem, são "reis" em suas áreas de atuação). Descaracterizado o caráter classista que o MST propõe à luta pela terra, a ficção transforma o governo no maior interessado na realização da reforma agrária, transforma a maioria dos latifundiários em pessoas boas, com interesse público e desejosos de ajudar a resolver o problema social, colocando suas terras a disposição da Reforma Agrária. (SOTTILI, 1996, *apud* ALMEIDA, 1998, s/p<sup>55</sup>).

<sup>53</sup> Ver, sobre o III Congresso, as informações disponíveis em: <<http://www.mst.org.br/node/841>>. Acesso: jun. 2011.

<sup>54</sup> “Analistas políticos comentam massacre de Eldorado dos Carajás e divergem sobre MST”. Portal UOL, 17/04/2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2011/04/17/analistas-politicos-comentam-massacre-de-eldorado-dos-carajas-e-divergem-sobre-mst.jhtm>> Acesso: abr. 2011.

<sup>55</sup> ALMEIDA, Jorge. “Reforma Agrária no Ar: o povo na TV, de objeto a sujeito”. 1998. Disponível em: <<http://jorgealm.sites.uol.com.br/mst.html>>. Acesso: jun. 2010.

No geral, a telenovela acabou desempenhando um papel positivo para a constituição do imaginário sobre o MST, que passou a ser considerado mais digno de crédito do que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme constatou Jorge Almeida (1998), ao analisar diversas pesquisas de opinião:

Outra pesquisa, realizada em dezembro de 1997 mostra outros dados muito interessantes, pois nos permite comparar a credibilidade dos três principais atores deste nosso trabalho: o MST, o governo federal e os mídia. Nesta pesquisa, foram colocadas duas opções de confiança: "confia totalmente" e "confia só até certo ponto". No primeiro caso, o MST tem 18%, o governo federal 15% e os mídia ("TV, rádio e imprensa") 13%. No segundo caso, MST tem 45%, o governo 40% e os mídia 62%. Para termos uma referência de avaliação, na somatória das duas opções, os primeiros colocados são Família, 96%; Professores, 89%; Igreja e padres católicos, 80%. Ainda nesta pesquisa há outra questão importante: perguntados sobre como está a distribuição de terras no atual governo, 32% declarou que piorou, 20% que está melhor, e 34% que está igual. Destes últimos, 9% acham que isto significa estar ruim, 5% estar bom e 20% estar regular. Do total, 14% não souberam responder ou não responderam. Assim, sete meses depois da marcha, a confiança no governo está menor que no MST e a avaliação da atuação governamental na reforma agrária também é negativa. (ALMEIDA, 1998, s/p).

Os acontecimentos daquele período proporcionaram o aumento da confiança da população em relação ao Movimento, que chegou a níveis impressionantes: “Ainda em 1996 (maio), temos uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Vox Populi na qual o MST aparece entre as instituições de maior credibilidade do país com 59%, ficando atrás da Imprensa (72%), Igreja Católica (72%), FFAA (66%) e Universidade Pública (62%).”, embora os números também tenham registrado altos índices de pessoas que consideravam o Movimento violento ou que não concordavam com o método das “invasões” (ALMEIDA, 1998, s/p).

Mesmo João Pedro Stédile aponta a importância de *O Rei do Gado* para dar visibilidade ao problema agrário e ao MST. Ele afirma ter existido, inclusive, diálogos entre o Movimento e o autor da telenovela, o que possibilitou uma aproximação com a linha política defendida por aquele.

Politicamente, para nós, a novela foi muito importante. Ela contribuiu para a reforma agrária de uma maneira positiva. Porque, pela primeira vez, colocou a questão em horário nobre para milhões de brasileiros; na sua maioria, a faixa da população mais alienada dos temas sociais, que vê novela como divertimento. Nem o MST nem a Igreja Católica chegariam a esta faixa com o tema da reforma agrária se não fosse por intermédio da novela. Em segundo lugar, nós gostamos porque, embora feita de maneira romancada, a novela conseguiu colocar os temas pertinentes à reforma agrária. A opinião pública viu o que era um acampamento e teve que conviver com a idéia de que tem gente que mora em barraco com suas crianças e que está lutando por alguma coisa. De maneira criativa, o autor conseguiu colocar aspectos da vida do movimento: o acampamento, a escolinha, o papel da professora. Essa, aliás, foi uma reivindicação nossa para o Benedito, à medida em que, para nós, a educação é tão importante quanto a terra. Ele assimilou essa proposta e a professora entrou do meio da novela em diante, projetando uma imagem muito simpática e bonita de como tratamos a educação nos acampamentos. Isto foi superimportante. Nós queremos valorizar a educação na nossa base, que às vezes prefere ver os filhos trabalhando, e a novela ajudou a mostrar que tem que colocar os filhos na escola. O autor incluiu também permanentemente temas que faziam parte da conjuntura política e a discussão das leis que estavam em debate no Congresso, como o ITR (Imposto Territorial Rural). De certa forma,

ele criticou bastante o desprezo que o Congresso conservador tinha pelo tema, o que é um sentimento que existe também na nossa base. No entanto, percebíamos que alguns desses temas conjunturais eram tratados de forma politicamente correta e outros de acordo com a vontade política do governo. (STÉDILE, 1997, s/p)<sup>56</sup>.

O exemplo é importante para evidenciar as fraturas internas do sistema hegemônico e a força que tem a comunicação para influenciar a opinião pública, a percepção do mundo e a formação de ideologias, de valores e de representações sociais acerca dos diversos grupos da sociedade, dentre os quais não escapa, como está evidente, o MST.

### 2.3. Estratégias comunicativas

Essa intensa disputa de imaginários deu-se no contexto do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que gerou a ampliação do acesso ao telefone fixo e portátil, aos computadores e, mais tarde, à internet. Equipamentos já presentes nos lares brasileiros, como televisão e rádio, tornaram-se ainda mais disseminados. A presença da mídia na sociedade foi acentuada e, em decorrência disso, também a influência dos conglomerados midiáticos – o que pode ser percebido em aspectos políticos, mas também no que tange às sociabilidades, pois modos de comportamento e de consumo passaram a ser difundidos largamente. Por outro lado, as TICs também foram utilizadas pelos movimentos para divulgar demandas, um processo de apropriação tecnológica que consideramos continuar em curso.

Apesar dessa ambivalência, Sérgio Costa (2002, p. 73), afirma ter sido constituída uma “[...] arena alternativa de constituição da opinião pública.”, fato que resultou em modificações nas formas de engajamento e atuação social. Essa dinâmica foi discutida por Gohn, detalhadamente, ao analisar a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, realizada em 1997<sup>57</sup>, ação exemplar pelo grau de mobilização do Movimento e por ter sido amplamente divulgada e acompanhada pelos meios de comunicação. Para termos ideia, apenas durante o mês de abril, o MST teve 163 manchetes noticiadas por um único jornal, a Folha de São Paulo. Diversos momentos dessa marcha também foram transmitidos, ao vivo, por redes de TV e rádio (GOHN, 2000, p. 138).

Os meios de comunicação hegemônicos também atuaram na contraofensiva ao Movimento. A revista *Veja* publicou matéria de capa intitulada “A Marcha dos Radicais”, na qual lemos:

Na era do avião a jato, eles andam a pé. Quando a economia se globaliza, seu ideal é um

<sup>56</sup> AZEVEDO, Ricardo e SOTILLI, Rogério. “*Maledetto* Latifúndio”. Entrevista com João Pedro Stédile, Eugênio Bucci e Eduardo Suplicy. Disponível em: Revista Teoria & Debate, São Paulo, n° 34, 1997.

<sup>57</sup> A marcha chegou a reunir cem mil pessoas para celebrar pela primeira vez, no dia 17 de abril de 1997 - exatamente um ano após o massacre de Eldorado - o Dia Internacional da Luta Camponesa. Ela é considerada uma das ações mais marcantes da história do MST.

pedaço de chão com cerca, uma vaca no pasto e uma roça atrás de casa. O mundo caminha no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar a terra, enxada na mão. A moçadinha vai de rock, e o hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, canta uma pátria “operária e camponesa”. Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Já morreram e mataram nesses conflitos. Parecem um pouco os fanáticos do beato Antonio Conselheiro. (VEJA, “A Marcha dos Radicais”, abril de 1996)<sup>58</sup>.

Mas não só a mídia pautou a marcha. De acordo com a autora, a preparação desse ato pelo MST também considerou a cobertura que seria feita: “A participação dos cidadãos na Marcha e os atos de protesto foram cuidadosamente planejados, desde a forma como deveriam caminhar pelas rodovias, em colunas, os comportamentos tolerados e os não tolerados, até a roupa que usavam e o que carregavam.” (GOHN, 2000, p. 139). A autora avalia, com isso: “A política como espetáculo também teve sua estratégia no MST, num mundo globalizado pela mídia segundo notícias rápidas, espetaculares, de pouco conteúdo informativo e muitos efeitos visuais.” (GOHN, 2000, p. 139-140). Enorme importância foi dada ao uso de bonés, camisetas, bandeiras, enfim. Segundo Gohn (2000, p. 140), “Esta imagem criaria também uma identidade, plena de significados. Bastaria usar o boné do MST para ser um sem-terra.”. Propositadamente, a promoção dessa dimensão simbólica extrapolou os limites das ruas pelas quais passavam os manifestantes. No dia da chegada da marcha a Brasília, em todos os Estados do Brasil e em centenas de países foi inaugurada a exposição “Terra”, com fotos de Sebastião Salgado, música de Chico Buarque e apresentação de José Saramago.

O impacto dos processos experimentados naquele período foi registrado em uma das publicações do Movimento: “As exposições das fotos de Sebastião Salgado abriram portas até então inacessíveis ao MST. Ao lado das fotos, nossa Bandeira estava em galerias de artes, centros culturais, assembleias legislativas, shopping centers e universidades. No exterior repetiu-se o sucesso.” (MST, Caderno de Formação N° 25, 1998, p. 05). No texto, registra-se o aumento do número de convites para o MST visitar outros países, favorecendo o intercâmbio e a formação dos militantes. Afirma-se, ainda, que naquele momento o Movimento consolidou-se no cenário social e político do país. Além da marcha, 1997 também foi um ano marcado por outras ações, como a mobilização em defesa do líder José Rainha; o segundo encontro da Coordenação Latinoamericana das Organizações do Campo e da Conferência Nacional<sup>59</sup> que discutiu um novo projeto para o país.

<sup>58</sup> Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/arquivo/160497.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/160497.html)>. Acesso: out. 2011.

<sup>59</sup> Essa Conferência Nacional deu origem à Consulta Popular. De acordo com o membro da Coordenação Nacional do Movimento Consulta Popular, Ricardo Gebrim, “Foi numa plenária convocada pelos movimentos sociais, em especial pelo MST, que reuniu pouco mais de trezentos militantes de várias regiões do Brasil. As idéias centrais que empolgaram o debate foram, por um lado, a necessidade de se resgatar um Projeto Popular para o Brasil e, por outro, a compreensão de que um ciclo político da esquerda brasileira já dava sinais de esgotamento e exigia todo um esforço de refundação, tanto no plano teórico e ético quanto no plano da ação e proposta organizativa.”. Disponível em:

Uma leitura atenta da cartilha nos possibilita perceber a dimensão do impacto que as ações comunicativas tiveram no interior do Movimento. Ele, então, defendeu a realização de diversas formas de “Propaganda, com valores éticos e humanitários”. Vejamos:

**a) Manter ações “simpáticas” para a sociedade**, sem deixar de lado às ocupações. No caso de ações mais radicais devemos pensar em explicações e justificativas que convençam a sociedade (...) **b) Desenvolver formas de propaganda principalmente** com os artistas que querem nos ajudar. Poderíamos nos somar na campanha contra a fome na cidade e promover shows da reforma agrária coletando alimentos, e nós poderíamos distribuir mostrando já nossa produção nos assentamentos. (...) **c) Organizar a doação de sangue nos hospitais** quando ocorrem passeatas e manifestação. (...) **d) Utilizar diversas formas de atender simbolicamente a sociedade**, através de gestos concretos, de solidariedade, como por exemplo: distribuir alimentos produzidos nos assentamentos em bairros de periferia; distribuir ervas medicinais; distribuir pequenas quantidades de sementes em envelopes (...). **e) Participar de grandes eventos** e festas estaduais, regionais, nacionais que basicamente são religiosas como as comemorações religiosas (...) **f) Formar uma equipe a nível nacional** com personalidades, artistas, empresários e selecionar alguns produtos consumidos pela massa como, doces, cervejas, copos, fósforo, etc, e discutir com seus produtores para colocar slogans nos produtos: “apoie a reforma agrária”, etc. **g) Incentivar os assentados** a colocar anúncios nas rádios sobre alguns produtos que vendemos em feiras ou mercados para que a produção procure. Mas o objetivo é divulgar que os produtos são das áreas de reforma agrária. **h) Aproveitar formas simples de fazer propaganda** nas cidades ou com carros de som ou através de pinturas em muros nas cidades (...). **i) Uso de rádios:** intensificar a busca de condições para a aquisição de rádios comunitárias. (...) A nível nacional ou em grandes regiões não devemos perder de vista a aquisição de rádios comerciais. (MST, 1998, p. 39-40. Grifos Originais).

Não há, pois, como negar o relevo dado às ações propagandísticas. Algumas das propostas citadas, inclusive, parecem estranhas ao Movimento, como o estabelecimento de relações com empresas para fins de propaganda, o que nos leva a deduzir que a ideia da comunicação como integrante da disputa contra-hegemônica, de projeto político, ainda não estava tão clara naquele momento. Isso porque, se compreendermos os meios de comunicação como aparelhos privados de hegemonia, concluiremos ser pouco provável que uma indústria de cerveja ou de outros produtos inseridos em uma lógica do consumo para as massas, como cita o próprio texto, venham a abrir espaço para divulgar o MST. No mínimo, consideraremos essa parceria uma proposta contraditória.

Apesar disso, é fato que indo ao encontro das deliberações aprovadas no III Congresso e das estratégias encampadas em 1997, ocorreu a ampliação das discussões sobre comunicação e a materialização delas, através da criação da *Revista Sem Terra* e do fortalecimento do portal na internet. Como nos foi relatado por Miguel Stédile:

[...] partindo daquela estratégia de ampliar a simpatia e a adesão do público urbano, há um público todo a ser conquistado. Então, uma série de veículos começa a ser desenvolvido a partir disso; nossas primeiras experiências com páginas na internet, que, assim como todas

as experiências no início, tinham atualizações a cada 30, 60 dias. (...) O símbolo maior é a Revista Sem Terra, que materializa essa decisão, até porque naquela época a gente não tinha compreensão do potencial que a internet poderia assumir. Então, a Revista Sem Terra nasce voltada, especificamente, para o público externo e com esses dois objetivos: divulgar a Reforma Agrária e trazer a opinião do MST sobre outros temas. (...) Então, a revista, editorialmente, materializa essa estratégia. (STÉDILE, M. Julho de 2010).

Com a fundação da revista, delineou-se a divisão de públicos e de táticas: enquanto o *Jornal Sem Terra* assumiu, cada vez mais, o caráter de mídia de organização interna, a *Revista Sem Terra*, com tiragem de 10.000 exemplares e periodicidade bimensal, conformou-se como um espaço de informação sobre a conjuntura política e a questão agrária para apoiadores do Movimento e formadores de opinião. O site, por sua vez, tornou-se o espaço para o registro e a difusão da memória do MST. Através dele, foi estabelecida uma relação mais constante com a sociedade em geral. Ele é o espaço para a difusão de informações sobre as ações desenvolvidas nos estados, mas vai além da dessa cobertura ao abordar questões mais amplas, divulgar pesquisas, entrevistas, etc. Por seu intermédio, é distribuído, quinzenalmente, o informativo “Letra Viva”, um texto que trata das questões conjunturais a partir do olhar oficial do MST, funcionando como seu editorial.

Como vemos, deu-se, então, uma preparação mais intensa para a disputa simbólica. Considerou-se, para tanto, o impacto que a mídia passou a ter na sociedade e sua face estratégica para as lutas sociais. Além das ações midiáticas, outras formas de disputa ideológica foram levadas a cabo, como a criação, em 1999, da Editora Expressão Popular, em parceria com outros militantes e organizações, dentre elas a Consulta Popular. Através da Expressão, títulos que colaboram para com a formação política da militância passaram a ser editados e vendidos a baixo custo, propiciando a difusão das ideias dos clássicos do pensamento social da esquerda brasileira e internacional, que são distribuídos ou vendidos em cursos, encontros e demais eventos do Movimento<sup>60</sup>.

Por outro lado, simultaneamente e também através da propaganda, intensa criminalização dos movimentos sociais foi promovida pelo governo de Fernando Henrique (PSDB). Este, segundo Bernardo Mançano Fernandes e outros pesquisadores, divulgava dados de cadastro de famílias não assentadas como se já possuíssem a terra, promovendo uma campanha para diminuir a importância das ações dos movimentos e valorizava as do governo. Essa ação foi combinada com a estratégia da judicialização da luta, cujo “[...] processo político começou com a criação da Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, que criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por 4 anos, quando houver reincidência” (FERNANDES, B. M. *et al*, 1998, p. 18)<sup>61</sup>.

<sup>60</sup> Mais informações sobre a Editora Expressão Popular em: <<http://www.expressaopopular.com.br>>. Acesso: dez. 2011.

<sup>61</sup> FERNANDES, B. M. *et al*. “Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP”. São Paulo, 1998. Disponível em:

Gohn (2000, p. 13) resume o cenário da seguinte forma: “[...] na virada para um novo milênio, os problemas nas áreas da comunicação e da cultura ganharam centralidade e invadiram o campo das lutas, movimentos e organizações sociais.”. Atento a essa dinâmica, o MST buscou se organizar de uma melhor forma com vistas a dar respostas às novas demandas, motivo pelo qual foi criado o Setor de Comunicação do Movimento, do qual trataremos no próximo tópico.

### **2.3.1. Respostas organizativas: o Setor de Comunicação do MST**<sup>62</sup>

Para além de ações práticas, a nova localização política e o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também o fez ampliar a discussão sobre questões enfrentadas nos assentamentos e acampamentos, como educação e saúde. Nesse processo, deu-se também a constituição do Setor de Comunicação do MST, cujo papel formulador e organizador discutiremos, ao longo destas páginas, a partir dos documentos que foram produzidos por esse setor ou sobre o tema da comunicação. Registramos mais uma vez que a opção pela análise documental traz consigo limites bastante claros, pois sabemos que o fazer cotidiano enreda reflexões e ensinamentos diversos, cuja repercussão não nos é possível definir através dos textos. Temos em vista, ainda, que a escrita é a construção particular de uma narrativa, portanto não necessariamente corresponde ao “real”, muito mais multifacetado e plural do que podemos apreender da visão singular que advém dos documentos. Ademais, é provável que muitas discussões não tenham sido registradas textualmente ou que não tenhamos tido acesso à íntegra das formulações produzidas pelo setor, já que não há um catálogo ou um acervo que conserve tudo o que foi e tem sido produzido.

Muito embora tais limites sejam ponderados, julgamos a análise documental pertinente, pois os textos expressam a leitura de um coletivo que busca, inclusive através desses materiais, incidir sobre a compreensão do conjunto do MST. Ao mesmo tempo, possibilitam algo que a pesquisa sobre os produtos comunicativos já feitos não nos permitiria apreender: a percepção de como tem se dado a construção do convencimento interno sobre a importância também das lutas simbólicas, por visibilidade e representação. O estudo dos documentos revela, além disso, a amplitude dos temas debatidos; a constituição do referencial ético-político que norteia o exercício da comunicação e o alargamento daquilo que se entende como objeto ou mesmo como espaço da política.

Conforme já apresentamos ao longo deste trabalho, antes da organização de um setor específico, outros setores produziam reflexões e proposições pontuais sobre comunicação. Por

---

<[http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Insercao\\_sociopolitica\\_criminalizacao.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Insercao_sociopolitica_criminalizacao.pdf)>. Acesso: mai. 2011.

<sup>62</sup> Um primeiro estudo dos documentos produzidos pelo Setor de Comunicação do MST analisados neste tópico foi publicado no artigo “*Das ideias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas*”, apresentado no XX Encontro Anual da Compós, realizado em junho de 2011, em Porto Alegre (RS).

exemplo, foi o Setor de Educação que, em 1993, lançou a cartilha “Como Trabalhar a Comunicação nos Assentamentos e Acampamentos.” (MST, Boletim da Educação N° 3, 1993), fruto de uma oficina de capacitação realizada em parceria com a Universidade Estadual de São Paulo, a partir da qual o movimento buscou aprofundar discussões sobre comunicação. Logo na apresentação do texto, justifica-se a necessidade de divulgar lutas e ideias do MST, inclusive nos assentamentos e acampamentos. Sugere-se, para isso, a produção de dois “instrumentos”: o Jornal Mural e o Jornal do Assentamento/Acampamento. De acordo com esse manual, “Criatividade, ousadia e disposição são os ingredientes necessários para fazer funcionar o Jornal Mural e o Jornal de nosso Assentamento/Acampamento.” (MST, Boletim da Educação N° 3, 1993, p. 02).

Nas outras seis páginas da cartilha, encontramos textos curtos e diversas ilustrações que ensinam, passo a passo, como podem ser produzidos os materiais de comunicação propostos, quais os utensílios necessários, etc. Além dessas indicações, frases apontam que a produção e a divulgação das informações devem ser feitas não do jeito “burguês”, mas de forma coletiva, de acordo com a linguagem da comunidade e através de formatos diferenciados. Em uma delas, lemos: “O jornal mural (J. M.) é um dos vários instrumentos de informação que se propõe a lutar contra a falsificação e distorção das notícias que a imprensa, a serviço das classes dominantes faz, trazendo a realidade para o assentamento e acampamento.” (MST, Boletim da Educação N° 3, 1993, p. 03).

Apesar de o documento ser oriundo de discussões bastante iniciais, já há o registro, nele, da contraposição à mídia hegemônica, uma postura que permeia toda a discussão do MST sobre o tema da comunicação. O que não se vê, ali, é a preocupação com a formulação de uma política de comunicação ou com o desenho de uma estratégia de comunicação mais complexa, que contemple a instituição de valores éticos e políticos, de diretrizes e de ações que devam ser efetivadas. A presença de parte desses elementos torna-se perceptível em meados da década de 90, momento em que o MST é alçado a sujeito político nacional (COMPARATO, 2001). Nesse contexto, deu-se a formação do Setor Nacional de Comunicação do MST, logo em seguida também constituído nos estados, uma organização que possibilitou o amadurecimento teórico e prático acerca do tema. Passo a passo, foi sendo construída a compreensão do papel estratégico da comunicação e da inter-relação das produções comunicativas com as demais ações encampadas pelo Movimento.

O conjunto de documentos<sup>63</sup> produzido pelo setor mostra como esse entendimento da comunicação como integrante da luta política mais ampla foi construído internamente, e quais ações passaram a ser desenvolvidas para fortalecê-lo. A partir da análise dos textos, metodologicamente<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> O material em análise nos foi cedido pela coordenação do Setor de Comunicação do MST. A lista completa dos documentos consta nas referências desta dissertação.

<sup>64</sup> Essas linhas encontram-se em conexão constante, pois referem-se a temas, reflexões e proposições

traçamos as seguintes linhas norteadoras dessas discussões: 1. Sensibilização da organização e denúncia da mídia hegemônica; 2. Atribuição de funções aos processos comunicativos e estímulo à formação de comunicadores populares.

### **2.3.2. O convencimento interno**

A partir dos anos 2000, a comunicação passou a ser problematizada em reuniões das instâncias diretivas do MST. Representantes do Setor de Comunicação integraram a Direção Nacional e, em muitos casos, as Direções Estaduais. Essas mudanças tornaram-se possíveis pela “assimilação” processual da relevância do tema pela organização, o que está explícito no documento “Preparar a comunicação, a agitação e a propaganda”, de 2004a. Nele, afirma-se:

O processo de assimilação e de convencimento do todo da organização sobre a importância do trabalho de comunicação, agitação e propaganda, será imprescindível para o crescimento e desenvolvimento dos trabalhos desde a base, em níveis regionais, estaduais e nacional. A começar pelos dirigentes, que são os responsáveis pelas mensagens de orientação políticas e práticas para a nossa militância e da esquerda em geral. O ato de assimilar e convencer-se significará que esse desafio passará a fazer parte da vida cotidiana dos militantes de todas as áreas, dirigentes e dos militantes da comunicação, propaganda e agitação. (MST, 2004a, p. 03)

A primeira ação desenvolvida para sensibilizar o conjunto da militância, conforme observamos, consistiu em valorizar o Jornal Sem Terra e, em menor intensidade, os demais materiais do Movimento. A mística existente em torno do JST, que nunca deixou de circular desde sua fundação, é sintomática. Por exemplo, é bastante comum encontrarmos exemplares do periódico não só enfeitando espaços ou atos do MST, mas simbolizando a existência vitoriosa do Movimento. O próprio aniversário do jornal não é comemorado na data da publicação de sua primeira edição, mas no dia em que os trabalhadores obtiveram vitória no acampamento Encruzilhada Natalino.

Muito embora valorize suas produções e saiba que, em comparação com outras organizações populares, tenha acumulado experiência considerável nesse campo, o MST reconhece que ainda há debilidades a superar, como a leitura de “[...] que a comunicação faz parte da luta” (MST, 2001a, p. 01). Essa dificuldade é creditada à própria natureza popular, sindical e política da organização, pois ela faz com que “A comunicação, os meios de comunicação, a informação acabam sendo demandas secundárias, pois temos demandas urgentes e imediatas de sobrevivência humana” (MST, 2004a, p. 01). A pouca centralidade dada ao tema, de acordo com esse documento, leva o Movimento a retardar “o avanço da consciência” e a abrir mão da “batalha ideológica”, do que resulta a contínua reprodução dos valores difundidos pelos tradicionais meios de comunicação.

O texto também pontua certa confusão existente acerca dos conceitos de comunicação,

propaganda, informação e agitação, e alerta que essa distinção turva dificulta a especificação das tarefas e de seus responsáveis. Após listar ações ligadas a cada uma dessas dimensões, assinala que a superação das deficiências ocorrerá com a organização e capilarização do setor:

A comunicação e a difusão das idéias revolucionárias se dará através da organicidade interna, por onde correm os veículos de comunicação e o jeito do MST na totalidade. Portanto, o desafio da comunicação, agitação e propaganda dependem fundamentalmente da organicidade interna do nosso Movimento. A comunicação não terá vida e perenidade por conta própria, só desenvolverá enquanto área de trabalho do conjunto do Movimento, se a organicidade estiver enraizada na base, nos núcleos de família, nas regionais, estaduais e nacional. (MST, 2004a, p. 02).

A ampliação dessa ambicionada sensibilização esteve relacionada ao aumento das denúncias da mídia hegemônica, cuja prática de criminalização foi acentuada nos anos 2000. Miguel Stédile ilustra o cenário ao recordar as capas que a Revista Veja divulgou, dentre as quais a que trouxe a foto de um dos líderes do movimento, João Pedro Stédile, com uma expressão tensa, em tons avermelhados. Isso ratificou, para o integrante do Setor de Comunicação, a ideia de que “[...] nos momentos em que a criminalização se acentua, a ofensiva da mídia não só se acentua ou até mesmo é anterior, prepara a criminalização, legitima o processo de criminalização.” (STEDILE, M. 2010).

Diante disso, houve o esforço para se entender as relações entre comunicação e sociedade, o que observamos no documento “Hegemonia, Política, Comunicação e Cultura”. Fruto de um dos primeiros cursos realizados na Escola Nacional Florestan Fernandes, o texto diz objetivar “[...] demonstrar como, neste momento histórico, a hegemonia das classes dominantes é sustentada por uma estratégia de difusão de valores através dos meios de comunicação.” (MST, 2005, p. 01). E mais: “Queremos demonstrar o papel que a cultura e a comunicação assumem e, da mesma forma, porque a comunicação e a cultura são fundamentais para construir uma hegemonia dos trabalhadores.” (MST, 2005, p. 01). Defende, ademais, que um amplo projeto de Reforma Agrária, que reestruture a totalidade da produção da vida, implica a construção de “[...] novos valores, novos significados e o enfrentamento à hegemonia do capital.” (MST, 2005, p. 09).

No documento, entendimentos acerca das articulações entre capital e Estado; cultura e comunicação são as bases de sustentação da análise sobre a função política que assume a concentração midiática na sociedade contemporânea, exemplificada pela exposição do papel ideológico que telenovelas, jornais e filmes desempenham ao difundir “padrões hegemônicos de representação” que fixam a imagem dos movimentos sociais como violentos, atrasados, desarmônicos. Alicerçado por essas denúncias, provoca: “A questão a ser pensada é: por que aceitamos de forma natural, por tanto tempo, a idéia de que o domínio dos meios de produção da TV, do cinema, das rádios, do teatro, é inerente à classe dominante?” (MST, 2005, p. 8), e arremata:

**“Transformar a comunicação e a cultura são tarefas para se construir uma hegemonia da classe trabalhadora hoje.”** (MST, 2005, p. 9, grifo nosso).

A expressão dos conflitos com os veículos empresariais é constante não apenas nas discussões internas; estando também bastante presente nas mensagens voltadas ao público externo, conforme citamos anteriormente (ver p. 34). A mesma importância é percebida ao analisarmos as linhas políticas traçadas para a sua assessoria de imprensa, pois elas exibem a conexão entre a fixação de valores e a definição das práticas, mesmo em se tratando de um espaço ocupado não apenas por militantes, mas também por jornalistas e estudantes de comunicação<sup>65</sup>. O documento que estabelece tais linhas inicia-se com a denúncia dos aparatos comunicacionais hegemônicos e das táticas que eles usam para criminalizar o Movimento, tais como cooptação de dirigentes através do personalismo; divisão por meio da divulgação de supostas frações internas; criminalização a partir da publicização de estigmas negativos (MST, 2006, p. 1).

Após tecer as críticas, o Setor de Comunicação indica, no documento, formas de relacionamento com a imprensa tradicional; recomenda o que deve ou não ser pautado, além de veículos e jornalistas com os quais o Movimento não dialoga; atenta para casos e formas de utilização de entrevistas coletivas e para o necessário cuidado com as imagens; detalha, inclusive, como devem ser dadas as respostas à imprensa. Por outro lado, destaca a importância das relações com os meios de comunicação comunitários, sobretudo com as rádios, que devem, de acordo com o texto, ser abastecidas com notícias. Fica claro, portanto, que o MST procura apontar, para a prática, formas de concretização das ideias acumuladas, seguindo uma visão de totalidade que tem possibilitado a ele efetivar o que Caparelli (1998, p. 01) define como “comunicação política”, isso é, uma prática que se dá quando “[...] a política e a comunicação estabelecem um diálogo, uma inter-relação ou uma consubstancialização dentro de um contexto dinâmico e não estático”.

### **2.3.3. Objetivos e produção coletiva**

Já o segundo eixo desta análise da documentação refere-se à atribuição de funções aos processos comunicativos e ao estímulo à formação de comunicadores populares. Nos “Princípios ideológicos da comunicação do MST” (2001b), encontramos uma lista de dezesseis atribuições concernentes à comunicação, que podem ser resumidas em dois objetivos gerais: 1. Potencializar a organização e a mobilização; e 2. Manter a unidade política e ideológica do Movimento.

A ideia da comunicação como elemento organizador e mobilizador encontra lastro na

---

<sup>65</sup> De acordo com Isabela Junqueira Vargas (2006, p. 61), no MST trabalhavam, no ano anterior ao 5º Congresso Nacional, 11 assessores, dos quais 7 eram jornalistas formados. A pesquisadora afirma que, eventualmente, o MST realiza encontros de formação com os seus assessores, como ocorreu em 2005, do qual também participaram militantes do movimento que desempenham função de assessoria, e, em 2006, quando apenas os jornalistas foram reunidos.

produção teórica da área, a exemplo das pesquisas desenvolvidas por Kaplún (1987) e Peruzzo (1998). Ademais, remete ainda às formulações leninistas sobre a imprensa, já discutidas aqui. No caso da apropriação dessas discussões pelo MST, é possível notar que o Movimento esboça a confiança de que esses objetivos podem ser alcançados “[...] quando [a ação comunicativa] permite o acesso às informações, quando multiplica os instrumentos de propaganda e levam à ação dos militantes, quando se torna um suporte para a atividade dos formadores, educadores, técnicos, etc.” (MST, 2004, p.03).

Na tentativa de materializar tais propostas, o Movimento Sem Terra desenvolveu o hábito de valorizar desde a produção à venda dos materiais, considerada, nos documentos, “[...] tão valiosa e digna que o ato de ocupar um latifúndio.” (MST, 2004, p. 05), embora, na prática, vários produtos “encalhem” nas secretarias. Com esse intuito, propôs atrelar especialmente o Jornal Sem Terra às demais atividades da organização. Afirma-se, nesse sentido, que: “A leitura do Jornal Sem Terra poderia contribuir na alfabetização de jovens e adultos, nas reuniões das Coordenações Regionais, utilizando o editorial do Jornal como análise da conjuntura; como estudo das Direções Estaduais.” (MST, 2004, p. 04), o que se imagina poder estimular, inclusive, a prática do estudo. Esse caso relaciona-se com o segundo objetivo apontado: a manutenção da unidade política e ideológica, algo fundamental para a sobrevivência dos movimentos sociais. Para constituir essa unidade, o MST busca estabelecer referências comuns entre seus integrantes, sejam elas históricas, simbólicas ou programáticas. As finalidades pretendidas acarretaram ao Movimento o cuidado com os conteúdos que veicula, pois eles devem apresentar aos receptores outra leitura da história, diferente das versões dos dominantes. Nesse esforço, está inserida a escolha do hino, da bandeira e do símbolo do Movimento, bem como a edificação de uma identidade coletiva, o “Sem Terra”.

Os objetivos que discutimos podem ser relacionados à tese gramsciana que considera a realização de uma reforma intelectual e moral necessária à efetivação de um processo de transformação da sociedade. Essa reforma deve partir do questionamento dos códigos dominantes que são compartilhados socialmente e conduzir à elaboração de novas representações, condutas e modos de vida. A conexão do que analisamos com tal perspectiva teórica fica clara no documento de 2005, sobretudo quando nele se avalia como também a cultura camponesa está impregnada pelos valores hegemônicos. Além disso, nele se afirma que essa cultura deve ser questionada e não tratada como imutável ou como a expressão de uma resistência dada *a priori* (MST, 2005, p. 04).

De acordo com a leitura expressa nesse texto, a transformação da cultura em mercadoria atinge também as tradições, tratadas hoje como produtos. Com vistas à alteração desse quadro, aponta-se como necessário o questionamento do que designa como a “lógica do espetáculo”, que, ao separar produtores e espectadores em polos distintos, faz com que estes últimos construam uma

vivência baseada no consumo dos bens culturais produzidos por outros. Para romper essa lógica, defende-se que uma ação contra hegemônica nessa esfera deva pretender recriar a cultura popular, o que “[...] significa que ela precisa estar a serviço da emancipação dos seres humanos, onde o povo assuma o papel de protagonista e produtor das expressões culturais.” (MST, 2005, p. 05).

A proposta da criação de uma nova cultura a partir da ação dos próprios trabalhadores está em todos os documentos que analisamos. Neles, há, de forma recorrente, o apelo à necessidade de formação técnica e política na área, pois o Setor de Comunicação objetiva que, através dela, os próprios militantes possam se apropriar das técnicas e linguagens e conquistar a autonomia para produzir os próprios jornais, revistas, peças de teatro e conteúdos audiovisuais. Essas formações foram realizadas desde os primeiros anos da organização. Posteriormente, houve uma mudança qualitativa delas: os cursos técnicos sobre questões específicas deram lugar, nos anos 2000, a outros, mais completos. Em 2002, houve uma experiência no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itterra), em Veranópolis (RS), de incluir carga horária extra para qualificação em comunicação em cursos de ensino médio. Depois, o Movimento investiu em cursos informais, sobretudo com a fundação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2005, além da realização de inúmeras oficinas em assentamentos, acampamentos e reuniões.

O ápice desse processo de formação ocorreu em 2009, quando a Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com o MST, iniciou o curso de Jornalismo da Terra, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Voltado aos integrantes desta e de outras organizações populares, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o curso possibilitará a formação, a nível superior, de sessenta pessoas vindas de dezesseis estados brasileiros, na área da comunicação, o que decerto contribuirá para com o desenvolvimento das produções comunicativas desses coletivos.

Todo o empenho para garantir uma formação de qualidade, aliado ao acesso às tecnologias da informação e da comunicação possibilitam ao MST produzir não só jornais e revistas, mas também filmes e ações de agitação e propaganda. Além dessa diversificação, é salutar a tentativa de elaborá-las com características essencialmente diferenciadas, desde a estética ao conteúdo. Nesse sentido, o documento que trata da relação do MST com o cinema propõe:

Portanto, para nós, não basta apenas ter uma “boa ideia” na cabeça e uma câmera no ombro, se queremos que nossas produções audiovisuais atendam as nossas necessidades, e acrescentando, se queremos ter um sistema de comunicação eficiente, se queremos resgatar e valorizar a cultura camponesa, os/as companheiros/as que atuam no setor de comunicação e no coletivo de cultura, além de estudarem temas específicos, relacionados a comunicação e cultura, devem apropriarem-se de conteúdos de filosofia, sociologia, psicologia, economia, e outros temas que nos ajudem a compreender a realidade em que estamos inseridos. (MST, s/d, p. 05)

Embora esse desafio esteja colocado, sabemos que padrões hegemônicos continuam sendo reproduzidos. Além disso, há falhas reconhecidas pelo Movimento e registradas nos documentos em análise, como o uso excessivo da linguagem panfletária e da falta de uma logística que garanta boa distribuição dos materiais. Mesmo a percepção da comunicação como espaço ou elemento para a luta política ainda não é algo dado, mas uma construção que vem sendo desenvolvida internamente.

A afirmação de Gohn de que a chegada do novo milênio marca a virada para a comunicação encontra respaldo em uma série de propostas e ações que foram lançadas nos últimos anos. Por exemplo, logo no IV Congresso do MST, em 2000, que trouxe o tema “Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio!”, foi aprovada resolução intitulada “Propaganda nas cidades”, que aponta como tarefas do Movimento:

- a) Implementar de forma permanente a edição de jornais especiais, dedicando um tema especial a cada número.
- b) Massificar sua distribuição nas capitais e grandes cidades do interior, priorizando a distribuição entre os trabalhadores, estudantes e organização populares.
- c) Manter a distribuição em forma de campanha que envolva toda a militância, em período determinado.
- d) Desenvolver diferentes formas de propaganda da reforma agrária. (MST, 2001: 48 – 49).

Já em 2003, tendo em vista a busca para se aprofundar a luta por hegemonia na sociedade, foi lançado por diversas organizações populares o Jornal Brasil de Fato. Sua criação foi proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que permanece até hoje como a principal força política mantenedora do jornal. De acordo com Cassol (2010, p. 93), “Dada a tiragem inicial [10 mil exemplares; pretendia-se chegar aos 100 mil] e a expectativa de se tornar diário em pouco tempo, percebe-se a disposição do Brasil de Fato, desde sua origem, de disputar hegemonia com os veículos da grande imprensa.”. Baseado em depoimentos dos produtores do periódico, o autor afirma que o jornal visava a atingir cerca de 20 milhões de pessoas, às quais seria levado “uma visão popular do Brasil e do mundo”, conforme o subtítulo da publicação. Objetivava, também, contribuir com a reorganização “das esquerdas”, no contexto da ascensão de Lula à presidência.

Internamente, a partir de 2004, o Movimento Sem Terra passou a organizar uma rede de assessores de imprensa (GUIDANI; ENGELMANN, 2010, p. 12). Hoje, existem jornalistas trabalhando nos três escritórios do movimento, localizados em: São Paulo, a partir da qual o profissional de comunicação assessora e acompanha a imprensa nacional, alimenta o site do Movimento e coordena as assessorias estaduais; Brasília, onde o jornalista está mais voltado ao acompanhamento do centro da política institucional, como Congresso Nacional e Palácio do Planalto; Rio de Janeiro, local em que são desenvolvidos trabalhos voltados à imprensa internacional. Devido à própria dinâmica do Movimento, as tarefas citadas não são fixas, as ações políticas vão moldando as demais e revelando necessidades a cada momento. Além destes, nos

estados que vivenciam acentuados conflitos pela terra, como Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, existem assessores de comunicação diplomados; nos demais, militantes ou “amigos” do MST cumprem essa função.

Cumpra questionar, todavia, como essa “virada” significou mudanças nas formas de atuação do MST. Do ponto de vista da produção de comunicação, ações como a ocorrida em 2005, durante a Marcha Nacional por Reforma Agrária, que reuniu doze mil pessoas caminhando desde Goiânia a Brasília, ilustram uma possível resposta afirmativa. Naquele momento, ao invés dos tradicionais carros de som, os participantes acompanharam informações, cantos e palavras de ordem através da *Rádio Brasil em Movimento: verás que um filho teu não foge à luta*, sintonizada na frequência FM 88,5 MHz. Produzida *in loco* pela militância do MST, em parceria com a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), a rádio foi instalada no trio elétrico que acompanhava as fileiras que compunham a marcha. Cada participante recebeu um rádio com fones de ouvido, material emprestado pelo Fórum Social Mundial, possibilitando uma comunicação instantânea<sup>66</sup>.

A rádio também transmitia o rádio-teatro criado pelo Coletivo Nacional de Teatro do MST, além de programas gravados com apoiadores e informações sobre as culturas de cada estado que, de acordo com o sistema de rodízio, conduzia a marcha. Funcionava, assim, como instrumento de formação política e ideológica (TORRES, 2009, p. 99). De tão bem sucedida, a experiência foi retomada em 2007, durante o 5º Congresso Nacional do Movimento, quando funcionou como rádio poste, contando para isso com mais de 130 caixas de som espalhadas por todo o acampamento. Muito embora este não seja o objetivo deste trabalho, seria interessante avaliar, do mesmo modo, até que ponto a comunicação tem trazido mudanças na dinâmica de organização do Movimento, tornando-o, quem sabe, mais horizontal.

O que depreendemos desses fatos é que as conquistas dos movimentos sociais ainda estão em permanente disputa, pois esses são processos que ferem lógicas construídas historicamente, como o próprio lugar de subalternização dos grupos sociais, além de irem de encontro aos interesses econômicos e políticos dominantes. Apesar disso, o processo que relatamos até aqui nos mostra a preocupação crescente com a temática da comunicação e da cultura, e, ainda, o refinamento progressivo das ações e formulações do MST, do que resultará uma produção comunicativa mais complexa e mais relacionada com os objetivos e discussões políticas estabelecidas pelo Movimento.

---

<sup>66</sup> Informações sobre a Marcha Nacional por Reforma Agrária foram coletadas através de notícias disponíveis em: <<http://www.mst.org.br/node/548>> e <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/05/316426.shtml>>. Acesso: jan. 2012.

### 3. O 5º Congresso Nacional do MST: desafios para uma ação contra-hegemônica

*O nosso 5º Congresso vem aqui reafirmar  
23 anos de luta que não pode mais parar  
Construir a cada dia o projeto popular  
Unindo todas as bandeiras, é hora de triunfar*

*O país em que vivemos tem muita contradição  
O pobre é quem trabalha e produz para a nação  
Porém o nosso problema não é só alimentação  
É concentração de terra, fruto da exploração*

*O homem e a natureza é parte da humanidade  
Mostra nossa firmeza no campo e na cidade  
Democratizar a terra construindo a liberdade  
Rompendo todas as barreiras pra mudar a realidade*

*Vimos participar e também construir  
Dessa nova brava luta não podemos desistir  
Na construção da história  
Com muita satisfação, um Brasil socialista, fruto da organização*

Música em Homenagem ao 5º Congresso Nacional do MST

Neste capítulo, discutimos a produção comunicativa exposta no jornal, na revista e no site do Movimento, problematizando se há a materialização do acúmulo das formulações e experiências práticas do Setor de Comunicação do MST, que podem ser resumidas, de acordo com as discussões dos capítulos anteriores, aos seguintes pontos: compreensão da comunicação como estratégia política e como elemento organizador e mobilizador; contraposição à mídia hegemônica; estímulo à unidade política e ideológica; e produção por parte dos próprios trabalhadores. Tudo isso para inquirir sobre a possibilidade da estratégia de comunicação organizada pelo Movimento contribuir para a disputa política travada por ele. Não obstante, se até aqui temos tratado tais disputas políticas em termos de hegemonia e contra-hegemonia, é fundamental delinear os contornos da conjuntura que nos possibilita entender a ação do Movimento Sem Terra como contra-hegemônica.

Os desafios para os movimentos e demais organizações localizadas à esquerda do espectro político aprofundaram-se na década de noventa, quando se assistiu ao triunfo do neoliberalismo, forma capitalista que operou grande desregulamentação, inclusive no setor das comunicações, além de profunda reestruturação produtiva, modificando formas e postos de trabalho, por exemplo. Conforme o sociólogo Chico de Oliveira (2006, p. 38), isso gerou uma mudança na base da população que importava à política: “Há uma internalização da reestruturação produtiva que produz

uma nova subjetividade, inculcando os valores da competição, colocando situações objetivas nos processos de trabalho que corroem a percepção de classe virtualmente proporcionada pelo precário fordismo periférico.”.

No Brasil, enquanto o neoliberalismo fincava seus efeitos na sociedade, contraditoriamente, deu-se a chegada de Lula, um líder operário, fundador e principal figura pública do Partido dos Trabalhadores, à Presidência da República, fato que ocorreu em um momento em que “[...] sua classe mergulha numa avassaladora desorganização.” (OLIVEIRA, 2006, p. 37). A ascensão do PT ao governo trouxe contradições não apenas ao interior do próprio partido, mas também aos movimentos sociais, dentre os quais o MST, que mantinha e mantém forte relação com a organização política que passou a ser a da ordem<sup>67</sup>. Além dessa relação entre movimentos sociais e Estado, materializada, por exemplo, na participação de lideranças populares em cargos do governo, outro fator complexifica a análise e a própria ação do Movimento Sem Terra frente à nova conjuntura: o destaque adquirido pelo agronegócio na nova arquitetura do poder no país.

Chico de Oliveira explica a importância desse setor para a pauta das exportações, que considera a “fronteira mais rápida do capital”. Segundo o autor, “As novas frentes de crescimento das exportações são quase todas de *commodities*, salvo os aviões produzidos pela Embraer e as exportações de automóveis.” (OLIVEIRA, 2006, p. 36). Dado que a sustentação da exportação de *commodities* é instável, o Estado precisa agir para mantê-las e, por conseguinte, também o crescimento do país nos moldes postos, o que vai de encontro, diretamente, à proposta da Reforma Agrária defendida historicamente pelos movimentos sociais.

Desde o início do governo Lula, aliás, vieram à tona as dificuldades para a realização da Reforma Agrária. O geógrafo e professor da Universidade de São Paulo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no texto “Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA” (2011), elenca cinco questões que logo levaram ao desenvolvimento do que considera uma “contra-reforma agrária” durante os mandatos petistas: 1. A derrota, no interior do governo, da concepção de reforma agrária como desenvolvimento para a de reforma agrária como política social compensatória; 2. A saída dos movimentos socioterritoriais da equipe que elaborou o II Plano

---

<sup>67</sup> Alguns dos principais movimentos sociais do país, dentre eles CUT, UNE, CMP, MST e Conam formaram, em 2003, a Central dos Movimentos Sociais, com o objetivo de criar uma rede de apoio, mas também, diziam, de pressão ao governo. De acordo com Altamiro Borges, do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): “Ao mesmo tempo em que apóia o novo governo, partindo da avaliação de que na atual conjuntura a sua derrota seria um desastre para o conjunto das forças populares, ele procura também pavimentar um campo de pressão para se contrapor às chantagens do “deus-mercado” e para desbaratar os segmentos continuistas dentro e fora do Palácio do Planalto.”. Disponível em <[http://www.espacoacademico.com.br/032/32pt\\_borges.htm](http://www.espacoacademico.com.br/032/32pt_borges.htm)>. Acesso: dez. 2011. O que se viu, contudo, foi a aceitação, por parte desses movimentos, de boa parte da política do governo, inclusive em pontos que iam de encontro aos interesses da classe trabalhadora, como a Reforma da Previdência, que havia recebido forte oposição do PT e dos movimentos quando proposta por FHC, mas que tem sido levada a cabo pelo Governo Lula.

Nacional de Reforma Agrária, desde o início de sua formulação, e o favorecimento de setores ligados ao sindicalismo rural; 3. A derrota da meta de um milhão de famílias assentadas; 4. O sucateamento do Incra, a falta de funcionários e de recursos do instituto, bem como o crescimento da grilagem de terras na Amazônia e a estratégia de compra da terra nas regiões Sul e Sudeste; 5. O apoio, considerado por ele integral, do governo Lula ao agronegócio.

As políticas públicas voltadas ao campo revelam as opções feitas pelo Governo Federal. Pouco mais de um terço dos assentamentos previstos no já rebaixado II PNRA foram efetivados. Em 2006, apenas 45 mil novos assentamentos foram criados. Naquele ano, que antecedeu a realização do 5º Congresso do MST, outra “novidade” passou a ser implementada: “[...] o uso da reforma agrária para liberar a extração de madeira na Amazônia Legal.” (UMBELINO, 2011, p. 09), o que, no segundo mandato do líder petista, passou a ser legalmente possibilitado por meio de Medidas Provisórias editadas pelo governo. Já em 2007, não seria diferente. Apenas 26% da meta de assentamentos, estabelecida em 120 mil famílias, foram efetivadas. Para completar o quadro adverso, após o fim do primeiro mandato de Lula, sequer novo plano de reforma agrária foi formulado, o que “[...] o desobrigou a fazer a reforma agrária.” (UMBELINO, 2011, p. 10).

Paralelo a isso, deu-se o crescimento da participação do setor do agronegócio na economia brasileira, chegando a ser responsável, em média, por um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Universidade de São Paulo <sup>68</sup>, cujo estudo destaca o fato de o setor movimentar diversas fases da cadeia produtiva, dos insumos à distribuição dos produtos; da agropecuária à indústria.

Os enfrentamentos são, pois, de ordem econômica e também essencialmente política. A “bancada ruralista” no Congresso Nacional, por exemplo, na legislatura passada (2007-2010), durante a qual ocorreu o encontro que analisamos, era composta por 117 representantes do setor empresarial rural, segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar <sup>69</sup>. A força dessa bancada foi fundamental, inclusive, para a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou o repasse de verbas federais para o MST <sup>70</sup>. Até mesmo o Ministro da Agricultura no primeiro mandato de Lula, Roberto Rodrigues, é ligado ao agronegócio, tendo sido presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag). Hoje, ele é um dos entusiastas do “Movimento Sou Agro”, lançado em 2011, que visa a “Contar a realidade do agro, mostrando os

---

<sup>68</sup> Dados da participação do agronegócio no PIB brasileiro, entre os anos de 1994 e 2010, estão disponíveis em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso: fev. 2012.

<sup>69</sup> Mais informações em: <<http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/ruralista>>. Acesso: fev. 2012.

<sup>70</sup> Para saber mais sobre a CPMI, consultar: <<http://www.senado.gov.br/noticias/cpi-do-mst-investiga-repasses-federiais-para-entidades-agrarias.aspx>>.

benefícios sociais, econômicos e ambientais que o setor gera para toda a sociedade”<sup>71</sup>.

Levando-se em conta esse cenário em sua reflexão sobre a ação do MST, Egas (2008, p. 154) conclui que “[...] que a luta para derrotar o agronegócio não é apenas a luta pela terra e reforma agrária, mas se insere na perspectiva da luta por soberania, seja ela econômica, alimentar ou territorial. Assim, o combate ao agronegócio seria, em última análise, parte do enfrentamento ao próprio modelo hegemônico.”, avaliação com a qual temos acordo.

Foram esses, pois, os desafios que permearam as discussões do 5º Congresso do MST, o qual apontou como principal oponente do Movimento exatamente o setor do agronegócio. Durante o encontro, também foi propagado o novo Programa Agrário do Movimento Sem Terra, documento que trouxe uma análise das mudanças que atingiram o campo nos últimos anos, destacadamente com a ampliação da inserção das empresas multinacionais e do capital financeiro.

De acordo com Miguel Stédile (2011)<sup>72</sup>, a reflexão sobre as mudanças no campo vinham sendo feitas, em meio ao Movimento, desde o início dos anos 2000. Ele sintetiza a problemática da seguinte forma: “[...] como é que o movimento camponês que tem mais larga duração, na história do Brasil, enfrenta agora uma configuração inédita no campo que é a presença do capital financeiro transnacionalizado, ultraimbricado com outras áreas do capital, com um poderio econômico desproporcional?”. Tais desafios foram expressos publicamente já em 2005, quando o MST organizou, junto à Comissão Pastoral da Terra, a Via Campesina e o Grito dos Excluídos, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, levando mais de doze mil militantes à Brasília.

A Marcha apresentou como pauta de reivindicações: 1) Cumprimento das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 2005; 2) Revisão dos índices de produtividade; 3) Reestruturação e fortalecimento do Inca; 4) Priorizar, na seleção para os assentamentos, observadas as demais condições legais, as/os trabalhadoras/es em acampamentos mais antigos; 5) Assegurar uma cesta básica mensal para todas as famílias acampadas; 6) Liberar os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera; 7) Mais qualidade para os assentamentos, com acesso ao crédito pelos assentados<sup>73</sup>.

O não atendimento a nenhuma das principais reivindicações expressas durante a Marcha de 2005 mostra a desfavorável correlação de forças na qual estava inserido o MST, que se defrontou com o debate sobre as formas possíveis de se combater empresas multinacionais, não mais somente o latifundiário, em um cenário de fragilização dos movimentos sociais. Em suas discussões, era

---

<sup>71</sup> Trecho da apresentação do “Movimento Sou Agro”. Disponível em: <<http://souagro.com.br/sou-agro/movimento>>. Acesso: Fev/2012.

<sup>72</sup> Entrevista concedida à autora, em novembro de 2011.

<sup>73</sup> “Pauta da Marcha pela Reforma Agrária”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/580>>. Acesso: Jan/2012.

latente a compreensão da necessidade de movimentações em longo prazo. Considerando-se a relação intrínseca entre a produção de significados e a manutenção da ordem social vigente, estava colocada também a necessidade de se travar uma disputa de sentidos, até mesmo sobre a pertinência e o caráter da Reforma Agrária no atual contexto histórico. Afinal, com a hegemonia do capital financeiro em relação ao produtivo, tem se alardeado que a Reforma Agrária deixou de ser fundamental para ampliar a situação produtiva do Brasil.

O 5º Congresso Nacional do MST, portanto, tinha a tarefa de trazer à tona a exigência da Reforma Agrária e de dar visibilidade ao Movimento Sem Terra e ao Programa Agrário que ele então apresentava. Internamente, objetivava também revigorar vínculos entre a militância e gerar um espaço para se compartilhar posições políticas e leituras sobre a nova situação do campo. A compreensão da conjuntura enfrentada foi sendo afinada, junto aos militantes, nos dois anos que antecederam o congresso, quando foi discutida uma série de textos reunida na cartilha “Textos para estudo e debate”, a qual continha análises da conjuntura internacional, do desenvolvimento do agronegócio e das propostas do Movimento para a Reforma Agrária. Ela expunha que a Reforma Agrária: “É a disputa entre dois modelos de sociedade. De um lado o modelo do agronegócio, que é a proposta dos capitalistas, dos fazendeiros. E de outro, a reforma agrária popular, que é a proposta dos camponeses e do povo.” (MST, Textos para estudo e debate, 2007, p. 91).

Já o Programa Agrário apresentado como fruto desses debates deixava claro o necessário alcance da luta do Movimento: “Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável.” (MST, Programa Agrário, 2007a, p. 17). Ele apontava, com isso, para uma estratégia de luta ampliada, constituído não apenas pela reivindicação da distribuição da terra, mas pela defesa dos recursos naturais e da biodiversidade, da soberania alimentar e territorial, de novo modelo tecnológico e de mudanças no funcionamento das instituições públicas. O programa defendia mudanças estruturais, que seriam conquistadas através da mobilização popular:

A proposta de mudanças no campo, aqui defendidas que atendem os interesses da ampla maioria da população brasileira, e a de todos os trabalhadores brasileiros, dependem de um processo de luta permanente do povo, no campo e nas cidades, para conseguirem acumular forças suficientes, para impor essas mudanças, que as classes dominantes, os latifundiários, e os grandes capitalistas jamais aceitarão, pois terminaria com seu processo de exploração e acumulação. (MST, Programa Agrário, 2007a., p. 31).

Para Egas (2008, p. 156), diferente das análises expostas nos primeiros congressos do Movimento, esta última significava o aprofundamento das críticas ao modelo econômico e da leitura da fragmentação da esquerda. A autora considera que, ao formular e expressar essa leitura da conjuntura política, o MST passou a apontar para o imperativo de se disputar hegemonia na

sociedade, embora a própria pesquisadora reconheça não ser possível apontar o nível de disposição para uma ruptura com a ordem posta. Não obstante, é perceptível que:

Essa disputa, se tomada como uma disputa pela construção de um novo bloco histórico, só será vitoriosa se conseguir, por um lado, romper com o equilíbrio estabelecido pelas forças hegemônicas atuantes, minando tanto sua capacidade de manutenção da evolução das forças produtivas, como de direção cultural. Isso precisa ocorrer, evidentemente, não apenas no meio rural, mas em toda sociedade, através da atuação política tanto na estrutura material como na superestrutura (Portelli, 2002). O objetivo, nesse caso, é a desagregação das idéias do bloco atual, viabilizando a aceitação e a concretização de novas idéias, e a construção de uma nova hegemonia. Nesse ponto, duas coisas se fazem necessária: uma é a correlação de forças favorável a tal desagregação, a outra é a clareza, por parte da classe fundamental contra-hegemônica, das novas idéias e de como implementá-las e torná-las hegemônicas. (EGAS, 2008, p. 157)

Como o foco deste trabalho reside na disputa de hegemonia, pensada a partir da cultura e, em particular, das ações desenvolvidas no campo da comunicação, voltamos nossa atenção para a batalha de ideias sugerida pela autora, discutindo como o Movimento Sem Terra valeu-se dos seus meios para travá-la. Buscando ir além da análise dos veículos, percebemos os processos em que eles estão inseridos, localizando a comunicação como componente de uma construção social que perpassa, por certo, o aspecto ideológico, a luta pela construção de novas categorias e de deslocamento de significados, mas que objetiva se traduzir em mudanças práticas que consigam deslocar a correlação de forças vivenciada.

### **3.1. A disputa de sentidos expressa pelos meios de comunicação**

As estratégias de comunicação desenvolvidas nos meses que antecederam o 5º Congresso indicam os usos da comunicação para o fortalecimento da posição e da leitura política do MST. Para percebê-los, no caso do Jornal Sem Terra, detalhamos o conteúdo das seções<sup>74</sup> que estão presentes nas edições que ora discutimos: Editorial, Estudo, Especial, Projeto Popular, Entrevistas. Por tratar diretamente do congresso, igualmente analisamos a seção Rumo ao 5º Congresso, publicada nas edições 270 (fevereiro/março), 271 (abril) e 272 (maio). Do site, consideramos, conforme já informado, as notícias e entrevistas publicadas sobre o encontro, inclusive aquelas produzidas inicialmente para outros veículos, como o Jornal Brasil de Fato, mas que foram veiculadas através da página do MST na internet. Já da Revista Sem Terra<sup>75</sup>, privilegiamos a descrição e análise das seções: Editorial, Entrevista, Política, Economia, MST e Estudo, pois elas

<sup>74</sup> Outras seções estão presentes, como Balaio e Estados. No entanto, elas são muito diversificadas, ora trazem notas, ora reportagens. Devido à falta de homogeneidade, optamos por destacar aquelas que apontamos no texto.

<sup>75</sup> Para mais informações sobre a Revista Sem Terra, conferir o trabalho de Antônio Simões Menezes: “Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela *Revista Sem Terra*” (2010).

abordam diretamente temas da conjuntura enfrentada pelo Movimento naquele período<sup>76</sup>.

Alguns dos resultados obtidos após a realização da análise de conteúdo saltam aos nossos olhos. De imediato, fica clara a antecipação do evento. Já a primeira edição do *Jornal Sem Terra* do ano de 2007 (Ed. N° 269) traz em sua capa fotos dos congressos anteriores, introduzidas pela seguinte chamada: “A luta dos Sem Terra nos seus Congressos Nacionais”. Nas edições seguintes, a mobilização dos estados e o debate em meio à militância são tematizados, algo que ocorre, especialmente, a partir do número 270, quando surge a seção “Rumo ao 5° Congresso”, que visa a apresentar as diferenças entre os projetos defendidos pelo MST e pela burguesia, sobretudo o setor do agronegócio, conforme lemos no trecho do primeiro texto da seção:

Desta forma, o programa de Reforma Agrária proposto pelo Movimento é um esforço para organizar propostas que, de fato, alterem este modelo em curso. Idéias e ações que possam impedir que o agronegócio e as empresas transnacionais se apoderem da terra que pertence a quem nela trabalha. A partir desta edição, o **Jornal Sem Terra** vai falar destas propostas, que envolvem um novo modelo tecnológico, a água, a educação no campo, a estrutura do Estado, entre outros pontos. Além disso, serão discutidas as condições necessárias para a ampliação deste programa, como a mobilização popular e a ação de um Estado que seja verdadeiramente democrático e popular. (“Sem Terra discutem Reforma Agrária”, JST, Ed. N° 270, “Rumo ao 5° Congresso”, 2007, p. 11, grifo original).

Percebemos como o texto está afinado ao Programa Agrário citado anteriormente. Há igualmente nele o empenho em potencializar a organização da militância através do jornal, o que vai ao encontro das teses leninistas abordadas no início deste trabalho. Nesse sentido, vemos a citada seção trazer à tona, naquela mesma edição, o debate na “base” e a discussão sobre os novos desafios para a Reforma Agrária, além da defesa da necessidade de se entender as mutações que ocorrem no campo, a fim de que se possa transformar a situação atual.

Já na edição seguinte (JST, N° 271), trata-se da preparação dos estados, abordada, dentre outras, através de entrevista com a integrante da Direção Nacional do MST, Messilene Gorete da Silva, que incentiva a mobilização e o diálogo com a sociedade; a presença das mulheres e também das crianças no congresso, um reconhecimento do acúmulo político do Movimento quanto à diversidade de lutas que reivindica e um chamado à participação, no encontro, de setores historicamente excluídos do fazer político. A entrevistada destaca, ainda, a importância do congresso: “O Congresso é um instrumento também para pensar o Movimento de forma conjunta. Faz com que tenhamos clareza daquilo que queremos construir. É o momento de pensar que somos uma Organização fundamental para a luta pela Reforma Agrária e para as mobilizações de massa nesse país.” (*apud*: “Estados se preparam para o grande encontro dos Sem Terra”, JST, Ed. N° 271, “Rumo ao 5° Congresso”, 2007, p. 12).

<sup>76</sup> Além das seções citadas, a Revista Sem Terra possui ainda outras subdivisões. São elas: Internacional, Cultura, Resenha, Esporte, Mundo, Movimentos Sociais, Balaio e Humor.

Nas duas edições seguintes, temos a valorização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A abordagem prioritária é de solução; falas de militantes são utilizadas como fontes, possibilitando uma maior identificação entre os textos e o leitor. Uma delas rememora o significado da participação das mulheres nos congressos do Movimento: “Naquele primeiro Congresso as mulheres tiveram uma participação muito rica e efetiva. Isso aconteceu não apenas nos debates e discussões das plenárias e dos grupos, mas principalmente depois da atividade, ajudando nas ocupações e no trabalho de base que se seguiu depois do Congresso.” (GREIN, Izabel, *apud*: “Participando sem medo de ser mulher”. JST, Ed: N° 272, “Rumo ao 5° Congresso”, 2007, p. 12).

A mesma dinâmica é percebida nos editoriais: o conflito surge quando são abordados os desafios para a Reforma Agrária. Esses textos invariavelmente tratam das mudanças trazidas pelas grandes empresas existentes no campo, as quais são consideradas produtoras de um modelo de sociedade excludente e ambientalmente insustentável. Em todos os editoriais, que são assinados pela Direção Nacional do MST, está presente a denúncia do agronegócio como inimigo da Reforma Agrária, argumentação que pode ser encontrada de forma explícita ou implícita. No primeiro editorial de 2007, lemos: “Já é hora de perceber que o latifúndio e agronegócio são incompatíveis com políticas de redistribuição de renda e justiça social no campo. Não é possível conciliar o atual modelo agrícola com os objetivos de democratização fundiária e com o incentivo à agricultura familiar.” (“Os entraves da Reforma Agrária”. JST, Ed. N° 269, “Editorial”, 2007, p. 02);

Já nas edições seguintes, temos: “Este modelo de agricultura [do agronegócio] é o mesmo que produziu a exclusão social com a expulsão de milhões de famílias camponesas para as favelas, o que gerou fome e miséria no campo e na cidade, além de promover a destruição da natureza.” (“Pela transformação da agricultura brasileira”. JST, Ed. N° 270, “Editorial”, p. 02); “Este é um projeto que ameaça também o meio ambiente, que destrói florestas para aumentar o plantio de soja, que expulsa os agricultores para plantar eucalipto e que explora o trabalho de homens, mulheres e crianças até a morte, como na cana-de-açúcar.” (“Justiça social e soberania popular”. JST, Ed. N° 271, “Editorial”, p. 02); “Os inimigos agora se escondem atrás de sociedades anônimas de empresas que dominam as agroindústrias, os bancos, as empresas de pesquisa e o comércio internacional. (...) Hoje a nossa luta por um novo modelo agrícola exige o enfrentamento com o atual modelo econômico” (“Avançar com a luta”, JST, Ed. N° 272, “Editorial”, p. 02). A contraposição também é explicitada no editorial que analisa o 5° Congresso: “Avaliamos que não há lugar para o camponês no modo como o agronegócio quer estruturar o campo. (...) O agronegócio, hoje é o grande entrave à Reforma Agrária defendida por nós do MST e pela Via Campesina.” (“5° Congresso Nacional: uma obra coletiva da militância Sem Terra”. JST, Ed. N° 273, “Editorial”, p. 08).

Já a solução é elucidada, nos textos, através de exemplos da organização junto ao

Movimento e da construção de alternativas, como a agroecologia. Destaca-se também a proposição de um “projeto popular” para o país. Podemos perceber que há uma evolução da argumentação ao longo das edições. Primeiro, os entraves são apresentados: o diminuto recurso financeiro destinado pelo Estado à Reforma Agrária, a proteção do latifúndio pela “máquina burocrática” e o fato do latifúndio permanecer intocado ao longo da história (“Os entraves da Reforma Agrária”. JST, Ed. N° 269, “Editorial”, 2007, p. 02). Em seguida, abordam-se as transformações no campo e as possibilidades de construção de alternativas:

Precisamos resistir à essa destruição, à exploração dos seres humanos e da natureza pelo capitalismo. Resistir e buscar construir alternativas nas várias frentes de luta. É por isso que há alguns anos o MST desenvolve a agroecologia em seus assentamentos. A agroecologia é uma ciência e uma prática social que desenvolve formas de produzir a agricultura sem destruir a natureza. Já sabemos que a produção agroecológica é capaz de reduzir os custos de produção, diminuindo os riscos para o pequeno agricultor e para o meio ambiente. Já formamos mais de dez turmas de filhos e filhas de agricultores como técnicos em agropecuária agroecológica. Implantamos experiências de pesquisa participativa gerando conhecimentos ecológicos para solucionar os problemas enfrentados pelas famílias de trabalhadores rurais, sem necessitar do uso de venenos e adubos químicos. Além disso, colocamos à disposição da população dezenas de produtos livres de agrotóxicos e que contribuem para a saúde da população e do meio ambiente: arroz, leite, carne, feijão, erva-mate, farinha de mandioca, hortaliças.

**Mas acima de tudo, entendemos que a agroecologia é uma forma de organizar os agricultores em busca da mudança social, que propõe um novo modelo de sociedade onde homem e natureza possam se relacionar sem exploração.**

No entanto, o principal desafio que temos pela frente não é tecnológico. Já sabemos que é possível produzir em quantidade e sem o uso de agroquímicos, transgênicos e sem novos desmatamentos. **Mas para isso temos que nos unir e nos organizar no enfrentamento ao modelo representado pelo agronegócio. Não há como transformar a agricultura brasileira com base na agroecologia e na justiça social sem derrotar o latifúndio, o agronegócio e o capitalismo.** (“Pela transformação da agricultura brasileira”. JST, Ed. N° 270, “Editorial”, 2007, p. 02, grifo nosso).

A partir de abril, o 5° Congresso passa a ser abordado diretamente. Ele é apresentado como espaço de resistência e de construção de alternativas baseadas na justiça social e na soberania popular, os temas do encontro e as palavras que conformam o título do editorial da edição 271 do *Jornal Sem Terra*, na qual lemos:

Por Justiça Social entendemos a garantia de todos da classe trabalhadora à uma vida digna e de qualidade, com educação, saúde, trabalho justo e bem remunerado. Não se trata de políticas compensatórias, como bolsa família ou cesta básica. Não são concessões, nem migalhas. Mas direitos! Para todos brasileiros e brasileiras. E no campo, justiça social é uma Reforma Agrária que distribua terras e riquezas, que possa gerar renda e emprego, produzindo alimentos para a população brasileira e não para exportação. Soberania Popular é a capacidade e o direito dos povos de decidirem seus destinos, de decidirem sob tudo aquilo que lhes diz respeito: na economia, na política, na vida social.

(...)

O projeto que iremos construir é o de um Brasil que decida o que plantar e que seja suficiente para alimentar toda população. Que para isso distribua as terras que hoje estão nas mãos de empresas estrangeiras ou ociosas do latifúndio. Que produza alimentos e não combustíveis. Que gere empregos e renda, ao invés de concentrar a riqueza. Um país em que tonelada de cana nenhuma esteja acima da vida de qualquer pessoa. (“Justiça social e soberania popular”. JST, Ed. N° 271, “Editorial”, 2007, p. 02).

A preparação do terreno da disputa ideológica, portanto, ocorre com a tematização dos embates e com a exposição das posições do Movimento em contraposição a outra, apresentada como inconciliável com o projeto popular defendido. Nessa mesma edição, ao explicar a escolha do lema “Por Justiça Social e Soberania Popular”, assume-se que “Com este lema, não estamos apenas definindo uma palavra de ordem, mas querendo debater com a sociedade os dois projetos que estão colocados para o país.”. Trata-se de uma “[...] **briga ideológica entre dois projetos**” (“Justiça social e soberania popular”. JST, Ed. N° 271, “Editorial”, 2007, p. 02, grifo nosso).

A antecipação do evento e a problematização dos temas que nele serão abordados não se restringem a uma parte ou outra do Jornal Sem Terra, ao contrário, estão dispersas por todo ele. Para termos ideia, a seção intitulada “Rumo ao 5º Congresso”, embora aponte questões relevantes, é bastante reduzida, ocupa apenas uma única página de cada uma das três edições em que foi publicada. Por outro lado, é especialmente na seção “Estudo” que os temas são aprofundados. Se, nas demais, as diferenças de projeto societário são apresentadas a partir de argumentos essencialmente políticos, nesta, elas ganham a confirmação de fontes autorizadas, em geral de intelectuais apoiadores do Movimento Sem Terra.

Acerca dessa subdivisão em particular, é importante percebermos que sua existência vai ao encontro da proposição de Lênin, para quem o jornal do partido deveria ser espaço de formação política e de discussão dos temas candentes, sem que o debate fosse rebaixado artificialmente, bem como de Gramsci, que defendia que o jornal poderia ser um espaço de educação coletiva. Efetivamente, no caso da publicação do MST, as questões são abordadas de forma aprofundada por especialistas que se valem de dados para conferir validade à argumentação. Nos textos, o conflito com o agronegócio é apresentado, já a solução para ele, construída. Nesse sentido, as primeiras edições do ano trouxeram como tema: a concentração da terra e o crescimento das empresas; a crítica ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e a denúncia dos impactos da produção do etanol, considerado o “novo mito do agronegócio”.

Já com o evento mais próximo, as matérias de “Estudo” passam a assumir um tom mais propositivo. Destaca-se, então, a necessidade da Reforma Agrária e da promoção da Justiça Social (“Reforma Agrária e Justiça Social”. JST, Ed. N° 272, “Estudo”, 2007, p. 04) e, por último, o próprio congresso, com a publicação de parte do discurso de abertura dele. Com o título “Um marco na luta social latino-americana”, o artigo que tratou do evento ressaltou a disputa ideológica e de

valores, conforme expõe o trecho:

Em toda a história do Movimento, de enfrentamentos quase sempre difíceis, sofremos muitas baixas. No entanto, pior que a morte física, é a morte ideológica. **Nossos inimigos sabem que a arma mais eficaz para nos derrotar é a morte de nossos valores, a morte da crença em nossa profunda solidariedade, de nossa dedicação integral à construção de um mundo novo para as próximas gerações.** Não tenhamos dúvidas: podem nos tirar tudo, menos os valores socialistas e humanistas. (“Um marco na luta social latino-americana”, JST, Ed. N° 273, “Estudo”, 2007, p. 03. Grifo nosso).

No texto, também tem lugar a crítica à mídia: “Não podemos deixar de citar o papel nefasto da mídia conservadora que todos os dias tenta criminalizar os movimentos sociais.”. Destacando a importância da manutenção dos valores, expôs: “Por isso, precisamos reforçar nossa firmeza ideológica, sem deixar nenhuma brecha para o vírus do capitalismo.” (“Um marco na luta social latino-americana”, JST, Ed. N° 273, “Estudo”, 2007, p. 03).

A utilização de fontes autorizadas deve ser questionada. Assim como nos meios de comunicação tradicionais, utilizam-se especialistas e dados para referendar uma posição que o veículo já assumiu *a priori*. Também percebemos, na análise do Jornal Sem Terra, o que Cassol (2010, p. 127) apontou criticamente em sua análise do Brasil de Fato: “Resultado do caráter mais analítico de uma publicação semanal, a opção por explicar o mundo a partir da sua visão acaba, por vezes, incorrendo em matérias que não dão “chance” ao leitor de ter sua própria compreensão.”. No caso das publicações que ora analisamos, os excessivos usos do texto argumentativo e da linguagem acadêmica acentuam o problema.

Tendo em vista que o público-alvo do jornal é especialmente a militância do MST, ele poderia dialogar mais com a realidade vivida, possibilitando a ampliação da identificação e do diálogo. No entanto, ao invés de partir do concreto para analisar a situação geral, há o predomínio de análises genéricas, totalizantes, que dificilmente apontam de forma direta os sujeitos sociais envolvidos no conflito. Ao contrário, são citadas em demasia as “empresas”, o “agronegócio”, o “capital financeiro”, o que faz com que as informações sejam acessíveis, sobretudo, para os setores politicamente mais avançados da militância.

Já a linguagem dos textos mostra-se muito semelhante àquela utilizada pelos jornais tradicionais. De acordo com Downing (2002), nas mídias radicais é comum o uso da primeira pessoa do plural, pois isso representaria a supremacia da política sobre a lógica do discurso midiático, este marcado pela ideia da completude, da impessoalidade e da observação neutra, não da participação que o plural confere ao autor do texto – que, inclusive, se perde em meio ao “nós”. Também Dias (2007, p. 227), ao analisar as mídias produzidas pelos Movimentos de Resistência Global, observa que “Os textos circulantes são, em sua maioria, redigidos em primeira pessoa do

plural, o que cria uma marca de cumplicidade, produz um efeito de vínculo com o receptor, ao localizá-lo no mesmo patamar do enunciador. Ou seja, o uso do 'nós' insere o leitor nos movimentos, como componente do movimento social.” No caso do MST, dada a profissionalização dos que falam sobre e pelo o Movimento em seus meios de comunicação, dá-se um predomínio da linguagem jornalística tradicional, fincada na terceira pessoa do singular.

Por outro lado, algumas regras clássicas do jornalismo tradicional, como a busca por se escutar os vários lados envolvidos com os fatos noticiados, não são seguidas. Por exemplo, ao noticiar a marcha ocorrida durante o 5º Congresso, a jornalista que redigiu a matéria intitulada “Marcha recebe apoio da população de Brasília” frisou: “Ônibus e carros buzonavam manifestando apoio aos Sem Terra que entoavam músicas de protesto.”<sup>77</sup>. Posição contrária ao Movimento não foi relatada em suas produções comunicativas, enquanto o Correio Braziliense abordou o ato da seguinte forma: “Caos no trânsito de Brasília”. Vê-se, portanto, uma troca de sinal na abordagem, positiva e negativa, respectivamente. Limitando-se a assumir o discurso contrário da mídia tradicional, aquele conteúdo expresso pelos veículos do MST não conduz à politização do debate ou à disputa ideológica. Fala aos já convencidos, mas dificilmente vai modificar o pensamento de quem não concorda com a forma de atuação do Movimento.

Em se tratando da disputa de visões de mundo, é salutar considerar que o MST se apresenta como um todo homogêneo. Já nos títulos, no caso do jornal, a expressão “Sem Terra” aparece quando se aborda questões relativas à militância. No site, a referência direta ao “MST” ou “Movimento Sem Terra” chega a estar presente em um terço do total dos títulos publicados, diferente do que ocorre com a Revista Sem Terra, como detalharemos adiante. Disso depreendemos que, com o jornal, pretende-se criar a identificação da militância em torno de uma identidade comum, o ser Sem Terra, enquanto que, através do site, ganha relevo a divulgação do próprio Movimento, o que mostra a luta por visibilidade empreendida através de um espaço que é consultado por leitores mais plurais que aqueles que acessam o JST ou a RST.

Vemos, com isso, que a estratégia de comunicação do Movimento Sem Terra, através de seus meios de comunicação, consistiu em unificar a pluralidade de sujeitos que o compõem em torno de princípios, valores e visões de mundo que são reafirmados com frequência. Vale ressaltar que as diferenças internas não aparecem nesses espaços, sequer no Jornal Sem Terra, que poderia ser utilizado para fomentar o debate entre os integrantes do Movimento. Essa estratégia também esteve ligada à constituição de uma crítica social e política ancorada em uma base argumentativa comum entre seus integrantes, legitimada por vozes autorizadas e dados empíricos, o que foi levado

---

<sup>77</sup> [LIMA, M. “Marcha recebe o apoio da população de Brasília”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/866>.](http://www.mst.org.br/node/866) Acesso: abr. 2011.

a cabo através da denúncia e, ainda, do convencimento de que a solução encontra-se na organização política em torno do MST. Sobre isso, uma vez mais, a análise de Dias corrobora com a que desenvolvemos, pois, para ela:

A estratégia de crítica não pode se apresentar na forma de um discurso político puro, ou seja, construída em cima de uma argumentação pesada, utilizando termos e expressões esotéricos, elencados num texto longo, porque isso tornaria o discurso fora dos padrões discursivos midiáticos, o que é complicador quando se produz hoje discurso para um público abrangente e variado. (DIAS, 2007. *In*: FERREIRA; VIZER (Org.), p. 212)

Caminhando nesse sentido e estabelecendo uma mediação entre o discurso político e o midiático, o MST, sobretudo em seu site, utiliza-se das histórias de vida para fazer denúncias e afirmar a saída da situação-problema por meio da organização, da integração ao movimento. Em muitas matérias, personagens são utilizados para confirmar a importância do Movimento na transformação das relações sociais. Na notícia “Além da terra, construir justiça social”, a história de vida de um militante do MST é o mote para a afirmação do projeto defendido por este, em contraposição à destruição provocada pelo agronegócio e pelas transnacionais. Vejamos:

“O que eu sabia plantar? Só cana. Tudo na minha vida era a cana, só sabia plantar cana, comer cana, cortar cana”. Paulo Venâncio, pernambucano de fala curta, olhos claros, gestos bruscos, negou o caminho de seu pai e de sua mãe. Como ditava o destino na Zona da Mata, esse trabalhador rural foi cortador de cana e empregado de usinas. Como todos em sua família, logo cedo estava de pé no canavial. E o sol a pino lhe envelhecia a pele durante sua jornada às vezes de até 12 horas de trabalho. “Sentia muita fraqueza, as pernas doíam, o dinheiro que eu ganhava mal dava para pagar a comida. Trabalhava feito burro. Alguns não agüentavam a tarefa diária de cortar 12 toneladas por dia e desmaiavam. Venâncio decidiu que não iria tombar naquela monocultura. Participou de uma ocupação, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Há 8 anos, depois de uma longa luta, vive em sua casa no assentamento Joaquim Nabuco, com sua mulher e suas duas meninas. Em seu lote, semeia mandioca, milho, feijão, inhame, frutas. Mas não foi apenas a cultura agrícola desse Sem Terra que ficou mais rica e diversificada. “Eu trabalho bastante, mas hoje eu sou livre. Não sou explorado, tenho meu pedaço de terra. Com o que planto, garanto minha alimentação e vendo o restante.”<sup>78</sup>

Dando continuidade à matéria, o jornalista abordou o ressurgimento da monocultura da cana e as mudanças que atingem o campo. Vê-se, com isso, igualmente a busca por se humanizar o Movimento, rompendo rótulos como o de “movimento violento” e visando a conquistar o apoio da sociedade. Essa procura é outro diferencial do MST em relação aos Movimentos de Resistência Global analisados por Dias (2007). A contraposição entre os dois é exemplar por ser este último um tipo de organização essencialmente midiaticizada, que utiliza das estratégias de convencimento para convidar as pessoas a se integrarem aos protestos, a saírem às ruas. O Movimento Sem Terra, por sua vez, usa o convencimento para ganhar adeptos à causa que defende. Busca apoio, concordância,

78

PEREIRA, Jorge Filho. “Além da terra, construir a justiça social”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/851>>. Acesso: ago. 2011.

mas não necessariamente participação, até mesmo porque não está aberto a todos os leitores, já que adota outra tática para a integração de novos militantes. Trata-se, para o MST, de uma luta por visibilidade no contexto de uma disputa de projetos políticos, de hegemonia, desafio que fica claro, por exemplo, no editorial de maio do *Jornal Sem Terra*, quando se afirma: “Hoje, a nossa luta por um novo modelo agrícola exige o enfrentamento com o atual modelo econômico, contra as empresas transnacionais e contra as políticas imperialistas dos países ricos.” (“Avançar com a luta”, *JST*, Ed. N° 272, “Editorial”, 2007, p. 02).

A afirmação desse projeto de transformação social tem um espaço específico no *Jornal Sem Terra*: a seção “Projeto Popular”. Em nenhum dos títulos dela, nas edições analisadas, há a referência direta ao “MST”; a autoria é diversificada, agregando inclusive assessores de outras organizações, pois nesse espaço o Movimento adota o discurso de que esse projeto societário não é apenas dele, mas de determinados setores da sociedade. Os temas trabalhados são variados, embora haja o predomínio de discussões sobre o modelo de desenvolvimento no campo, ao qual se estabelece uma contraposição clara.

Ao noticiar, por exemplo, uma feira de sementes (“Festa nacional reúne camponeses de todo o país”, *JST*, Ed. N° 272, “Projeto Popular”, 2007, p. 10), faz-se oposição entre a visão das sementes como patrimônio necessário à soberania nacional e a visão comercial do agronegócio, que modifica a genética e controla a distribuição das sementes. Discurso semelhante dá-se na abordagem sobre o biodiesel, quando se denuncia a compra de terras e usinas pelo agronegócio e se defende o controle popular dos bens naturais (“Produção de biodiesel tem que estar nas mãos do povo”, *JST*, Ed. N° 269, “Projeto Popular”, 2007, p. 10).

A mesma contraposição consta nas entrevistas feitas ou com dirigentes de movimentos sociais, com destaque para o próprio MST, ou com especialistas. A entrevista é um gênero importante por trazer à tona as realidades vividas, mas, no caso posto em tela, a identificação do leitor com os textos fica prejudicada pela linguagem muito formal e desprovida de marcas de oralidade, construindo uma imagem de um militante “ideal”, com as ideias perfeitamente encadeadas e com um poder de fala que nem todos possuem. O texto também não possibilita a entrada do leitor no momento da produção da entrevista; não sabemos sequer se ela fora feita por email, pessoalmente ou sob quais condições, o que faz com que seja mais um espaço para apresentação de argumentações fixas, através do qual conhecemos um programa já pronto.

A *Revista Sem Terra*, por sua vez, adota ritmo e ângulo diferenciados, buscando ampliar o diálogo com o público externo ao Movimento Sem Terra, ao qual é voltada. Nesse sentido, trata de temas diversos, especialmente nas seções “Economia” e “Estudo”. Na primeira, são abordados: os interesses privados da Petrobras no cenário internacional (“A exploração da Petrobras”, *RST*, Ed.

Nº 37, “Estudo”, 2007, p. 14); as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (“Em entrevista, o economista Reinaldo Gonçalves avalia medidas do PAC”, RST, Ed. Nº 38, “Economia”, 2007, p.14); o déficit da previdência social (“O que está por trás do ‘rombo’ da Previdência”, Ed. Nº 38, “Economia”, 2007, p.16); e a ampliação dos empregos terceirizados (“Sem garantias de emprego, estabilidade e direitos sociais”, RST, Ed. Nº 39, “Economia”, 2007, p.10).

A seção “Estudo” é ainda mais plural do ponto de vista dos conteúdos. Trata da relação entre economia e cultura (“Economia global e a ‘americanização’ da cultura latino-americana”, RST, Ed. Nº 37, “Estudo”, 2007, p. 44); da situação da China (“Igualdade e desigualdade na China”, RST, Ed. Nº 38, “Estudo”, 2007, p. 44); do aumento de produção de celulose (“Os interesses por trás da expansão do deserto verde”, RST, Ed. Nº 39, “Estudo”, 2007, p. 52) – único dos textos que se aproxima mais da problemática do agronegócio; e da revolução cubana (“Cuba: a Revolução da Esperança”, RST, Ed. Nº 40, “Estudo”, 2007, p. 55).

Já em “Política”, há uma mescla de temas, mas a nova conjuntura enfrentada e a Reforma Agrária ganham relevo, sobretudo, através de matérias que tratam da transnacionalização das empresas brasileiras (“Política econômica: Brasil exporta crescimento e emprego”, RST, Ed. Nº 37, “Política”, 2007, p. 10); da política de agrocombustível (“A polêmica discussão sobre a política de agrocombustível”, RST, Ed. Nº 38, “Política”, 2007, p. 10); e da violência no campo, cujo aumento demonstraria a urgência da Reforma Agrária (“Violência no campo aponta para a urgência da Reforma Agrária”, RST, Ed. Nº 39, “Política”, 2007, p. 13). Não obstante, na edição seguinte ao congresso, referente aos meses de julho e agosto, tais temas dão lugar à transposição do Rio São Francisco, à PEC do Trabalho Escravo e à discussão sobre a função social da propriedade, uma mudança tão brusca dos temas abordados que denota certa fragilidade da estratégia de comunicação adotada, no que tange ao reforço às deliberações do 5º Congresso.

Já a seção “MST” trata de vários aspectos do Movimento, mas relacionando-os de forma mais aberta às discussões então em curso. O projeto “Cinema da Terra”, que levou o cinema aos diversos assentamentos, em todo o Brasil, é o assunto da primeira edição do ano (“Projeto cultural promove sessões de cinema a Sem Terra de todo o país”, RST, Ed. Nº 37, “MST”, 2007, p. 28). Nas seguintes, há uma oscilação entre abordagens de conflito, como os protestos contra o agronegócio no Dia Internacional da Mulher (“Os protestos contra o agronegócio no Dia da Mulher”, RST, Ed. Nº 38, “MST”, 2007, p. 28) e os riscos postos pela ofensiva do capital (“A ofensiva do capital e o futuro da terra”, RST, Ed. Nº 39, “MST”, 2007, p. 33); com outras, de solução, quando as alternativas de produção são destacadas (“Assentamentos produzem peixes como fonte de renda”, RST, Nº 38, “MST”, 2007, p. 30), em contraposição ao modelo hegemônico (“Agroecologia substitui transgênicos no Pará”, RST, Ed. Nº 39, “MST”, 2007, p. 30).

O 5º Congresso do MST só é diretamente citado na publicação de maio/junho e na edição posterior ao encontro, de julho/agosto. A preparação para o congresso, portanto, é menos intensa do que a feita através do *Jornal Sem Terra*, inclusive porque este tem a tarefa de organizar os integrantes do Movimento. Na revista, a tematização das questões centrais para o MST, naquele período, deu-se de forma transversal, mas não podemos afirmar que há uma busca por ampliar a militância, dentro do que poderia ser entendido como a construção de um bloco histórico.

A abordagem dos temas advém da deliberação da Direção Nacional do Movimento Sem Terra, conforme explica Igor Fellipe (2011): “A partir do momento que tem a realização do Congresso Nacional; que vai ter um caráter massivo, com dezoito mil pessoas; que a linha dele é pautar a Reforma Agrária e o combate ao agronegócio, aí se passa a ter essa preocupação de abordá-lo em todos os meios de comunicação.”. Isso porque “As estratégias de comunicação do Movimento são muito casadas com a estratégia política. Não é descolada, por isso a gente não faz uma reunião apenas para discutir a comunicação. Então, por ser relacionado, o nosso desafio é, a partir da direção política, como é que a gente vai executar isso, quais são as ferramentas.”, explica Fellipe.

Apesar dessa ligação, certa autonomia relativa é conferida às diferentes equipes:

[...] não tem essa política definida: ‘na edição de janeiro nós vamos pautar isso’ [por exemplo], mas sim a linha de que nós precisamos pautar a nossa principal atividade do ano em nossos meios de comunicação. (...) Agora, se é na primeira ou na segunda [edição], aí é uma questão que vai ser discutida em outros coletivos, geralmente naqueles ligados à produção dos materiais. Então, tem uma linha geral que não se efetiva de uma forma automática, mas que se realiza através de discussões de outros espaços, onde tem pessoas que participaram das discussões políticas e pessoas que atuam na realização dessa linha política. (FELIPPE, Igor. 2011. Entrevista concedida à autora).

Os editoriais também deixam clara a mudança em relação ao *Jornal Sem Terra*. Enquanto os do JST trataram de problemáticas vinculadas diretamente ao congresso e aos temas por ele abordados, progressivamente levando ao público a posição do Movimento, os da RST parecem focar na ampliação de alianças, mas ainda sem uma linha de continuidade que permita fazer uma associação direta entre um e outro. Senão, vejamos. No primeiro editorial do ano, “América Latina, é preciso avançar” (RST, Ed. Nº 37, “Editorial”, 2007, p. 04), defende-se a necessidade de fortalecer a mobilização popular frente ao neoliberalismo, já que apenas a mobilização popular seria capaz de alterar a correlação de forças e efetivar conquistas. Já o da edição de maio/junho, intitulado “Reforma agrária, acadêmicos e corujas” (RST, Ed. Nº 39, “Editorial”, 2007, p. 04) vai de encontro à ofensiva conservadora da mídia e, sobretudo, da academia, frente às mobilizações de abril e à luta pela Reforma Agrária, defendendo a permanência da necessidade desta. Já o último editorial em análise aborda “O 5º Congresso Nacional do MST” (RST, Ed. Nº 40, “Editorial”, 2007, p. 04) e as modificações do campo. No texto, defendem-se mudanças no modelo de

desenvolvimento econômico do país e denuncia o domínio do capital internacional sobre a natureza, sendo o que mais se aproxima dos temas prioritários da atuação do Movimento naquele período.

O intento de ir além de uma mídia institucional e de construir a ideia de que as críticas, os desafios e mesmo as ações não se resumem ao Movimento Sem Terra pode ser constatado se olharmos os títulos dos trinta e um textos analisados. Isso porque, em geral, os títulos revelam o sujeito e a ação por ele realizada. No caso em questão, em apenas dois deles há referência direta ao MST (aqui se considerando referência direta a citação das palavras “MST”, “Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” ou mesmo “Sem Terra”). Não por acaso, a expressão “MST” é utilizada no momento da consagração da ação do Movimento, exposta no editorial e notícia diretamente relacionados ao 5º Congresso. O que ocorre é que, em algumas edições, o distanciamento é tanto que a linha política da revista parece não estar afinada à do próprio MST.

O que descrevemos até aqui aponta que a mídia passou a ter importância não só na divulgação das ideias, mas na conformação dos modos de agir do MST. Devemos ressaltar, ainda, a intensa preparação midiática do congresso, o que inclui o esforço de construir fatos noticiáveis. Como exemplo disso, temos a abordagem da organização e da dimensão do Movimento, fatores constantemente destacados. A criação do nome “Cidade de Lona”, que passou a designar o local do evento, é um exemplo disso. Essa “cidade” ganhou repercussão no jornal Brasil de Fato, em uma matéria que foi veiculada através do site do MST, na qual lemos:

O sistema de esgoto próprio da Cidade Lona já está integrado ao da cidade de Brasília. A cozinha foi conectada a uma caixa de gordura provisória que, por sua vez, está ligada à rede de esgoto da cidade. Como todo município que se preze, a Cidade de Lona terá corredores de acesso aos prestadores de serviços, corpo de bombeiros, ambulância, e amplo sistema de energia elétrica. Os acampamentos foram montados de modo a privilegiar a ventilação, com amplo espaço entre as famílias. (PEREIRA; LIMA, E. “Uma Cidade de Lona dentro de Brasília”, 2007)<sup>79</sup>

No especial “Uma cidade Sem Terra” (JST, N° 273, p. 10), o texto destaca que a “cidade de lona” recebeu uma população maior que 2.286 cidades brasileiras, de acordo com dados do IBGE. Os números publicados impressionam: 14,9 mil metros de lona, 50 caminhões pipa, 140 cozinhas, 500 educadores para acompanhar os “sem terrinha”. A capacidade de organizar tudo isso é creditada à experiência do MST, conferindo respaldo e legitimidade ao Movimento.

A própria organização do congresso preocupou-se com essa divulgação positiva quando publicizou, por exemplo, a Feira da Reforma Agrária, espaço que reuniu mostras da produção e da cultura popular de todos os estados representados no congresso. De acordo com o especial “Os frutos da terra que alimentam o povo brasileiro”, publicado em junho, a feira funcionou como

---

<sup>79</sup>

Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/848>>. Acesso: set. 2011.

mostra de “produção e diversidade”: “A proposta é mostrar para a sociedade que nós estamos produzindo.”, afirmou a militante do MST do Paraná, Joelma Gomes de Queiroz, coordenadora daquele espaço, utilizada como fonte na matéria citada (JST, Ed. N° 273, “Estados Especial”, 2007, p. 06-07). Relacionando cada ação à disputa com os inimigos da Reforma Agrária, o texto destacou a importância da diversidade de produtos para a soberania alimentar e o fato deles não serem produzidos com agrotóxicos.

A demonstração de apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é outro aspecto do congresso bastante noticiado pelo MST. Vê-se que essa é uma maneira não só de divulgar a organização, mas de referendá-la. A anuência de personalidades internacionalmente reconhecidas, como Fidel Castro, e de grupos e políticos locais, dentre eles o ex-governador Jackson Lago (PDT), são publicadas no site. As notas ou cartas de solidariedade também foram postadas. Na edição do JST de junho (“Solidariedade”, JST, Ed. N° 273, “Especial”, 2007, p. 10), um box foi dedicado à publicação de trechos de falas de apoiadores, dentre eles a do subcomandante Marcos, liderança do Exército Zapatista de Libertação Nacional; de Elizabeth Teixeira, das Ligas Camponesas; e, inclusive, do ex-presidente Itamar Franco, com o qual o MST não possui afinidade ideológica, o que nos leva a inferir que o depoimento dele favorável ao Movimento foi utilizado para ampliar o espectro de diálogo da organização. Por outro lado, há de se questionar os significados da valorização do apoio de um político bastante vinculado ao *status quo*, em um espaço de comunicação que objetiva construir uma ruptura com ele.

De modo geral, entretanto, vemos que a disputa ideológica foi trazida à tona em todas as produções, sendo mais explícita no Jornal Sem Terra. Ao longo do semestre, ele contribuiu para disseminar debates e para formar uma visão comum, embora excessivamente já fabricada e homogênea. Já do site, percebemos o esforço em ilustrar os posicionamentos através das histórias de vida e também de divulgar o próprio MST. Na produção da revista, por sua vez, notamos a opção de se abordar o congresso e as problemáticas por ele trazidas de forma tangencial, buscando-se fazer com que elas fizessem parte das diversas preocupações que atingem o público identificado com a esquerda, o qual também é envolvido como parte das discussões e ações abordadas.

Outra diferença pode ser percebida ao compararmos o Jornal Sem Terra e a Revista Sem Terra. Nesta, a problematização da situação dos movimentos sociais frente ao governo petista é bastante recorrente, enquanto que, no jornal, esse é um tema que não chega à tona. A revista encara o problema, por exemplo, através da seção “Entrevista”, a qual dá voz a outros sujeitos, para além do MST. Em uma delas, o professor do Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, análise o papel dos movimentos sociais e a conjuntura da luta de

classe no governo Lula. Ele aponta a fragilidade das lutas, a cooptação dos movimentos diante do “lulismo” e defende a necessidade da reorganização das lutas populares (RST, Ed. N° 37, “Entrevista”, 2007, p. 05). Em outra edição, a historiadora Virgínia Fontes também debate a conjuntura das organizações populares, no Brasil; defende a reorganização delas e a criação de um novo instrumento político. Fontes ainda aponta o avanço do governo, que então passava por uma reforma ministerial, rumo às contrarreformas, bem como os impactos decorrentes de seus posicionamentos para o mundo do trabalho (RST, Ed. N° 39, “Entrevista”, 2007, p. 05).

O silêncio em relação a esse problema, no caso do Jornal Sem Terra, não é efetivamente rompido, isso em um momento de debates sobre a esquerda, no país. Não custa lembrar que, em 2007, estava tendo início o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), após uma eleição bastante disputada com Geraldo Alckmin (PSDB), na qual, apenas no segundo turno, o Movimento Sem Terra e outros movimentos sociais declararam apoio ao candidato petista, apoio dado, de acordo com o integrante da Direção Nacional do MST, Gilmar Mauro, pois:

O MST, assim como os demais movimentos sociais, teve uma consciência de classe muito grande ao apoiar Lula no segundo turno. Porque não havia opção. Ou era Lula ou a possibilidade de retomada do projeto neoliberal através do Alckmin. Por isso achamos que era necessário sim tomar partido naquele momento. Agora, sendo bem franco, no primeiro mandato nós é que estávamos mal de representante. A elite estava bem. Tanto Lula quanto Alckmin desempenharam o papel de gestor da lógica capitalista perfeitamente. No caso de Lula, buscou-se o superávit através de grandes investimentos no agronegócio, e isso significa exportação de renda líquida, porque não tem impacto no desenvolvimento econômico. O ajuste fiscal interno beneficiou o grande capital financeiro às custas de parcos investimentos sociais, porque grande parte do orçamento público vai para o pagamento dos juros. Do ponto de vista do que se fez concretamente para os setores mais pobres, os resultados são pequenos. Em contrapartida, Lula não criminalizou os movimentos sociais e pelo menos manteve o diálogo. (MAURO, Gilmar. In: GLASS, Verena. Lema para o segundo mandato será ‘nenhum direito a menos’. Agência Carta Maior, 2006) <sup>80</sup>.

Conforme a avaliação de Gilmar Mauro, já então estava claro que Lula não mudaria a política econômica, por isso seria preciso que as pautas dos movimentos sociais fossem tratadas desde outro patamar a relação com o governo:

Isso terá que ser tratado como luta política, luta de classe, a ser feita com outros setores da classe trabalhadora. O nosso enfrentamento ao neoliberalismo será um enfrentamento de classe. Não temos força política pra mudar o modelo adotado pelo governo, mas o enfrentamento é uma construção que depende de um conjunto de articulações. Por isso temos que garantir o “nenhum direito a menos”. (MAURO, Gilmar. In: GLASS, Verena. Lema para o segundo mandato será ‘nenhum direito a menos’. Agência Carta Maior, 2006.)

Essa avaliação bastante crítica em relação ao Governo Federal encontra pouco eco no Jornal

<sup>80</sup>

Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/3151>>. Acesso: mar. 2012.

Sem Terra, que expressa uma visão mais amena em relação ao governo, como vemos no seguinte editorial: “Se antes era o Estado que administrava as áreas rurais controlando preços, créditos e outras questões, hoje são as grandes empresas que tentam mudar a forma de organização da produção no campo, promovendo alianças com o latifúndio.” (“Sem Terra discutem Reforma Agrária”, JST, Ed. N° 270, “Rumo ao 5° Congresso”, 2007, p. 11). Como vemos, o texto expõe uma perspectiva que se, por um lado, serve para deixar clara a contraposição ao agronegócio, por outro, retira a responsabilidade do Estado em relação ao crescimento do setor, o que, seguindo o entendimento apresentado no início deste capítulo, é uma leitura limitada dos atores envolvidos na construção da hegemonia do agronegócio e dos grupos ligados a ele, na sociedade brasileira.

Outro integrante da Direção do MST, João Paulo Rodrigues, esclarece como o Estado interfere na reorganização da produção no campo, com vistas ao favorecimento do agronegócio:

É uma combinação do público-privado, onde o estado entra com o financiamento, a infraestrutura, com as leis e a repressão policial e a iniciativa privada entra com o carimbo de suas inovações tecnológicas, em especial na área de eucalipto, de cana-de-açúcar, e mesmo das próprias sementes transgênicas”. (RODRIGUES, J. P., *apud* EGAS, 2008, p. 218-219).

O aumento da concentração da riqueza e, portanto, das desigualdades sociais é debatido no editorial “Os ricos estão mais ricos no governo Lula” (JST, Ed. N° 274, “Editorial”, 2007, p. 02), no qual se critica os limites da política assistencialista adotada pelo governo e se afirma que a mudança da realidade só poderá ocorrer se houver uma mudança radical na política econômica então levada a cabo. Além disso, destaca, ao finalizar o texto:

Precisamos ter no horizonte um projeto de desenvolvimento político, econômico e social que atenda os interesses e as necessidades do povo brasileiro para inserirmos a luta pela Reforma Agrária. Queremos sim construir um Brasil com soberania e justiça social, no lugar desse Brasil que procura perpetuar a riqueza nas mãos de 0,07% da população e relega dois terços dos brasileiros à condição de pobreza. (“Os ricos estão mais ricos no governo Lula”, JST, Ed. N° 274, “Editorial”, 2007, p. 02).

Importante considerar essa relação porque a Reforma Agrária, para ser viabilizada, necessita de ações do Estado, por isso o grau de pressão que o Movimento direciona a ele é fundamental para percebermos o quão contra-hegemônica pode vir a ser sua atuação. Além disso, durante o 5° Congresso, detalharemos a seguir, a relação com o governo estava na pauta das discussões da mídia e da sociedade em geral, portanto seria de se esperar que as publicações do MST abrissem espaços para essa discussão, o que foi feito de forma parcial, de acordo com as lógicas de produção e os públicos a que se voltam. Se for correto que apenas com o acúmulo de forças essa correlação poderá ser superada, conforme defende Rodrigues (*apud* Egas, 2008, p. 223), para chegar a ele, o debate sobre a conjuntura enfrentada pela esquerda brasileira deverá ser abertamente realizado. Os meios

de comunicação do Movimento, por sua vez, podem forjar-se como espaços privilegiados para isso.

### 3.2. Trabalhadores e produtores

Tais espaços são privilegiados por não estarem submetidos às lógicas e interesses que norteiam os meios de comunicação hegemônicos e por terem a possibilidade de expressar visões de mundo vinculadas às classes ora subalternas. Mas não só. A potencialidade deles também reside no que podem vir a significar de mudança na cultura política da militância, através da apropriação dos temas por eles abordados e das técnicas de produção, portanto da superação da “lógica do espetáculo” (ver p. 89) e de determinada divisão social do trabalho.

Essa divisão se torna efetiva a partir do momento em que se opera uma segregação entre o trabalho material e o trabalho espiritual, de tal modo que são forjadas duas categorias de indivíduos dentro da mesma classe: “Uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que teorizam e fazem da elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua substância principal), ao passo que outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos e dessas ilusões” (MARX, 1998, p. 49), oposição que pode gerar uma cisão dentro dessa mesma classe.

Ao contrário, um projeto de transformação radical da sociedade não deve naturalizar o fato de que a apenas alguns seja dada a possibilidade de refletir e produzir conhecimento, até mesmo porque, seguindo o entendimento do materialismo histórico, o pensamento dos indivíduos, ao se constituir de modo distinto da prática realmente existente, resultaria em uma série de teorias apartadas das condições históricas objetivas, sendo incapaz de impulsionar o desenvolvimento da vida material concreta. “Além disso, a divisão do trabalho implica também a contradição entre o interesse do indivíduo isolado ou da família isolada e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantêm relações entre si” (MARX, 1998, p. 28).

Para abolir a dominação, portanto, é preciso superar a fixação das atividades sociais, permitindo que homens e mulheres exerçam, por exemplo, as tarefas de agricultores ou de jornalistas, sem se fixarem em nenhuma delas. Tal preocupação é recorrente nos estudos sobre comunicação alternativa ou comunitária. Mario Kaplun (1996), por exemplo, considera que, em uma prática comunicativa que vise à educação dos sujeitos envolvidos, deveria ser vivenciado um processo no qual haveria “[...] *no más emisores y receptores sino EMIRECS; no más locutores y oyentes sino inter-locutores.*” (1996, p. 70). Downing (2002) advoga a existência, no que chama de mídias radicais, de uma audiência ativa, isso é, de um público que também elabora suas mensagens.

Já Peruzzo (2004) afirma que há várias formas de participação popular nessas mídias, desde aquelas limitadas à simples feitura de mensagens até processos mais vastos, relacionados não só à

produção, mas à concepção, planejamento e gerência política delas. A autora avalia que um maior envolvimento ocorre quando o participante não só produz, mas também discute o meio de comunicação, opinando, escolhendo, discutindo e produzindo, isso é agindo ativamente.

No capítulo anterior, ao discutirmos os documentos do MST, vimos que alguns deles expressam o imperativo de fazer com que todos os trabalhadores passem também a ser produtores de comunicação e de informação, rompendo com a sujeição deles ao papel de receptores do processo comunicativo. Entretanto, diversos fatores nos levam a concluir que, durante o 5º Congresso do MST, essa ruptura permaneceu sendo mais um objetivo a ser alcançado que uma experiência vivenciada. Se não, vejamos.

As autorias dos textos analisados revelaram o precário envolvimento da diversidade de militantes que compõem o MST em sua produção jornalística. No site e no jornal, poucas matérias são assinadas. Naquelas em que os autores são explicitados, há o predomínio da produção por parte de jornalistas profissionais que são contratados ou que colaboram voluntariamente com o Movimento. Também constatamos a presença de textos escritos por integrantes da Direção Nacional do MST, mas não localizamos a assinatura de nenhum militante da “base” – que, aliás, pouco aparece como fonte das notícias. Já na Revista Sem Terra, a situação é ainda mais aguda. Considerando-se as seções escolhidas para nosso estudo, vimos que todos os textos de “Entrevista”, “Política”, “Economia”, “MST” e “Estudo” são assinados ou por dirigentes nacionais ou por jornalistas que trabalham com o MST.

As respostas ao questionário que aplicamos junto a quinze atuais integrantes do Setor de Comunicação do Movimento Sem Terra confirmam a especialização e divisão do trabalho ocorrida durante o congresso. Dentre aqueles que participaram diretamente das atividades de comunicação do encontro, tivemos a seguinte distribuição de tarefas:

ATIVIDADE	GRUPO I (Número de citações)	PERCENTUAL
Rádio Brasil em Movimento	IIII	41,6%
Assessoria de imprensa	III	25%
Audiovisual	I	8,3%
Agitação e Propaganda	I	8,3%
Marcha (citada por um militante como tarefa de comunicação)	I	8,3%
Mística	I	8,3%

Tabela 1 - Atividades desenvolvidas pelos integrantes do Setor de Comunicação do MST, durante o 5º Congresso Nacional.

Não houve uma única referência à produção dos materiais impressos do Movimento. Mesmo

em atividades com alguma participação desses militantes, como a assessoria de comunicação, a divisão de tarefas entre especialistas e não especialistas foi perceptível, pois estes foram encarregados de monitorar a mídia e acompanhar os jornalistas, enquanto àqueles coube a produção de *releases*, dentre outras ações.

Como vemos na tabela, a participação da militância ocorreu majoritariamente na produção da rádio poste, cuja programação variada acolheu programas feitos por crianças, mulheres e até pelos cozinheiros do evento. A diferença de suportes também contribui para essa conformação, visto que a linguagem falada é mais acessível à população em geral que a escrita. Conforme explica o jornalista e militante do MST, Igor Felipe: “Os limites da participação na comunicação do MST são os limites gerais da militância do MST. Boa parte da nossa militância teve experiência concreta com rádio, desde os assentamentos, desde os acampamentos, até porque tem a questão da linguagem oral, por isso tem um gosto até por esse tipo de comunicação.”<sup>81</sup>. Para ele:

Esse é um desafio, porque a participação da militância em nossas frentes depende muito de onde ela está inserida no seu cotidiano, da tarefa concreta que ela tem no seu espaço. Então, as pessoas que vieram trabalhar em assessoria, elas atuavam em assessoria no seu espaço, mas não necessariamente elas faziam só aquilo, ou tinham uma formação de jornalista para exercer as atividades, não necessariamente realizam todas as tarefas formais de uma assessoria de imprensa, como nós realizamos a nível nacional. Por isso os grandes momentos do Movimento também são grandes espaços de formação, porque às vezes esse assessor de imprensa, ou a pessoa que também exerce essa função, quando participa de uma ação como essa, toma contato com o conjunto de atividades que da assessoria de imprensa a gente faz, com o clipping, com o termômetro, com a forma de atendimento, com o envio dos *releases*, os telefonemas. Então eu acho que tem esse processo de formação das equipes. É bastante heterogêneo e é muito rico, exatamente por isso é muito rico. (FELLIPE, Igor. 2011).

A atuação dos profissionais formados não é, por certo, um problema. Muitos deles, inclusive, possuem uma relação de militância orgânica junto ao MST ou a outras organizações políticas. Ademais, consideramos que o jornalista, que é um trabalhador, também deve contribuir para difundir valores contra-hegemônicos e organizar a luta social, valendo-se do importante papel de mediador que desempenha atualmente. O que problematizamos é a ausência de outros sujeitos nessa produção, algo que comprova a dificuldade de se efetivar as propostas apresentadas nos documentos do Movimento e de superar o lugar de espectador conferido historicamente aos setores mais pauperizados.

A participação na produção das ações de comunicação, conforme observamos ao analisar especificamente a rádio livre produzida pelo MST no Ceará (MARTINS, 2009), permite a integração dos produtores ao universo do Movimento e, com isso, a organicidade e a renovação da

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida à autora em novembro de 2011.

militância. Ela, o que é fundamental, também possibilita o conhecimento mais aprofundado dos fatos e discussões, contribuindo com a reflexão e, potencialmente, com a desconstrução dos valores dominantes, algo essencial para a construção de uma contra-hegemonia.

Vale ressaltar que, seguindo o entendimento gramsciano, não há como existir uma ação consequente e unificada, sem que se tenha uma concepção nova e integral de mundo partilhada entre os integrantes de determinado grupo. Isso se dá através da construção e afirmação ideológica, para as quais coopera decididamente o que o filósofo sardo conceituou como intelectual orgânico, sujeito forjado pela própria classe e que promove maneiras de pensar. Esse papel pode ser ocupado por todos os homens e mulheres, pois todos são intelectuais, já que não há atividade humana desprovida de pensamento, embora existam graus variáveis de atividade intelectual (GRAMSCI, 1989, p. 07-08).

De acordo com Gramsci, “No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.”, o que ele afirmou ter buscado realizar através do periódico *Ordine Nuovo*. Hoje, essa afirmação permanece atual. Com o avanço tecnológico e certa midiatização da sociedade, apropriar-se das tecnologias é tarefa premente para os sujeitos políticos. Além disso, o estado das técnicas e o estado da política não estão apartados, ao contrário. Segundo Milton Santos (2001, p. 142): “A história fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação.”

No quadro atual, as técnicas das quais dispomos, fruto da combinação da informática e da eletrônica, “[...] oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e paralelamente admitem a proliferação novos arranjos, com a retomada da criatividade.” (SANTOS, 2001, p. 165). Nesse sentido, os sistemas técnicos atuais, embora criados no bojo da industrialização e do imperialismo, podem ser radicalmente alterados e recriados para objetivos outros. As tecnologias podem deixar de ser usufruídas pelo capital, para passarem a servir aos homens e ao processo de transição social:

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. (SANTOS, Milton. 2001, p. 85).

Apesar de tamanha potencialidade, temos que considerar que não foi para os movimentos sociais que a maior parte da tecnologia, ou mesmo toda ela, foi urdida. Por isso, alcançar esse estágio de domínio da técnica para utilizá-la em prol de outras finalidades, superando e reconvertendo as lógicas internas do próprio avanço tecnológico, ainda é uma tarefa posta para os

movimentos sociais. Tal problemática veio à tona nos questionários da militância do MST, através dos quais parte dela informou que a maior deficiência percebida nas ações de comunicação do 5º Congresso esteve vinculada à deficiência na formação técnica e na falta de equipamentos:

DEFICIÊNCIAS PERCEBIDAS	GRUPO 1 (Militantes que participaram das atividades de comunicação)	GRUPO 2 (Atuam na comunicação, mas que integravam outros setores em 2007)	PERCENTUAL
Deficiência na formação técnica	III	II	33,33%
Pouca participação da militância	I	III	26,66%
Falta de equipamentos	I	II	20%
Faltou divulgar mais a diversidade cultural e das experiências	-	II	13,33
Preparação das equipes poderia ser antecipada	I	-	6,6%

Tabela 2 – Deficiências percebidas na comunicação do 5º Congresso Nacional.

É interessante perceber, no entanto, que o principal avanço considerado pelos militantes foi a organização da Brigada de Audiovisual da Via Campesina e, através dela, a feitura do primeiro filme produzido totalmente pelo MST, o “Lutar Sempre”, de vinte e cinco minutos de duração, bem como a produção da Rádio Brasil em Movimento, conforme apresenta a tabela abaixo:

AVANÇOS PERCEBIDOS	GRUPO 1	GRUPO 2	PERCENTUAL
Fortalecimento da Brigada de Audiovisual e produção do filme “Lutar Sempre”	IIIIII	I	21,21%
Produção da Rádio Brasil em Movimento	IIII	II	21,21%
Fortalecimento do Setor de Comunicação, com maior envolvimento da militância	III	II	15,15%
Visibilidade ao MST ou à capacidade de organização dele	I	III	12,12%
Pautar a imprensa, contrapondo-se às matérias da grande mídia	III	-	9,09%
Fortalecimento da produção de meios próprios	-	II	6,06%
Circulação interna de informações	I	I	6,06%
Visibilidade ao Congresso	I	-	3,03%
Fortalecimento das ações de agitação e propaganda	I	-	3,03%
Registro das atividades	I	-	3,03%

Tabela 3 – Avanços percebidos na comunicação do 5º Congresso Nacional.

Os resultados mostram a ambivalente relação do Movimento com as técnicas. Se, por um

lado, permanecem as dificuldades de ter acesso integral às tecnologias de informação e comunicação, por outro, fato é que o patamar de contato com elas já não é o mesmo dos anos 80 e 90, quando era difícil acompanharmos uma rádio que, todos os dias, levava programação própria, ao vivo, aos moradores da “cidade de lona”, assim como praticamente impensável assistirmos através da internet ou dos DVDs do MST, a um filme produzido por trabalhadores rurais. Diante disso, inferimos que há um processo em andamento, no sentido de possibilitar a ampliação do acesso à tecnologia e até mesmo das técnicas jornalísticas, conforme já ressaltamos neste trabalho, o que mostra possibilidades de superação da divisão do trabalho que condiciona alguns à reflexão e outros à reprodução dela.

O que a tabela acima apresenta, ademais, é que um processo semelhante não é percebido no que tange ao acesso aos meios de comunicação hegemônicos. O aumento da visibilidade do MST e do Congresso na mídia ocupam patamares inferiores aos registrados na produção do filme e da rádio, ainda mais se somarmos as referências à produção de meios próprios. A relação com os meios tradicionais continua sendo pensada desde uma ótica negativa: trata-se de acompanhar os jornalistas para evitar que façam distorções ou de conseguir espaços para apresentar uma contraposição ao discurso hegemônico. Isso mostra que o desenvolvimento das tecnologias não tem sido acompanhado pela ampliação do pluralismo ou da participação dos distintos segmentos da sociedade nos meios que conseguem chegar a um maior contingente populacional. Diante disso, o MST tem buscado incidir nesses meios através de sua assessoria de comunicação, assunto do próximo tópico deste trabalho, no qual trataremos dessa ação e das relações e disputas estabelecidas com os meios hegemônicos, no contexto do 5º Congresso.

### **3.3. A luta de Davi contra Goliás no campo da comunicação**

O MST, de acordo com o que apreendeu Isabela Vargas (2006), ao pesquisar o agendamento do que foi intitulado pelos meios de comunicação hegemônicos como “Abril Vermelho”, também constrói diálogos com a mídia tradicional. No caso que ora analisamos, temos exemplos claros disso, como a realização de um “lançamento” do 5º Congresso, bem como de ter sido organizada uma agenda de imprensa e efetivada toda uma preparação junto aos dirigentes, já durante o evento. De acordo com um dos coordenadores da equipe de assessoria de imprensa do MST, a preocupação de pautar a imprensa massiva é bem compreendida pelo Movimento, pois no interior dele:

Há a compreensão de que, enquanto movimento social e enquanto classe trabalhadora, a gente tem que trabalhar na perspectiva de construir os nossos próprios veículos de comunicação, tem que ter autonomia nessa área, não podemos depender da classe inimiga.

Mas sabemos que a maior parte da compreensão da sociedade e da aquisição de informações, de que a disputa de hegemonia passa pelos meios de comunicação. Então, a gente trabalha nossa assessoria de imprensa nessa perspectiva, pensando em como aproveitar as contradições da grande imprensa – que existem; como a gente consegue diminuir, minorar, enfrentar e combater os ataques que a grande imprensa pode fazer ao Movimento – e faz; e como a gente pode tentar pautar temas importantes para o Movimento. De certa forma, a gente tem conseguido obter, nessas três faixas, resultados positivos. Agora, a gente não pode ter a compreensão de que a gente vai conseguir dialogar com a sociedade por esses meios de comunicação, embora tenhamos conseguido alguns espaços, diminuir alguns ataques. (FELLIPE, Igor. 2011).

Embora os documentos do Movimento analisados anteriormente apontem certa descrença em relação ao diálogo com os meios de comunicação tradicionais, internamente, o exercício da assessoria tem sido cada vez mais desenvolvido. Já relatamos aqui a existência de profissionais destacados permanentemente para essa tarefa nos escritórios do MST em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como o fato de, nos demais estados, militantes ou colaboradores assumirem a função de Assessor de Comunicação ou de Relações Públicas, mantendo um canal permanente de diálogo com a imprensa.

A assessoria de comunicação do MST tem um expediente de trabalho bastante complexo. Vale-se de diversos instrumentos, seguindo, em geral, as rotinas das assessorias tradicionais. Assim, são utilizados: *releases* (distribuídos por *e-mail* e reforçados através de contatos telefônicos); *clipping* de notícias relacionadas ao Movimento ou a pautas de interesse deste; *kit* informativo e o chamado “Termômetro”, que consiste em uma análise da cobertura da imprensa referente ao MST, uma avaliação de tendências que já chegou a ser produzida diariamente, mas que atualmente é feita em momentos de crise ou durante grandes ações, como no caso do 5º Congresso, para orientar quais são as linhas gerais da imprensa na cobertura dos fatos.

Esse aprendizado técnico adveio de cursos de capacitação realizados pelo Movimento, bem como do contato com a empresa Máquina da Notícia<sup>82</sup>, parceria iniciada a partir da proposta de uma das donas da empresa que trabalhou junto à comunicação do Movimento ainda na década de 80, e se dispôs a contribuir através da capacitação dos profissionais e militantes do MST, em 2006. Assim, segundo Igor Fellipe (2011), “A nossa assessoria parte de um acúmulo geral das assessorias de imprensa, não é uma invenção. E, nesse período, a gente tem tentado adaptar esses instrumentos às demandas de um movimento social, no caso, do MST.”. Além disso, há o esforço de capacitar a militância para que tais instrumentos sejam utilizados em todos os estados nos quais o Movimento está organizado.

Através do documento “Planejamento da assessoria no Congresso” (MST, 2007c), cedido

<sup>82</sup> “O Grupo Máquina é uma agência de relações públicas estruturada para prover soluções em comunicação com alto valor agregado para o posicionamento de seus clientes na sociedade.”. Mais informações em: <<http://maquinadanoticia.com.br>>. Acesso: mar. 2012.

pela jornalista Maria Mello, coordenadora, assim como Igor Fellipe, da assessoria de comunicação do 5º Congresso, conhecemos as estratégias delineadas e os modos de organização da equipe responsável por essa tarefa, desde o momento de preparação do congresso, quando deveriam ser realizados: 1. Redação de perguntas/respostas para porta-vozes, a partir da linha de imprensa; 2. Articulação da redação de artigos assinados pelos dirigentes nos estados, a fim de oferecer à grande imprensa para publicação; 3. Preparação do kit de imprensa para subsídio dos jornalistas; 4. Preparação do kit de imprensa internacional e encaminhamento da tradução para inglês, espanhol e francês, se possível; 5. Envio de *releases* na semana anterior ao congresso, através dos quais deveriam ser informados os contatos da assessoria; 6. Redação de análise da atuação da imprensa no período anterior ao encontro para orientar as ações da assessoria durante a atividade; 7. Realização de uma reunião das equipes de comunicação.

A preparação foi tão detalhada que até mesmo os horários para imagens e para entrevistas foram estabelecidos. Já durante o congresso, dever-se-ia 1. Atender a imprensa nacional e internacional; 2. Redigir diariamente o termômetro; 3. Realizar “[...] entrevista coletiva para dar as linhas gerais da atividade, pautar a disputa de projetos na agricultura e esclarecer à sociedade por que o agronegócio impede o processo de Reforma Agrária.” (MST, 2007c, p. 01); 4. Realizar conversa com jornalistas, articulistas e colunistas que seriam escolhidos “a dedo”. Isso tudo em diálogo com os objetivos gerais do Movimento, tanto que o documento propôs que os artigos dos dirigentes tivessem como “gancho” não apenas o congresso, mas que trouxessem “[...] no conteúdo, discussão de modelo agrícola, efeitos do agronegócio e esclarecer à sociedade porque o agronegócio impede concretamente o processo de Reforma Agrária, usando exemplos regionais.” (MST, 2007c, p. 01). O principal deles, de autoria de João Pedro Stédile, foi publicado pela Folha de São Paulo. Nele, o dirigente do MST anuncia:

O 5º Congresso Nacional do MST é realizado num momento especial da nossa história, quando o país precisa de um modelo agrícola que aponte para a geração de emprego, distribuição de renda e acesso à educação para as famílias do meio rural. Aí está o significado de uma verdadeira reforma agrária, com justiça social e soberania popular: todo cidadão brasileiro deve ter direito a terra, emprego e renda. Precisamos de uma nova organização da agricultura, com prioridade à produção de alimentos para o mercado interno, usando técnicas agrícolas que respeitem o ambiente e preservem a saúde dos consumidores. Para isso, deve estar submetida aos interesses da sociedade, não apenas ao lucro de grupos financeiros. Em mais de 20 anos, passamos por momentos importantes da vida do povo. Militamos pela redemocratização e ajudamos a preservar o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Resistimos às privatizações e denunciemos os efeitos do neoliberalismo desde a era FHC. Ajudamos a eleger uma candidatura historicamente comprometida com a luta contra o latifúndio. (STÉDILE, J. P. “Reforma Agrária, por justiça e soberania alimentar”. Folha de São Paulo, 11/06/2007).

A coordenação política das ações de comunicação esteve a cargo de integrantes da Direção

Nacional do Movimento Sem Terra. Dessa instância veio a deliberação de se abrir o congresso para que os jornalistas vissem as discussões, fato que não ocorrera nos demais espaços do Movimento. Assim, uma parte do ginásio em que aconteceram as plenárias foi reservada para os jornalistas, que também eram acompanhados em suas visitas aos demais ambientes do congresso. Tudo para minimizar possíveis distorções e buscar modificar certa leitura do MST, conforme explica Fellipe:

Porque, na verdade, na maioria das atividades não tem nada muito secreto. Eu costumo dizer que o que tem de mais secreto no Movimento é onde vai ser ocupada a terra; onde vai ser o ato contra o agronegócio. As outras atividades políticas do Movimento, em geral, **são atividades de relação com a sociedade, de diálogo com a sociedade**. É sempre um mito muito grande de que ‘o MST é uma caixa preta’, ‘as pessoas não sabem o que discutem’... No dia a dia, o que se vê é que não tem nada desse segredo todo, mesmo as grandes linhas do Movimento. Então, isso foi super importante. Tem gente dentro do Movimento que acaba nutrindo essa ideia de que temos que fazer tudo fechado, com sigilo. São formas de ver o Movimento, e tem questão de segurança mesmo. Mas bem, isso nos ajudou muito. As pessoas queriam ver o acampamento. (FELLIPE, Igor. 2011, grifo nosso).

Alinhada às diretrizes estabelecidas pela Direção Nacional para o congresso, a assessoria de comunicação elaborou perguntas e respostas para os dirigentes, ação de *media training* que objetivava capacitá-los para o contato com a imprensa, evitando, com isso, que declarações pudessem ser utilizadas para prejudicar o Movimento, mostrar divergências internas, etc. Três das perguntas<sup>83</sup> abordam a designação do MST como movimento violento, o que mostra a permanência da disputa por representações sociais construídas pela mídia. Do conjunto delas, contudo, sobressaem duas questões centrais para os enfrentamentos então feitos: a relação do Movimento Sem Terra com o governo Lula e a “mudança de foco” para o ataque ao agronegócio. As respostas vão ao encontro do que percebemos na análise de conteúdo das publicações do Movimento: reforço à tese de que há uma mudança na agricultura, com a ampliação da presença do capital internacional; denúncia do agronegócio como ambientalmente insustentável; e defesa da soberania alimentar e da permanência da necessidade da Reforma Agrária no Brasil.

Quanto à relação com o governo, já na análise dos materiais de comunicação do Movimento, vimos que há diferenças no modo de pautar o tema. Enquanto a Revista Sem Terra o aborda com

<sup>83</sup> As perguntas foram: 1- Qual o papel do Congresso do MST? ; 2- Qual a proposta do MST para a agricultura; 3- O MST elevou as críticas ao governo Lula. Houve um rompimento? ; 4- O MST não apoiou o governo Lula no 2º turno? ; 5- Qual é a avaliação do MST sobre a gestão do governo Lula em relação a Reforma Agrária? ; 6- Como o MST avalia a permanência do ministro do Desenvolvimento Agrária? ; 7- Por que o MST mudou de foco e ataca agora o agronegócio e as empresas transnacionais? ; 8- Por que o MST é contrário ao agronegócio? ; 9- Por que o combate às empresas transnacionais da agricultura? ; 10- As ações do MST não são violentas? ; 11- Como vocês vêem a possibilidade de enquadramento do MST na lei anti-terrorismo, em discussão no Congresso Nacional? ; 12- Por que o MST é contra o acordo entre Brasil e Estados Unidos na produção de agrocombustíveis, como o etanol? ; 13- Mas o MST não está produzindo matéria-prima para biocombustível em alguns assentamentos pelo país, como no Rio Grande do Sul e São Paulo? ; 14- As pesquisas demonstram que a sociedade está contra o MST e as ocupações, principalmente depois da ocupação da Aracruz. O que vocês acham disso? (MST, “5º Congresso do MST 2007. Perguntas/respostas para porta-vozes”. 2007d).

mais profundidade, problematizando a relação dos movimentos sociais com ele e o significado dele na conjuntura atual, o Jornal Sem Terra pouco o aborda, citando-o apenas quando reclama a necessidade da Reforma Agrária. As perguntas e respostas analisadas neste momento, entretanto, mostram que essa relação constava na pauta das discussões.

Igor Fellipe (2011) diferencia a abordagem dada pela imprensa tradicional e pelos meios do MST ao afirmar que: “A visão de política da imprensa é sempre pró ou contra governo. Se a gente for se posicionar a partir da régua da imprensa, é muito mais fácil.”. Questionado se essa postura não significaria furtar-se ao debate sobre essa relação, o jornalista argumenta:

Eu nunca vi no Movimento uma preocupação de preservar o governo. Agora, a gente não pode cair no falso dilema, na nossa avaliação, que a esquerda vivia e vive hoje, que é ser contra ou pró-governo, porque, na luta de classes, o referencial não pode ser o governo. Também é o governo. Não dá para pegar a parte pelo todo. Agora, no diálogo com a sociedade e, além disso, no diálogo com as nossas forças aliadas, com aqueles que nos dão suporte político, nós temos que ter essa preocupação, porque temos aliados que são pró e contra governo, porque **o referencial é a luta de classes**. Então, nossa preocupação era, a partir daquele momento, reposicionar a esquerda na luta de classes. A preocupação é: nós precisamos dialogar com a sociedade, com a classe trabalhadora. Agora, temos que buscar a melhor forma. No Governo Fernando Henrique, a melhor forma era “bater” no governo, porque ele era o símbolo de tudo aquilo. Agora, na nossa visão, hoje, é mais complexo, o que significa que nós não vamos aliviar para o governo. (FELLIPE, Igor. 2011, grifo nosso).

A questão, de acordo com a leitura da hegemonia que construímos neste trabalho, deve ser vista de uma forma mais articulada. Por um lado, não há como disputar a hegemonia sem questionar o Estado e os governos que momentaneamente o ocupam. Não se trata apenas de mudar “régua”, mas de perceber a centralidade do Estado para a luta de classes. Tomando o caso do crescimento do agronegócio no Brasil, vimos como a ação do governo tem sido fundamental para possibilitá-lo, seja através de incentivos fiscais, da alteração da legislação, da acolhida de seus representantes em cargos do alto escalão ou mesmo do silêncio diante das críticas dos movimentos sociais. Ademais, se o objetivo de uma ação contra-hegemônica é, em última instância, a tomada do poder, não há como não problematizar aqueles que o ocupam. Furtar-se a fazer esse debate ou travá-lo de forma minimizada só ampliam as contradições e abrem espaços para os questionamentos, criando um “teto de vidro” por sobre as críticas feitas.

Por outro lado, é inegável a redução desse debate pela grande imprensa. No caso em análise, o fato do presidente Lula não ter sido chamado para participar do 5º Congresso foi o mote utilizado para questionar a relação do Movimento com o governo petista. A Folha de São Paulo, por exemplo, publicou matéria, de autoria de Eduardo Scolese, com o título “Lula não é convidado para congresso do MST” (FSP, 12/06/2007). Nela, sem que fontes fossem citadas, lemos: “A avaliação dos coordenadores do MST é que, com um microfone em mãos, o petista tem tudo para empolgar os

sem-terra e, ao mesmo tempo, colocar em risco o tom crítico que o congresso quer ter em relação ao governo.”. Toda a matéria trata da relação entre Lula e o MST. Inclusive, o trecho do discurso de Marina dos Santos, única fonte citada no texto, aborda a mesma questão. As demais discussões do congresso ficaram restritas a duas frases do último parágrafo: “[...] o MST quer denunciar o avanço conjunto do latifúndio, do capital financeiro e das empresas transnacionais no campo. Para isso, montou uma megaestrutura no centro de Brasília para receber os integrantes.” (SCOLESE, E. “Lula não é convidado para congresso do MST”, FSP, 12/06/2007).

Já O Estado de São Paulo apresentou, no dia 12 de junho, duas matérias sobre o 5º Congresso do MST. A primeira, que pode ser considerada positiva para o Movimento, teve como título “Sem-terra armam cidade de lona perto do Planalto”. Ela trouxe informações diversas sobre a estrutura do congresso, uma abordagem que foi ao encontro daquela proposta pela assessoria de imprensa do MST. Além da estrutura, destacou a existência de uma escola itinerante com quinhentos professores; a doação de livros da Editora Expressão Popular para todos os participantes; a Feira da Reforma Agrária, etc. Um assentado foi utilizado como fonte, em parágrafo bastante distinto do que costumamos ler sobre o assunto: “O aroma de comida que desprenhia dos painéis despertou o apetite do assentado Luís Beltrame, de 98 anos - o mais velho congressista. Ele viajou de ônibus do interior de São Paulo e, apesar da idade, espera ter disposição para participar do próximo, em 2012. Vou ter mais de 100, mas saúde eu tenho.” (TOMAZELA, “Sem-terra armam cidade de lona perto do Planalto”, OESP, 12/06/2007).

A outra notícia, contudo, trouxe como título: “MST veta presença de Lula em seu congresso nacional”. Assim como a anterior, foi assinada pelo jornalista José Maria Tomazela, da sucursal de Brasília. Nesta, ele apresentou afirmações de um dos dirigentes do Movimento, Vanderlei Martini, que abriram as portas para a polêmica sobre a ida ou não de Lula. Vejamos o texto:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendia comparecer ao 5º Congresso Nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), que começou ontem, em Brasília, mas foi vetado pelos líderes do movimento. O dirigente nacional Vanderlei Martini disse ao Estado que a Casa Civil acenou com a possibilidade de o presidente ir ao ginásio Nilson Nelson, onde se realiza o Congresso, mas a coordenação recusou.

“A conexão foi feita pelo secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, e pelo ministro Tarso Genro, da Justiça”, contou Martini. “Nós respondemos que o principal objetivo não era receber ou ser recebido pelo presidente, mas discutir a reforma agrária.” Foi dito aos dois que, se Lula quisesse, uma comissão do MST poderia ir até ele depois do congresso. Procurados, os ministros não foram encontrados.

Com essa posição, o MST pretende se distanciar de um de seus principais aliados. O descontentamento com o governo será manifestado numa carta a ser entregue ao presidente quinta-feira. O texto ainda será definido durante os debates, mas Martini adiantou que a mensagem conterà críticas duras como jamais Lula ouviu do MST.

Ao ser indagado se o movimento vai romper com o governo, ele disse que é o presidente que se afasta dos movimentos sociais. “Não é o MST que está rompendo. O que se deve perguntar é por que o governo Lula está se afastando do povo e, cada vez mais, se aproxima

do agronegócio e dos banqueiros.”. O líder contou que entre militantes há grande desapontamento com o governo. “O sentimento é de decepção. São mais de 350 mil famílias só do MST que continuam acampadas. O governo Lula sabe que está devendo ao MST.”. Ele afirmou que até o ex-presidente Fernando Henrique, que tratava o MST como “inimigo”, assentou mais. “Foram 130 mil famílias assentadas nos últimos quatro anos de FHC e apenas 86 mil em período igual de Lula.”.

Na abertura do Congresso, à noite, a dirigente Marina dos Santos, acusou o governo de dar prioridade ao capital internacional em detrimento das reformas que poderiam melhorar a distribuição de renda. Ela disse que o governo mantém a política de seguir à risca as regras internacionais e nada faz contra os “privilégios e interesses das elites”. (TOMAZELA, “MST veta presença de Lula em seu congresso nacional” OESP, 12/06/2007).

As afirmações repercutiram através de agências de notícias e de outros meios de comunicação, todos de grande audiência. No dia seguinte, 13 de junho, o editorial do jornal O Estado dedicado ao Movimento sintetizou a opinião do periódico frente aos temas das duas matérias do dia anterior. “Um show de eficiência do MST” é o título dele, no qual as dimensões do encontro do Movimento, antes elogiadas, foram tratadas de forma negativa. Diversos questionamentos quanto à origem dos recursos para a montagem da estrutura foram feitos. Coroando o texto, a problemática da participação do presidente:

Mas há outra inequívoca demonstração de força desse movimento. Trata-se da frustrada intenção do presidente de comparecer ao conclave. A “visita” presidencial foi, simplesmente, “vetada” pelos líderes do MST.

O incidente nos sugere duas reflexões. Primeiro, parece inacreditável que um chefe de Estado e governo se disponha a prestigiar, com sua presença, uma entidade que se recusa a entrar na legalidade, para não assumir responsabilidades diretas - civis, tributárias, ou de qualquer ordem - ou a obrigação de prestar contas, nos Tribunais de Contas e outras instâncias, das verbas públicas que recebe por meio de entidades intermediárias “laranjas”, estas devidamente registradas. Segundo, pode parecer até uma despropositada arrogância os líderes do MST dispensarem a visita de um presidente da República - mesmo que se disponham a trocar tal visita por uma ida em comissão ao Planalto. Seria o caso de indagar o que provoca esse tipo de mágoa dos emessetistas com o “companheiro”, ao qual jamais deixaram de dar apoio político-eleitoral. Seria o fato de o presidente da República não ter aceitado a exigência, do MST, de que modifique inteiramente a política econômica do governo? Ou seria uma objeção à sua política ambientalista - já que as questões atinentes à reforma agrária, propriamente dita, parecem, nesta altura, ser as que menos interessam ao MST? (“Um show de eficiência do MST”, OESP, “Editorial”, 13/06/2007).

De acordo com Igor Fellipe, internamente, a questão da participação de Lula estava resolvida: ele não iria. Todavia, a entrevista de Vanderlei Martini, repleta de afirmações “atravessadas”, resultou em uma abordagem distante do que esperava o Movimento, que visava a dar ampla repercussão ao Programa Agrário apresentado no congresso: “O que a gente queria ali? A gente queria pautar o nosso Programa Agrário. O nosso Programa Agrário é um programa de combate ao agronegócio. A gente queria pautar o nosso Programa de Reforma Agrária Popular, que ali se cristalizou, o que era uma novidade do Congresso.”, afirma Fellipe (2011), lamentando a mudança na rota pretendida para a cobertura jornalística.

Outra dificuldade para alcançar o objetivo de pautar o Programa Agrário foi a interpretação dada pela imprensa às mudanças no campo, problemática abordada por João Pedro Stédile em uma coletiva organizada pela assessoria do MST:

[...] a gente queria pautar o nosso Programa de Reforma Agrária Popular. E eu lembro que teve muita polêmica na cobertura. A gente fez uma coletiva de imprensa, um café da manhã com o João Pedro [Stédile]. E ele deu uma aula de Reforma Agrária! Na hora da coletiva, só foram os *tops* da imprensa. E o João Pedro deu uma aula sobre reforma agrária e política, colocando o conceito de ‘Reforma Agrária Popular’. Ele colocou que a reforma agrária clássica estava superada, que a gente precisava de um novo modelo de Reforma Agrária. Resumindo, não basta democratizar a terra, tem que democratizar a produção agrícola, que está nas mãos do agronegócio. Só que a repercussão que a imprensa fez foi que o MST “admitia” que a Reforma Agrária estava superada. Essa é uma contradição muito grande porque o Movimento Sem Terra tem como fim a Reforma Agrária. É assim que a sociedade vê o MST. Então, se a Reforma Agrária está superada, por que o MST luta? Pior, para quê o MST existe?! (FELIPPE, Igor. 2011).

Efetivamente, no dia seguinte à coletiva, praticamente todos os grandes jornais e agências de notícias divulgaram o tema a partir de um enfoque negativo para o MST. Das notícias, sobressai o entendimento de que este teria abandonado a defesa da Reforma Agrária e assumido sua inviabilidade. Além disso, a mudança de foco representaria a retirada do MST da luta pela Reforma Agrária para a ampliação das reivindicações, o que foi visto, negativamente, como uma saída para se evitar a derrota do Movimento. Os títulos são bastante elucidativos: “Stédile: sonho da reforma agrária acabou” (O Globo, 13/06/2007); “MST fica próximo do mercado” (Correio Braziliense, 13/06/2007); “MST vai além da reforma agrária para não cair na ‘vala comum’” (Reuters, 13/06/2007); “MST quer ir além da reforma agrária” (Valor Econômico, 13/06/2007).

De acordo com a notícia do O Globo, “O Movimento dos Sem Terra (MST) está em crise de identidade. No primeiro dia de discussões do seu 5º Congresso Nacional, em Brasília, o líder do movimento João Pedro Stédile admitiu ontem que o modelo de reforma agrária defendido há mais de duas décadas pelo MST está esgotado.”. Já através da Reuters lemos que Stédile teria analisado que: “[...] o desvio de rota é a única alternativa para que o movimento não seja jogado na ‘vala comum’. ‘Aquele reforma agrária que o MST sonhou e trabalhou nesses 20 anos não existe mais. Se só ficarmos com a pauta terra, vamos ser derrotados’, avaliou nesta terça-feira o porta-voz do grupo, em entrevista a jornalistas.”. (NERY, Natuza. “MST vai além da reforma agrária para não cair na ‘vala comum’”, Reuters, 13/06/2007).

A afirmação de que se vivia um momento de descenso da luta de massas também foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Em notícia do jornal O Estado de São Paulo, lemos: “Stédile traçou um quadro propício para a mobilização popular, mas acusou o governo Lula de “abafar” os efeitos da crise” e “Em conversa com jornalistas, Stédile reconheceu que o modelo

de reforma agrária, “resultado de 20 anos de lutas”, fracassou. Ele acusou Lula de ter descumprido compromisso assinado durante a marcha nacional em 2005, de liberar R\$ 100 milhões para agroindústrias.” (TOMAZELA, “Stédile diz que Lula esconde crise social”, OESP, 13/06/2007). O Correio Braziliense foi mais longe ao afirmar a aproximação do Movimento Sem Terra com o mercado: “Segundo Stédile, para se adequar às novas exigências de mercado, o MST vai passar por transformações radicais nos próximos meses. Os sem-terra não querem mais lotes. Agora, queremos mudar a política econômica e combater o neoliberalismo, que (o presidente) Luiz Inácio Lula da Silva teria herdado de FHC.” (CAMPBELL, Ullisses. “MST fica próximo do mercado”. Correio Braziliense, 13/06/2007).

A ida ou não de Lula não deixou de ser discutida, ela foi até mesmo aprofundada. Na matéria de Mauro Zanatta e Raymundo Costa, do Valor Econômico de 13 de junho, representantes do governo são ouvidos sobre a relação com o MST, sigla citada vinte e três vezes na matéria, cujo trecho vemos abaixo:

Embora duramente questionado pelo **MST**, o governo insiste que mantém "boas relações" com o movimento. "Nossa relação é boa, apesar das turbulências. Há momentos em que se faz discursos mais radicais em função de uma base heterogênea, mas não considero o **MST** um adversário", resume o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Ex-brasão-direito de Miguel Rosseto no ministério, Cassel diz não haver "crise de relação", mas admite um certo desconforto com as críticas do **MST** ao presidente Lula. "A posição contra a ida do Lula [ao congresso do **MST**] não era o que eles vinham manifestando". O **MST** e o Planalto chegaram a conversar sobre a participação de Lula, mas a conversa acabou, segundo o **MST**, quando o movimento informou que se tratava de uma reunião interna. (...)

Alguns setores do governo vêm a busca de uma nova identidade no **MST**. A avaliação aponta um "momento de transição" do **MST**, reflexo da aposta na formação de novos quadros e numa nova estruturação. Alguns auxiliares do presidente Lula enxergam o **MST** em dificuldades para manter unida e controlar sua base social. Os episódios de invasão das instalações da Aracruz e da usina de Tucuruí seriam exemplo disso. Além disso, a luta sindical deflagrada pelo **MST**, com o distanciamento da pauta da agricultura familiar, soa "forçada e artificial", segundo avaliação. A avaliação identifica três falhas no movimento que o tem transformado em "refém de seus princípios". O isolamento de parceiros naturais como Contag e Fetraf, ligados à agricultura familiar; as dificuldades para enxergar a nova realidade da Amazônia, já que o **MST** nasceu no Sul e cresceu no Centro-Oeste; e tentativa de jogar nos adversários a culpa de seus próprios problemas. No **MST**, Stédile reconhece que a ampliação de bandeiras é também uma maneira de o **MST** não cair na vala comum dos movimentos sociais de esquerda. (ZANNATA; COSTA. “MST quer ir além da reforma agrária”. Valor Econômico, 13/06/2007, grifo nosso).

No dia seguinte, 14 de junho, o suposto isolamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tornou-se o destaque dos textos. A pressão do MST sobre o governo foi abordada pelo Estadão (TOMAZELA, “MST decide fazer pressão sobre Lula”, OESP, 14/06/2007); a rejeição da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) é o tema da notícia do Valor Econômico (ZANATTA, “Abag rejeita propostas para a reforma agrária”, Valor Econômico, 14/06/2007); até mesmo um hipotético “fogo amigo” vindo da Comissão Pastoral da Terra ganhou as páginas do

Correio Braziliense. A partir deste último, fica clara a construção de uma abordagem negativa, pois enquanto no título e no primeiro parágrafo o contraponto com a CPT é destacado, apenas em uma rápida passagem do segundo parágrafo lemos que a luta é “legítima” (“MST sob fogo amigo”, Correio Braziliense, 14/06/2007).

Vê-se, pois, que a abordagem do 5º Congresso, apesar dos esforços da assessoria de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi bastante negativa. Igor Felipe corrobora com nossa análise ao concluir que:

Por conta dessa cobertura na imprensa, a gente acabou reafirmando a tese do agronegócio, que diz que a Reforma Agrária está superada. Esses foram os dois elementos centrais da cobertura e que, na verdade, pautaram os próximos anos da imprensa. Ainda hoje você vai ler nos jornais que o MST admitiu que a Reforma Agrária estava superada. Então, a gente vai ter um esforço de explicar o que é essa tal de Reforma Agrária Popular, porque a imprensa nunca fez questão de explicar direito, tanto por má fé quanto por ignorância. E o mais importante deles não é a questão do Lula, que teve impacto naquele momento lá. A questão central era o Programa de Reforma Agrária. Então, a imprensa desviou o foco para o Lula e, quando se aproximou do foco que a gente queria, expôs de uma maneira equivocada. Eu diria que a síntese da cobertura da imprensa burguesa sobre o Congresso foi essa. (FELLIPE, Igor. 2011).

Levando-se em conta que o MST já vinha de um momento de desgaste, junto à sociedade em geral, com as ações efetivadas contra a empresa Aracruz Celulose, em 2006, cuja cobertura da imprensa foi bastante negativa para o Movimento, o saldo da repercussão do congresso aprofundou a crise na imagem que ele vive. Politicamente, há de se considerar ainda que o poder de convocação do MST tem diminuído bastante. A própria esquerda parece não ter compreendido a nova leitura do Movimento, ou as táticas adotadas por ele, embora fosse necessária outra pesquisa para comprovar essa impressão. Fato é que, ano a ano, mobilização a mobilização, as reivindicações de 2005 voltam à tona, sem que sejam conquistadas alterações estruturais que possibilitem a superação delas.

#### 4. Considerações finais: das possíveis cercas rompidas

*“Não serei o poeta de um mundo caduco,  
Também não cantarei o mundo futuro  
Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças”*

Carlos Drummond de Andrade  
(Trecho do poema *Mãos dadas*)

Trazer à tona os desafios atuais que cercam a ação dos movimentos sociais e problematizar o patamar ocupado pelos aparelhos privados de hegemonia, destacadamente pelos meios de comunicação, hoje, em meio às intervenções políticas desses sujeitos, foram as questões que geraram e alimentaram a produção desta pesquisa. Nesse sentido, apontamos como perguntas norteadoras dela: 1. Como as ações no campo da comunicação inscrevem-se nas disputas políticas por hegemonia efetivadas pela organização, no caso, o MST; 2. Quais os objetivos das estratégias de comunicação adotadas; 3. Como se dá a produção dos materiais de comunicação; 4. Se as mudanças no âmbito das tecnologias de informação e comunicação repercutem na produção de comunicação e nos modos de atuação do Movimento Sem Terra.

Em nosso primeiro capítulo, discutimos como os elementos da superestrutura e da infraestrutura, relacionados dialeticamente, conformam a totalidade da vida social. Apoiados no conceito gramsciano de hegemonia, apontamos como ambos contribuem para a estruturação da dominação, ressaltando que, para que ela exista, é necessária a combinação de força e de consenso, para o qual contribuem os aparelhos privados de hegemonia, pois através deles ocorre a socialização dos indivíduos, a construção e difusão dos valores. Destacamos, entretanto, que a hegemonia consiste em uma relação de forças sutil e que não ocorre sem resistências, por isso acrescentamos à ideia da hegemonia a de contra-hegemonia, isto é, a capacidade de um bloco histórico questionar e forjar uma nova configuração social, suplantando a anterior.

Ao longo de todo esse percurso teórico, constatamos como os meios de comunicação integram, reforçam e, ao mesmo tempo, podem servir para problematizar a dominação então existente. Afirmamos que esse lugar de embates torna-se ainda mais privilegiado na sociedade contemporânea, na qual a abrangência e a influência dos meios crescem a cada momento, chegando a reconfigurar determinadas relações sociais e, dentre elas, as formas de atuação dos movimentos e organizações populares, algo que se mostrou na pesquisa da dinâmica do 5º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A análise dos conteúdos veiculados através dos meios de comunicação produzidos pelo

MST – site, Jornal Sem Terra e Revista Sem Terra – mostrou que eles foram utilizados para preparar o terreno da disputa contra o agronegócio, disseminando concepções sobre a reconfiguração do campo; denunciando os impactos ambientais decorrentes de suas atividades; e afirmando a incompatibilidade da manutenção desse modelo com a proposta da Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais.

No período imediatamente anterior ao congresso e mesmo durante o acontecimento em si, o MST valeu-se de uma série de instrumentos de comunicação para arquitetar, internamente, a unidade ideológica que contribui para a congregação dos sujeitos que o compõem e que passam a ter como denominador comum a identidade Sem Terra. O Movimento buscou construir o sentido de que a solução para os problemas enfrentados encontra-se na organização política e no fortalecimento da luta contra o agronegócio, bem como através da unidade em torno de um projeto político comum, projeto esse que expressa princípios, valores e visões de mundo que foram reafirmados com frequência e que passaram a constituir as bases argumentativas para a crítica que a militância deveria expressar. Não deixamos de ponderar, todavia, o fato de que, muitas vezes, problemas que atingem o Movimento ou mesmo divergências internas não vêm à tona através dos meios de comunicação que analisamos, pois eles expressam uma leitura por demais pré-fabricada e bastante centralizada na Direção Nacional do MST. Por outro lado, esses meios também valorizam visões legitimadas por vozes autorizadas e por dados empíricos, deixando de incentivar que a confirmação dos argumentos expostos se desse através de uma reflexão, a partir da realidade vivenciada pelos trabalhadores.

Toda essa dinâmica confirma a hipótese de que a comunicação tem sido compreendida não apenas como instrumento, mas como um espaço estratégico para a atuação do Movimento Sem Terra. Percebemos que esse entendimento foi sendo constituído com o passar do tempo, através da formulação, sobretudo a partir do momento em que o Movimento constitui um espaço próprio para isso, o Setor Nacional de Comunicação do MST, mas também da experiência prática, das contradições e dos desafios que encontrou em sua trajetória de quase trinta anos. Assim, do boletim que servia para informar e organizar a militância passou-se à efetivação de ações que, ao dialogar com a linguagem da mídia, conferem visibilidade ao Movimento e às suas reivindicações. Todavia, essas movimentações ocorreram sem que fossem desconsideradas as conquistas alcançadas anteriormente, como a manutenção do Jornal Sem Terra ao longo de décadas.

De modo geral, a preparação e o dia a dia do 5º Congresso, um espaço bastante importante na dinâmica interna do MST, revelaram uma preocupação especial com a comunicação, sem que com isso tenha se dado o abandono da política tradicional. Assim, não seria pertinente reduzir a complexidade de um encontro como o que analisamos ao trato com a mídia ou ao objetivo de

repercutir as ações e o próprio Movimento, todavia é salutar perceber que a negociação entre as distintas gramáticas – da mídia e da política tradicional – atravessou a realização do congresso e contribuiu para ampliar a denúncia do agronegócio e fixar o evento como instrumento de pressão política. Afinal, vivemos em uma sociedade em que os fluxos de informação e comunicação não só são mais intensos, como mais influentes na luta entre os segmentos da sociedade.

Considerar tais aspectos não deve nos levar a resumir a ação ao interesse pela mídia ou a caracterizá-la como negativa. A demonstração de força é importante, inclusive, para a negociação com o Estado, mesmo que ela, no caso posto em tela, não tenha ocorrido naquele momento. Por outro lado, com esses atos “simpáticos”, buscou-se o apoio da sociedade e, por fim, travou-se a disputa ideológica, disputa que apresentamos, ao longo deste trabalho, como parte essencial das lutas políticas. Ademais, o fato de haver uma mediação com a linguagem midiática não está apartado, no caso do MST, de uma avaliação mais profunda sobre o tema da comunicação. Além da produção técnica e da formação cada vez mais refinada, nos anos anteriores ao Congresso, conforme constatamos, houve o aprimoramento da própria concepção da comunicação como espaço de luta política.

Isso também está exposto na Carta do 5º Congresso Nacional do MST, documento composto por dezoito compromissos do Movimento, no qual lemos:

Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.<sup>84</sup>

Essa deliberação guiou a abertura de diversas rádios do Movimento nos estados. No Ceará, por exemplo, no dia 23 de novembro de 2007, ‘entrava no ar’ a rádio 25 de Maio FM - 95,3, primeira rádio livre organicamente ligada ao MST no Estado. Desde então, outras três rádios foram montadas, tendo como ponto de partida o envolvimento das comunidades e a sensibilização para a importância da comunicação, o que é feito especialmente através de oficinas de capacitação que antecedem a abertura da rádio (MARTINS, 2009). Portanto, delibera-se e busca-se efetivar uma ação cultural que visa a ser transformadora.

A difusão das tecnologias e os usos delas nas lutas políticas foram conferidos no momento em que estávamos produzindo esta pesquisa. Em 2011, uma série de revoltas no chamado mundo árabe trouxe à tona, em primeiro lugar, a permanência da exequibilidade da transformação social, da disputa de hegemonia e, embora ainda não seja possível afirmar ao certo para onde caminharão as

---

<sup>84</sup> Carta do 5º Congresso Nacional do MST: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3713>>. Acesso: nov. 2009.

mudanças que lá ocorreram, da construção de uma contra-hegemonia. Nessas mobilizações, bem como em algumas que, em menor escala, ocorreram no Brasil, a internet desempenhou um papel importante para divulgar e organizar sujeitos em torno da construção de ações.

Como vimos ao longo deste trabalho, contudo, a comunicação é **um** elemento da luta política. Não pode levá-la a cabo completamente ou mesmo substituir seus outros componentes, sobretudo as organizações sociais. Já uma questão intrínseca ao campo da comunicação deve ser ponderada. Se for certo que os meios podem potencializar tais ações, a maior parte do sistema de comunicação brasileiro, por outro lado, atua como forte agente da dominação, impedindo a veiculação de informações diversas para um maior contingente populacional e defendendo os interesses dos grupos hegemônicos. Grupos dos quais, inclusive, fazem parte determinadas empresas de comunicação, como as Organizações Globo, que integram a Associação Brasileira do Agronegócio e outras articulações semelhantes. Ademais, esse é um setor importante para a atual dinâmica do capitalismo, tanto por possibilitar as inovações tecnológicas que permitem a mundialização do capital quanto por ser, ele mesmo, um segmento econômico concentrador de riquezas e de poder.

No caso do momento que recortamos para nosso estudo, vimos como os meios de comunicação hegemônicos atuaram fortemente no combate ao Movimento Sem Terra. Por mais que este tenha se preparado para acompanhá-los e, mesmo, disputá-los através das ações de assessoria de comunicação, elas não se mostraram suficientes para influenciá-los a ponto que divulgassem o Programa Agrário; a nova leitura da correlação de forças no campo ou os objetivos do MST para o próximo período. Ao contrário, o que vimos foi uma série de matérias que fragilizaram e puseram em questão a permanência da pauta da Reforma Agrária e a própria existência do Movimento Sem Terra, configurando-se uma cobertura bastante negativa para este.

Essa ambiguidade que cerca o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação foi percebida também ao analisarmos o acesso às técnicas de produção por parte dos trabalhadores rurais que compõem o MST. Houve um crescente acesso a elas ao longo da trajetória do Movimento, tanto que hoje ele não só possui jornal, revistas e boletins, como também produz site, rádios e filmes próprios, ampliando o escopo de atividades relacionadas à comunicação, assim como a participação dos diferentes sujeitos nelas. Todavia, a análise do congresso mostrou que empecilhos históricos, como a frágil alfabetização de parte da população de um país que sequer universalizou o acesso à leitura, bloqueiam a produção por parte dos trabalhadores, fazendo com que a eles tenham sido destinadas as tarefas mais de acompanhamento que de elaboração de reflexão e comunicação. Não obstante, o Movimento Sem Terra vem trabalhando para superar essa divisão do trabalho e formar seus próprios comunicadores, seja através de oficinas ou até mesmo de

um curso de graduação própria em Jornalismo.

Questão ainda não resolvida, contudo, é a situação do MST e das organizações políticas de esquerda diante da atual conjuntura, da correlação de forças que enfrentam. As demandas apresentadas durante o 5º Congresso Nacional, em 2007, permanecem pendentes. Há a continuidade e até mesmo o aprofundamento da política da contra-reforma agrária, de acordo com análises do próprio Movimento. Tudo isso nos leva a inferir – ainda que provisoriamente, pois os acontecimentos que analisamos, conforme fizemos questão de ressaltar em diversos momentos deste trabalho, seguem sem desfecho final – que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não conseguiu afirmar uma contra-hegemonia no contexto do congresso. Não obstante, se tomarmos a construção de uma contra-hegemonia como um processo que deve ser deflagrado antes mesmo da conquista do poder político, temos que o MST logrou algum êxito em suas ações.

O Movimento continua agindo e mantendo sua unidade baseada em uma série de princípios e de visões de mundo que conformam uma ideologia política partilhada por uma parte expressiva de seus militantes. Muitos desses “Sem Terra” atingem um grau de consciência que os permite ir além do estágio econômico-corporativo das reivindicações, encampando lutas totalizantes e de solidariedade aos demais movimentos sociais, condição que, seguindo o entendimento gramsciano, é indispensável à emancipação dos subalternos.

O 5º Congresso Nacional do MST mostrou ter se configurado como um espaço importante para isso, pois, através dele, espaços de discussão coletiva foram fomentados; leituras da conjuntura enfrentadas e socializadas; e laços de pertença ao Movimento, reforçados. Durante os quatro dias de duração, milhares de trabalhadores participaram de debates, palestras, rodas de conversa, sessões de cinema, etc. Eles também foram cotidianamente informados através de uma rádio própria, bem como puderam refletir, posteriormente, sobre o encontro do qual participaram através não só das lembranças, mas dos meios de comunicação produzidos pelo Movimento Sem Terra. Além disso, especialmente para o conjunto da esquerda, ações como o congresso ajudam a manter o simbolismo que há em torno do MST. Para a sociedade, em geral, mostram a capacidade organizativa, aglutinadora e mobilizadora do Movimento.

Todos esses elementos foram perceptíveis através da análise das mensagens veiculadas pelo Movimento Sem Terra, mas estamos certos de que só poderíamos comprová-los através de um estudo de recepção, o que não objetivamos perfazer neste trabalho. O que nosso estudo aponta, enfim, é a permanência da possibilidade de construção de um caminho que pode vir a consolidar-se como contra-hegemônico, apesar da conjuntura bastante desfavorável para a atuação dos movimentos sociais e, mais ainda, para a conformação de um novo bloco histórico.

Não há, pois, respostas prontas às questões enfrentadas pelo Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra e por outras organizações políticas. Embora este seja certamente um momento delicado e, ao mesmo tempo, decisivo para o MST, elas só poderão ser obtidas com o desenrolar da história, que se caracteriza como uma sucessão de épocas, fatos e mesmo formações sociais, para o qual contribuirão as escolhas que o Movimento fará no próximo período, no qual ocorrerá seu 6º Congresso Nacional. Ademais, não só as dificuldades do percurso, mas também “A gestação do novo, na história, dá-se, freqüentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante.” (SANTOS, 2001, p. 69). Ao longo desse processo, seguiremos de mãos de dadas, acreditando que “O amanhã começa de fato nas lutas de hoje”.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Trad.: Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_, Jorge. **Reforma Agrária no Ar: o povo na TV, de objeto a sujeito**. Disponível em: <<http://jorgealm.sites.uol.com.br/mst.html>>. Acesso: jun. 2010.

\_\_\_\_\_, Jorge. **Discutindo a relação entre a mídia e a Sociedade Civil em Gramsci**. Anais do III Compolítica, São Paulo, dezembro de 2009. Disponível: <[http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/jorge\\_almeida.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/jorge_almeida.pdf)>. Acesso: mar. 2011.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Antonio Gramsci. *In*: ANDERSON, Perry *et al.* **Crítica marxista: a estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Joruês, 1986, p. 7-74.

AZEVEDO, Fernando A.; RUBIM, Antonio A. C. **Mídia e Política no Brasil**. São Paulo: Lua Nova, Vol. 1, n. 43, p. 189-216, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_, Zygmunt. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENSAID, Daniel. **Lenin, ou a política do tempo partido**. 1997. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/bensaid/ano/mes/lenin.htm>>. Acesso: abr. 2011.

BERGER, Christa. **Campos em confronto – jornalismo e movimentos sociais: as relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora**. Tese. (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-5.html>>. Acesso: jun. 2009.

\_\_\_\_\_, Chista. Pesquisa em Comunicação na América Latina. *In*: HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 241-277.

BIANCHI, Álvaro. **Lênin e o jornal do partido**. São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/jornal\\_materia.asp?id=11508&ida=29](http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=11508&ida=29)>. Acesso: mai. 2011.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria Cultura, Informação e Capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BORGES, Altamiro. **O protagonismo dos movimentos sociais**. Revista Espaço Acadêmico. n. 32. jan/2004. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/032/32pt\\_borges.htm](http://www.espacoacademico.com.br/032/32pt_borges.htm)>. Acesso: dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CALDART, Roseli Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_, Roseli Saete. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. Revista Estudos Avançados 15. São Paulo, 2001. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016)>. Acesso: jun. 2010.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_, Néstor G., Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

CAPARELLI, Sérgio. **Das políticas de comunicação à comunicação política (e vice-versa)**. Porto Alegre: mimeo, 1998.

CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise**. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível: <[http://bdtd.unisinos.br/tde\\_arquivos/6/TDE-2010-06-29T085415Z-1117/Publico/DanielCassolComunicacao.pdf](http://bdtd.unisinos.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-06-29T085415Z-1117/Publico/DanielCassolComunicacao.pdf)>. Acesso em: dez. 2010.

CEVASCO, M. E. Prefácio. In: WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 09-20.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo Perspec. vol. 15, n.4, 2001, p. 105-118. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10377.pdf>>. Acesso: jun. 2010.

CORREIA, João Carlos. Ideologia e Hegemonia. In: RUBIM, Albino (Org.) **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 223-258.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 5ª ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1987.

COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_, E. G. **Gramsci: a comunicação como política**. In: COUTINHO, FREIRE e PAIVA (Orgs.), **Mídia e Poder: Ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. 2004. In:

MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. Disponível: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>. Acesso: mai. 2010.

DEL ROIO, M. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. *In*: DEL ROIO, Marcos; MORAES, João Quartim. (Org.). **História do marxismo no Brasil: visões do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v.4, p. 73-134.

DIAS, Raquel de Souza. Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global. *In*: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Org). **Mídia e Movimentos sociais**. São Paulo: Paulus, 2007.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: SENAC, 2002.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Trad. Silavana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997

EGAS, Heloíza de A. P. B. **Movimentos Sociais e Estado**. Resistência e contra-hegemonia na ação do MST. Dissertação. 241p. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FERNANDES, B. M. *et al.* **Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra**: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. 1998. Disponível: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Insercao\\_sociopolitica\\_criminalizacao.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Insercao_sociopolitica_criminalizacao.pdf)>. Acesso: mai. 2011.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática - Série Princípios, 1988.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FONSECA JUNIOR, W. C. Análise de conteúdo. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010, p. 280-305.

FRANÇA, Vera Veiga. **Comunicação e política: edifica-se uma tradição?** Trabalho apresentado ao IX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Belo Horizonte/MG, 3-5 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.compos.org.br>>. Acesso: jan. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. São Paulo, SP: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST - Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 6. ed. 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era de Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 2a ed. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

GRAMSCI, A. **Os jornais e os operários**. Itália, 1916. Disponível: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>> Acesso: abr. 2009.

\_\_\_\_\_, A. **Obras escolhidas**. Tradução: Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

\_\_\_\_\_, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

\_\_\_\_\_, A. **Cadernos do Cárcere (Vol. 3). Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_, A. **Cadernos do Cárcere (Vol. 2). Os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. *In*: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do RS, 1994.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIDANI, J. F.; ENGELMANN, S. **A história da comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Trabalho apresentado ao 8º Encontro Nacional de História da Mídia, realizado entre 28 e 30 de abril de 2011, em Guarapuava, Paraná. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed01/artigos/06.pdf>>. Acesso: set. 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HERZ, Daniel. **Sistemas de Comunicação no Brasil**. 1994. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/Conselho+de+Comunicacao/Sistemas+de+Comunicacao+no+Brasil.pdf>>. Acesso: jan. 2010.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

JAMESON, Frederic. **A virada cultural: reflexões sobre o posmodernismo**. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KAPLUN, Mario. **El Comunicador Popular**. 2ª. Ed. Buenos Aires: Editora Lumen-Hvmanitas, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. Página Aberta: São Paulo, 1991.

LENIN, V. I. **Acerca de la prensa**. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

\_\_\_\_\_, V. I. **Por onde começar**. 1901. Disponível em: <[http://necobrasil.org.br/htdocs/Oficina%20Leitura/por\\_onde\\_comecar.pdf](http://necobrasil.org.br/htdocs/Oficina%20Leitura/por_onde_comecar.pdf)>. Acesso: mai. 2011.

\_\_\_\_\_, Vladimir. **Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. 1902. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: mai. 2011.

LIMA, Venício A. de. **Mídia, Teoria e Política**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento**. Tradução: Juarez Guimarães e Suzane Felicie Léwy. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michael. Ponto de referência para uma história do marxismo na América Latina. *In*: LÖWY, M. (Org.) **O Marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução: Claudia Schiling e Luís Carlos Borges. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 09-74.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ. 5ª Edição, 2008.

MARTINS, Helena do R. Barreto. **Onde só vento se semeava outrora**. Comunicação: espaço de luta política. Análise da rádio 25 de Maio FM, produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_, Helena do R. Barreto; NUNES, Márcia Vidal. **Das ideias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas**. Trabalho apresentado ao XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011. Disponível em: <<http://compos.org.br>>.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, Karl. Prefácio à crítica da economia política. *In*: **Para a Crítica da Economia Política**. Disponível: <<http://www.insrolux.org/textosmarxistas/economiapolitica.htm>>. Acesso: abr. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTA, Maria Cristina. **Comunicacion Popular: de la exclusion a la presencia**. (mimeo) Córdoba, Argentina. 1988.

MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

MIANI, R. A.; FREGONESI, L. A. **A Política de Comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares**. Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1140-2.pdf>> Acesso: dez/2010

MOUFFE, Chantal. Hegemonia, política e ideologia. *In*: Del Campo, J. L. (Org.), **Hegemonia y Alternativas Políticas en America Latina**. Siglo XXI, 1985.

MORAES, Dênis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. *In*: Moraes, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 33-50.

\_\_\_\_\_, Dênis de. **A Batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

\_\_\_\_\_, Dênis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Porto Alegre: Revista Debates, v.4, n.1, jan/jun, 2010, p. 54-77. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420>>. Acesso: jan. 2011.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010, p. 269-280.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Secretaria Nacional. **Construindo o Caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2001.

\_\_\_\_\_, Coletivo Nacional de Cultura do. (Org.) **Teatro e Transformação Social. Vol. 1: Teatro Forum e Agit-Prop**. São Paulo: CFPC, 2007.

OLIVA, L. I. R. Comunicación mediatizada anticapitalista y políticas públicas de cultura para la integración: retos para un ALBA posible. *In*: **Políticas de comunicación en el capitalismo**

**contemporâneo.** Susana Sel (Org.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 1. ed, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **O momento Lenin.** Novos Estudos, 75, julho de 2006, p. 23-47. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a03n75.pdf>>. Acesso em: mai. 2011.

PAIVA, Raquel. **Contra-Mídia-Hegemônica.** In: Eduardo Granja Coutinho (Org.). **Comunicação e Contra-Hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 163-174.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo.** In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PERUZZO, Cicília M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998

PINHO, Alba Maria Pinho de Carvalho. **A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise gramsciana.** São Paulo: Cortez, 1983.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Lavina. **Comunicação e Sociedade.** Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **Desenvolvimentismo: o retorno.** Texto apresentado ao 36º Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Salvador, 9 a 12 de dezembro de 2008. Disponível: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1022>>. Acesso: abr. 2011.

RUBIM, A. C. **O lugar da política na sociabilidade contemporânea.** Salvador, 2003. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-politica-contemporanea.pdf>>. Acesso: out. 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAMPAIO, Plínio Arruda. **A Mística.** Disponível em: <<http://landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=MSTICAOF657&ng=p&sc=3&th=42&se=0>>. Acesso: mai. 2011.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito.** Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy\\_coronelismo.pdf](http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy_coronelismo.pdf)>. Acesso: fev. 2011

SIMÕES, A. M. **Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** 5. ed.

Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

STÉDILE, João Pedro. A reforma agrária e o socialismo. In: STÉDILE (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

\_\_\_\_\_, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil (Vol. 4)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_, J. P.; SÉRGIO, Frei. 2003. In: LÖWY, Michael (Org.) **O Marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução: Claudia Schiling e Luís Carlos Borges. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 538-544.

THOMPSON, E. P. **Algumas Observações Sobre Classe e “Falsa Consciência”**. 1977. Disponível: <<http://www.marxists.org/portugues/thompson/1977/mes/classe.htm#topp>>. Acesso: nov. 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

TORRES, Cristiane Lima. **Educação não-formal na Marcha Nacional pela Reforma Agrária: um estudo sobre a formação humana em movimento**. Dissertação. 116p. (Mestrado em Educação) – Universidade da Bahia, Salvador, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

UMBELINO, Ariovaldo de Oliveira. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula**. 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/62145490/R-020-Ariovaldo-Umbelino-de-Oliveira>>. Acesso: fev. 2012.

VARGAS, Isabela J. **Ocupando manchetes – como o MST agenda a mídia** – estudo sobre as estratégias de agendamento do Movimento dos Sem Terra no abril vermelho. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível: <[http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1891](http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1891)>. Acesso: jul. 2010.

VEIGA, José Eli. Fundamentos do agro-reformismo. In: STÉDILE (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, p. 68-93.

VIDAL, M. N.; MENEZES, A. S.; CARVALHO, A. G. A auto-imagem do MST na “Revista Sem Terra”: a guerra simbólica através da mídia. In: BARBALHO; FUSER; COGO (Org.) **Comunicação para a Cidadania: Temas e Aportes Teórico-Metodológicos**. São Paulo: Intercom, 2010, p. 315-333.

VIEIRA, F. A. C. **Navegando contra a maré: a relação entre o MST e a mídia**. 2007. 257p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/IFCS\\_D/FernandoAntonioDaCostaVieira.pdf](http://teses.ufrj.br/IFCS_D/FernandoAntonioDaCostaVieira.pdf)>. Acesso: jul. 09.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_, Raymond. **Cultura**. 2. ed. Trad.: Lório Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 2000.

\_\_\_\_\_, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Trad. de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

### **Documentos do MST:**

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação: a organização do movimento**. Nº 01, 1986.<sup>85</sup>

\_\_\_\_\_. **Caderno de Formação: organização**. Nº 5, 1985.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Formação: nossas prioridades**. Nº 12, 1987.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Formação: nossa força depende da nossa organização**. Nº 13, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Caderno do Educando: Pra Solettrar a Liberdade**, Nº 1, s/d.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Formação: Preparação dos encontros estaduais e 9º encontro nacional do MST**. Nº 25, 1998.

\_\_\_\_\_, Secretaria Nacional (Org.). **Textos para estudo e debate**. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_, Secretaria Nacional. **Programa Agrário**. São Paulo, 2007a.

\_\_\_\_\_, Setor de Educação. **Boletim da Educação**. Como Trabalhar a Comunicação nos Assentamentos e Acampamentos. Nº 3. 1993.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Princípios Ideológicos da Comunicação do MST**. 2001a.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2001b.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Linhas políticas do Setor de Comunicação, Agitação e Propaganda para o próximo período**. 2004.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Preparar a comunicação, agitação e propaganda**. 2004a.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **MST e Cinema**. s

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Linhas Políticas para a assessoria de imprensa**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação e Coletivo Cultura do. **Hegemonia, Política,**

<sup>85</sup> O endereço corresponde ao espaço que reúne, em formato digital, todos os cadernos citados é: <[http://www.cedem.unesp.br/acervos/acervo\\_mst.htm](http://www.cedem.unesp.br/acervos/acervo_mst.htm)>. O acervo foi organizado pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp.

**Comunicação e Cultura.** Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Planejamento da assessoria no Congresso.** 2007c.

\_\_\_\_\_, Setor Nacional de Comunicação do. **Perguntas/respostas para porta-vozes.** Brasília, 2007d.

**Periódicos integralmente consultados:**

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Edições: 269, 270, 271, 272, 273, 274. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 2007.

REVISTA SEM TERRA. Edições: 37, 38, 39, 40. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, 2007.

**Notícias em periódicos:**

**Analistas políticos comentam massacre de Eldorado dos Carajás e divergem sobre MST.** Portal UOL, 17/04/2011. <<http://noticias.uol.com.br/politica/2011/04/17/analistas-politicos-comentam-massacre-de-eldorado-dos-carajas-e-divergem-sobre-mst.jhtm>> Acesso: abr. 2011.

CAMPBELL, Ullisses. **MST fica próximo do mercado.** Correio Braziliense, 13/06/2007.

CARRANO, Pedro. **Marcha do MST denuncia imperialismo e imobilidade da Reforma Agrária.** Jornal Brasil de Fato, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/870>> Acesso: mai. 2011.

LACERDA, Ângela. **Stédile admite que Bolsa Família ajudou a reduzir acampamentos.** O Estado de São Paulo. Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stedile-admite-que-bolsa-familia-ajudou-a-reduzir-acampamentos,703058,0.htm>> Acesso: abr. 2011.

LIMA, Mayrá. **Marcha recebe o apoio da população de Brasília.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/866>>. Acesso: abr. 2011.

**MST fica próximo do mercado.** Correio Braziliense, 13/06/2007.

**MST quer ir além da reforma agrária.** Valor Econômico, 13/06/2007.

**MST sob fogo amigo.** Correio Braziliense, 14/06/2007.

NERY, Natuza. **MST vai além da reforma agrária para não cair na ‘vala comum’.** Reuters, 13/06/2007.

**Reforma Agrária, descanse em paz.** Revista Carta Capital. Ed. 657. São Paulo, agosto de 2011.

SCOLESE, E. **Lula não é convidado para congresso do MST.** Folha de São Paulo, 12/06/2007.

STÉDILE, J. P. **Reforma Agrária, por justiça e soberania alimentar.** Folha de São Paulo, 11/06/2007.

**Stédile: sonho da reforma agrária acabou.** O Globo, 13/06/2007.

TAVARES, Joana. **Jornal Sem Terra completa 30 anos.** 19/05/2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11780>>. Acesso: mai. 2011.

TOMAZELA, J. M. **Sem-terra armam cidade de Iona perto do Planalto.** O Estado de São Paulo, 12/06/2007.

TOMAZELA, J. M. **Stédile diz que Lula esconde crise social.** O Estado de São Paulo, 13/06/2007.

TOMAZELA, J. M. **MST decide fazer pressão sobre Lula,** O Estado de São Paulo, 14/06/2007.

**Um show de eficiência do MST.** O Estado de São Paulo, Editorial, 13/06/2007.

ZANNATA, Mauro; COSTA, Raymundo. **MST quer ir além da reforma agrária.** Valor Econômico, 13/06/2007.

ZANATTA, M. **Abag rejeita propostas para a reforma agrária.** Valor Econômico, 14/06/2007.

#### **Entrevistas concedidas à autora:**

FELIPPE, Igor. Entrevista concedida a Helena Martins. Novembro de 2011.

MARIA, Mello. Entrevista concedida a Helena Martins. Outubro de 2011.

STÉDILE, Miguel. Entrevista concedida a Helena Martins. Julho de 2010.

STÉDILE, Miguel. Entrevista concedida a Helena Martins. Novembro de 2011.

#### **Outras entrevistas citadas:**

MAURO, Gilmar. Lema para o segundo mandato será ‘nenhum direito a menos’. Agência Carta Maior, 2006. Entrevista concedida a Verena Glass. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/3151>>. Acesso: mar. 2012.

STÉDILE, J. P.; BUCCI, E.; SUPLICY, R. **Maledetto Latifúndio.** Revista Teoria & Debate, São Paulo, 1997. Entrevista concedida a Ricardo Azevedo e Rogério Sotilli. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cultura-maledetto-latifundio>>. Acesso: mar. 2012.

#### **Sites consultados:**

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.abag.com.br](http://www.abag.com.br)

[www.consultapopular.org.br](http://www.consultapopular.org.br)

[www.souagro.com.br](http://www.souagro.com.br)

[www.maquinadanoticia.com.br](http://www.maquinadanoticia.com.br)

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

<http://www.contag.org.br>